Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: junho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Agroanalysis

Índice

INCRA burla lei e legaliza áreas invadida – Leandro Colon - Estado de São Paulo – Nacional – Nacional – 06/06/2010 4

Bolsa Família já beneficia 26% dos novos assentados – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Poder- 07/06/2010 5

Benefício é bem-vindo, mas deve ser aliado a políticas de crédito e educação – Bernardo Mançano Fernandes – Folha de São Paulo – Poder – 07/06/2010 5

Belo Monte custa menos que eólicas, diz governo – Leonardo Guy - Estado de São Paulo – Economia – 07/06/2010 6

Bolsa Família já beneficia 26% dos novos assentados – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Poder – 07/06/2010 8

Terras se valorizam até 687% em 3 anos – Paula Pacheco – Estado de São Paulo – Economia – 07/06/2010 8

Colheitas atraem 1 milhão de bóias-frias – Elvira Lobato - Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010 11

CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – CNA – 10/06/2010 12

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 12/06/2010 14

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Lucio Vaz – MST – 12/06/2010 17

Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010 20

"A terra é um bem finito e disputa nunca esteve tão acirrada" – Sítio Eletrônico do MST – 12/06/2010 22

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010 24

Grupo americano tem propriedade de 44 mil hectares em MG – Sítio eletrônico do MST – 13/06/2010 25

Safra no Sudeste esvazia cidade no Maranhão – Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010 27

Agricultura depende de migrante rural – Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010 27

Terras brasileiras em mãos estrangeiras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010 28

Empresário monta império com especulação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010 31

Terras se valorizam até 687% em 3 anos – Sitio Eletrônico do MST – 14/06/2010 34

Governo dos Estados Unidos reconhece frei como herói na luta contra o tabalho escravo – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010 35

Empresário monta império com especulação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010 36

CPMI está encerrada, mas ruralistas tentam apelar – Sítio Eletrônico da CPT – 15/07/2010 38

Grupo irá contribuir para a regularização fundiária na Amazônia Legal - *Ana Flora Caminha* – Sítio Eletrônico do MMA – 16/06/2010 39

Desigualdade social no campo – Sítio Eletrônico do MST – 16/06/2010 40

Portugueses, japoneses e italianos controlam 1 milhão de hectares – Sítio Eletrônico do MST – 16/06/2010 43

Desigualdade social no campo – Sítio eletrônico do MST – 16/06/2010 44

O papel crucial do MST na sociedade brasileira – Sítio Eletrônico da CPT – 17/08/2010 47

País não pode tolerar trabalho escravo – Paulo Vanbuchi - Folha de São Paulo – Mercado – 17/06/2010 53

"A Reforma Agrária hoje ainda é necessária" – Sítio Eletrônico do MST – 18/06/2010 54

Não há soberania alimentar sem reforma agrária – S;itio Eletrônico da CPT – 20/07/2010 58

Brasil não tem informações do avanço das multinacionais sobre as terras – Sítio eletrônico do MST – 22/06/2010 61

"Não realizamos reforma agrária de fato, admite Planejamento – Sítio Eletrônico do MST – 22/06/2010 62

Lula destina nove áreas para a reforma agrária – Sítio eletrônico do INCRA – 24/06/2010 64

Social-democracia Rural – Mario Cesar Flores – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24 de junho de 2010 65

Social-democracia Rural – Mario Cesar Flores – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24 de junho de 2010 66

Ruralistas viram enredo da Mocidade, com patrocínio de fertilizantes no carnaval – Evandro Eboli – O Globo – O País – 29/06/2010. 68

Por que colocar limite no tamanho da propriedade rural – Sítio Eletrônico do MST – 29/06/2010 69

MPF cobra na justiça a atualização dos Índices de Produtividade - Sítio Eletrônico da CPT – 30/6/2010 72

INCRA burla lei e legaliza áreas invadida – Leandro Colon - Estado de São Paulo – Nacional – Nacional – 06/06/2010

Um cruzamento inédito entre terras vistoriadas para desapropriação e assentamento de sem-terra e propriedades invadidas mostra que a reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva virou um programa fora da lei.

A legislação é clara ao proibir qualquer tipo de avaliação em área rural invadida, mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) comprovadamente realizou, nos últimos quatro anos, vistorias para desapropriar terras que estavam sob ocupação ilegal. O cruzamento foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU)depois de solicitar à ouvidoria do Incra a relação das propriedades rurais invadidas desde 2006, número de famílias envolvidas e quem comandou as invasões.

O Movimento dos Sem- Terra (MST) liderou a maioria das ações e 112 mil famílias participaram das invasões. O TCU pediu ainda a lista de áreas vistoriadas para fins de reforma agrária nos últimos quatro anos. A lei que vem sendo burlada é a 8.629/93, atualizada em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso(1995-2002). A legislação determina que imóvel rural invadido "não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação". O mapa do TCU revela dois padrões de ilegalidade nas cinco regiões do País: vistoria logo após a terra ter sido invadida e invasão tão logo a vistoria tenha começado.

Centenas de fazendas em São Paulo, Bahia, Paraná, Alagoas, Goiás, Rondônia, entre outros Estados, compõem o lista do TCU.No dia 12 de maio de 2007, por exemplo, 150 famílias do MST, segundo o Incra, invadiram a Fazenda Samambaia, no município de Wenceslau Guimarães (BA).No ano seguinte, o governo iniciou uma vistoria na área para a reforma agrária. Em Goiás, no dia 18 de agosto de2008,40 famílias do MST ocuparam as terras da Fazenda Estância Flávia Cristina, em Matrinchã. O Incra iniciou a vistoria na fazenda no mesmo dia.

Propriedade militar.

Até uma área do Exército foi ocupada por sem-terra em novembro de 2008 em Vilhena (RO). Um ano depois, o governo abriu processo de vistoria no local.Na cidade de Theobroma,também em Rondônia, o Incra iniciou processo de vistoria e desapropriação da Fazenda Majaruem 2007.As terras foram ocupadas um ano antes por integrantes do MST. Duas fazendas invadidas em Dracena (SP) em junho de 2009 foram vistoriadas no mesmo ano. Em fevereiro de 2008, o MST ocupou terras numa propriedade em Aparecida D' Oeste (SP)e o Incra também fiscalizou o local naquele ano. "Isso é preocupante. Mostra que o descumprimento da lei tem se tornado política de Estado", avaliou o procurador do TCU Marinus Marsico. "A possível omissão do poder Público em suspender os processos expropriatórios funciona como um incentivo à adesão de novas famílias às ocupações irregulares", diz o documento entregue à presidência do TCU.O órgão analisa agora a abertura de processo para apurar possíveis ilegalidades e suspender o dinheiro público usado na reforma agrária em áreas invadidas.

Bolsa Família já beneficia 26% dos novos assentados – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Poder- 07/06/2010

Governo mira recém-contemplados pela reforma agrária e os acampados

Extensão do benefício esbarra em resistência de prefeitos e do MST, que teme perder poder de mobilizar sem-terra

Um em cada quatro novos assentados da reforma agrária já é atendido pelo programa Bolsa Família. O governo quer estender o benefício também aos sem-terra à espera de um lote.
Segundo os cadastros oficiais, de 66,4 mil famílias assentadas em 2008, 17,5 mil (26%) já possuem o cartão.
A meta agora é alcançar os demais assentados a partir de 2008, desde que estejam na faixa de renda familiar para inclusão, de R$ 140 mensais per capita.
Nesse público-alvo estão também as 214 mil famílias acampadas que recebem uma cesta básica do governo a cada três meses.
A entrada dos assentamentos no Bolsa Família ainda engatinha por conta de uma série de dificuldades.
O primeiro entrave é convencer prefeitos a incluir os sem-terra no Cadastro Único, caminho obrigatório para inclusão no Bolsa Família.
O segundo é a resistência do próprio MST, que avalia que o benefício pode afastar os sem-terra de mobilizações, como invasões.
O Bolsa Família atende hoje cerca de 12 milhões de famílias, que recebem entre R$ 22 e R$ 200 mês.
O Nordeste detém a maior proporção de assentados com o cartão do programa (36%), seguido de Norte (26%), Sudeste (23%), Sul (22%) e Centro-Oeste (13%).
Até que cheguem os primeiros créditos, o que leva em média um ano e meio, o Bolsa Família é a única renda das famílias assentadas.
Rolf Hackbart, presidente do Incra, afirma que a inclusão no programa não inibe a produção. Ele defende que o benefício cesse após a chegada dos primeiros créditos.

Benefício é bem-vindo, mas deve ser aliado a políticas de crédito e educação – Bernardo Mançano Fernandes – Folha de São Paulo – Poder – 07/06/2010

A iniciativa do governo federal de incluir famílias assentadas no programa Bolsa Família é uma ajuda substancial, considerando que essas famílias estão reconstruindo suas vidas e a maior parte está descapitalizada. A ajuda é bem-vinda, mas não pode ter caráter duradouro.
O Bolsa Família é uma política compensatória e, tornando-se permanente, emperra o desenvolvimento. A lógica da compensação é contribuir para o estabelecimento de condições sociais que levem ao desenvolvimento territorial, o que exige outras políticas públicas - como o crédito e a educação.
Essas políticas estão sendo aplicadas, mas são discrepantes e devem ser corrigidas. Os exemplos são o Pronaf e o Pronera. Nas últimas duas safras, apenas 55% dos recursos

disponibilizados foram utilizados. Milhares de assentados não tiveram acesso ao crédito, por falta de organização ou conhecimento, ou não quiseram por não atender suas necessidades.
O Pronera não atende plenamente às demandas educacionais dos assentados. O ensino fundamental voltado para o campo, a possibilidade de formação técnica e tecnológica voltada à produção agroecológica, e o acesso à universidade são os gargalos dessa importante política.
O Bolsa Família pode prejudicar os assentados se separado dessas políticas. Sem ajuste e qualificação, teremos várias políticas públicas aplicadas de modo ineficiente. Com certeza, não faltarão arautos ruralistas que colocarão a culpa nas famílias assentadas. Por outro lado, o auxilio permanente, como dizia Luiz Gonzaga, "vicia o cidadão".

Belo Monte custa menos que eólicas, diz governo – Leonardo Guy - Estado de São Paulo – Economia – 07/06/2010

Em qualquer debate sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e comum ouvir, principalmente por parte de ambientalistas, que o dinheiro usado na construção da usina poderia ser usado para produzir energia por meio de outras fontes, em tese mais amigáveis ao meio ambiente, como centrais de energia eólica ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). A tarefa não seria simples.Estimativas feitas pela área tecnica do Ministério de Minas e Energia a pedido do **Estado** mostram que,em caso extremo, se toda a energia de Belo Monte tivesse de ser gerada em centrais eólicas ou solares, o gasto seria maior e o custo da energia também.

Belo Monte terá potencia de 11,2 mil megawatts (MW). Como a geração oscilara ao longo do ano – por ter reservatório pequeno, a produção cai drasticamente na seca –,os técnicos fizeram projeções com base na "garantia física"da hidrelétrica,que e a energia media que efetivamente será produzida: 4.571 megawatts médios (MW med.). Para obter essa produção com centrais eólicas, que usam vento para gerar energia, a estimativa e que seria preciso instalar 10.160 turbinas a um custo que varia de R$47,8 bilhões a R$83,6 bilhões.

Pelas estimativas do governo, Belo Monte demandara gastos de R$ 20 bilhões. O valor e contestado, mas, mesmo nas projeções menos otimistas, a obra custara no maximo R$ 30 bilhões. "No Brasil, ainda temos hidrelétricas para explorar e são a fonte mais barata. Então, tenho de fazer delas o carro-chefe. Outras fontes,como eólicas,biomassa e PCHs são excelentes para complementar, mas não tem as características para liderar a expansão", diz o ministro de Minas e Energia, Marcio Zimmermann.

Alem dos efeitos econômicos, chama atenção o espaço físico necessário para as torres das turbinas eólicas. Se fosse construída uma grande central eólica, continua, para gerar a mesma energia de Belo Monte, as torres ocupariam área de ate 3.047 quilômetros quadrados, duas vezes a cidade de São Paulo.A área alagada para Belo Monte será de 516 quilômetros quadrados. Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace Brasil, ressalta que, na mesma área

onde as centrais eólicas são instaladas outras atividades podem coexistir, como pecuária e agricultura.

No caso das hidrelétricas, diz, mesmo se ao lago for dada outra destinação (como turismo),a população precisa ser deslocada. Outro dado diz respeito as chamadas PCHs, hidrelétricas de ate30MWdepotenciacaracterizadas pelo baixo nível de alagamento dos rios onde são instaladas. A questão e que, para atingir o montante de energia assegurada por Belo Monte seriam necessárias entre 277 e 554 PCHs. Somadas, alagariam área maior do que a de Belo Monte, entre 831 e 1.662 quilômetros quadrados. Em valores , a biomassa e a fonte com custo mais próximo ao de Belo Monte. Para trocar toda a energia da grande hidrelétrica por usinas que queimam resíduos como o bagaço de cana, o investimento ficaria entre R$ 21 bilhões e R$ 26 bilhões.Mas para fornecer o combustível a essas usinas,a área plantada seria equivalente a 80 mil quilômetros quadrados, mais do que Sergipe e Paraíba, juntos.

O substituto mais caro, e menos eficiente, seria a energia solar. Os técnicos avaliam que, para gerar os mesmos 4.571 MW/med da hidrelétrica, seriam necessários 140 milhões de painéis solares, um custo estimado de R$ 355 bilhões a R$ 507 bilhões. Os técnicos do ministério ressaltam que as comparações são hipotéticas e levam em conta dados médios disponíveis no mercado. Os resultados exatos podem variar, dadas as peculiaridades de cada uma dessas diferentes fontes e de cada projeto. Preço de energias alternativas está caindo Os custos de fontes de energia alternativas, como centrais eólicas e solares, estão em queda e a competitividade dessas matrizes e crescente. A avaliação e do coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo. “As novas energias renováveis estão baixando de preço. A eólica já custou o dobro, mas o preço esta se reduzindo, e a solar tem caído cerca de 10% ao ano.” O coordenador admite que no Brasil, por não haver fabricação nacional em grande escala, alguns dos equipamentos necessários para a produção desse tipo de energia ainda são caros.

Subsídios indiretos.

Para ele, a comparação dessas fontes com de Belo Monte deve levar em conta os subsídios indiretos dados pelo governo ao projeto da hidrelétrica, embutidos principalmente nas condições de financiamento oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Opinião semelhante a do coordenador

da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace Brasil tem o líder da estratégia de infra estrutura da iniciativa amazônica da Rede WWF, Pedro Bara Neto. “Sem o saco de

bondades oferecido pelo governo, a usina de Belo Monte não é viável. Tiveram de subsidiar a transmissão, o auto produtor. O sistema de subsídios esta montado para hidrelétricas de grande porte”, afirma. O representante do WWF pondera que não e contrario a obras de hidrelétricas, mas contra a política de priorizar apenas esses grandes projetos. “Não somos contra hidrelétricas grandes, somos contra focar só em hidrelétricas grandes”, diz.

Para Baitelo, o grande problema de Belo Monte esta no baixo rendimento da usina. Por armazenar pouca água, ela terá produção reduzida nos meses de seca. “Belo Monte não garante a segurança energética por causa do reservatório baixo”, afirma. O projeto da usina de Belo Monte foi remodelado para reduzir o alagamento justamente para satisfazer exigências dos órgãos ambientais. O técnico do Greenpeace acrescenta que a energia eólica e suplementar, e não concorrente das hidrelétricas . Para ele ,as centrais eólicas e as usinas de biomassa poderiam exercer o papel complementar que hoje e desempenhado pelas termelétricas movidas a gás. / L.G.

Bolsa Família já beneficia 26% dos novos assentados – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Poder – 07/06/2010

Governo mira recém-contemplados pela reforma agrária e os acampados

Extensão do benefício esbarra em resistência de prefeitos e do MST, que teme perder poder de mobilizar sem-terra

Um em cada quatro novos assentados da reforma agrária já é atendido pelo programa Bolsa Família. O governo quer estender o benefício também aos sem-terra à espera de um lote.

Segundo os cadastros oficiais, de 66,4 mil famílias assentadas em 2008, 17,5 mil (26%) já possuem o cartão.

A meta agora é alcançar os demais assentados a partir de 2008, desde que estejam na faixa de renda familiar para inclusão, de R$ 140 mensais per capita. Nesse público-alvo estão também as 214 mil famílias acampadas que recebem uma cesta básica do governo a cada três meses.

A entrada dos assentamentos no Bolsa Família ainda engatinha por conta de uma série de dificuldades.

O primeiro entrave é convencer prefeitos a incluir os sem-terra no Cadastro Único, caminho obrigatório para inclusão no Bolsa Família.

O segundo é a resistência do próprio MST, que avalia que o benefício pode afastar os sem-terra de mobilizações, como invasões.

O Bolsa Família atende hoje cerca de 12 milhões de famílias, que recebem entre R$ 22 e R$ 200 mês.

O Nordeste detém a maior proporção de assentados com o cartão do programa (36%), seguido de Norte (26%), Sudeste (23%), Sul (22%) e Centro-Oeste (13%).

Até que cheguem os primeiros créditos, o que leva em média um ano e meio, o Bolsa Família é a única renda das famílias assentadas.

Rolf Hackbart, presidente do Incra, afirma que a inclusão no programa não inibe a produção. Ele defende que o benefício cesse após a chegada dos primeiros créditos.

Terras se valorizam até 687% em 3 anos – Paula Pacheco – Estado de São Paulo – Economia – 07/06/2010

A procura crescente por terras brasileiras tem se refletido no preço dos ativos. Nos últimos 36 meses, por exemplo, terras no Amapá tiveram uma valorização de até 687,4%.Em Mato Grosso ,a alta máxima registrada no mesmo período chegou a 636,2%.

Entre as razões que levam ao aumento do preço do ativo agrário esta o potencial de valorização das commodities agrícolas. Organismos internacionais, como a FAO, agencia da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para a agricultura e alimentos, assim como as consultorias e os bancos, tem alertado para o fato de que o crescimento populacional nas próximas décadas vai criar uma demanda muito grande por alimentos – e, consequentemente, por terras agricultáveis .O Brasil aparece como grande aposta para quem pretende faturar com a demanda que vem por ai. "A terra e um ativo concreto e tem a tendência de sempre se valorizar.

Com a China e a Índia entrando fortemente no mercado consumidor, e inevitável pensar no crescimento do consumo de alimentos e na necessidade de aumento de produção",diz Jacqueline Bierhals, gerente de Agroenergia da consultoria Agra FNP. Andre Pessoa, dono da Agroconsult, diz que o momento e de forte recuperação dos investimentos em terras – depois de uma procura arrefecida pela crise de 2008/2009. "Vemos de tudo, de produtores brasileiros que buscam aumentar as áreas de plantio a grandes grupos internacionais do agronegocio", comenta. Nesse jogo, o importante e sair na frente para mapear as melhores oportunidades, que conjuguem preço baixo do ativo, alta produtividade e boa logística na distribuição da produção. Segundo Jacqueline, nos últimos 36 meses (de maio/junho de 2007 a marco/abril de 2010), a valorização media das terras no Amapá, por exemplo, foi de 117,9%. No Piauí a alta chegou a 70,1% – nos dois casos não foi descontada a inflação (*veja quadro ao lado*).

Alta produtividade.

Piauí, Maranhão e Tocantins formam a sigla Mapito (união das silabas iniciais de cada Estado) e são a mais recente fronteira agrícola do Pais,que ganhou impulso nos últimos oito anos. Situação semelhante e a do oeste da Bahia, onde se concentram grandes propriedades com índice de produtividade mais alto do que o americano no caso da soja. Nos últimos 12 meses, por exemplo, o hectare no Maranhão valorizou, em media, 16,8% e ,em alguns casos, chegou a 66,7%.

Nos últimos três anos, em media, o preço da terra no Pais aumentou 42%–mais que a maior parte das aplicações financeiras. Os valores, segundo a gerente da Agra,ate já tiveram altas maiores entre 2006 e 2007. Como os preços também são atrelados a cotação das commodities, já não tem aumentado na mesma proporção de outros tempos. "A saca de soja, por exemplo, vale hoje quase a metade na Bolsa de Chicago do que valia antes da crise, e isso reflete na avaliação da terra", explica a gerente da Agra. Entrar para o grupo que investe em terras não e missão apenas para quem leva em consideração o valor do negocio, porque os preços variam muito. Um hectare no Acre ou no Amazonas pode sair por R$ 50, segundo levantamento da Agra FNP, e chegar a R$ 2,8 mil. O hectare do Pais mais caro esta em Santa Catarina – R$ 37mil. Mas aqueles que procuram opções mais promissoras e ainda com uma boa relação custo/beneficio, como o Mapito, podem começar a fazer as contas com o hectare custando a partir de R$ 100. Tudo depende das condições da terra (se e bruta, ou seja, sem nenhum tipo de benfeitoria, ou se já e preparada para o plantio) e dos benefícios nas proximidades (como estradas, distancia dos portos).

Nova aposta.

Alem de culturas tradicionais, como soja, milho e algodão, tem crescido o investimento na cultura do eucalipto para reflorestamento. A Suzano Papel e Celulose, por exemplo, anunciou em marco o plantio cerca de 145 milhões de mudas de eucalipto para suprir unidades de produção no Maranhão e no Piauí. Os produtores querem aproveitar a potencial demanda e começaram a seguir o caminho da companhia na cultura do eucalipto. Em abril, investimento estrangeiro aumentou

225% dados do Banco Central mostram que em abril os ingressos de investimentos estrangeiros diretos em agropecuária foram de US$26 milhões, antes R$8 milhões em abril de 2009 – alta de 225%.

João Neto, sócio da Agrinvest, consultoria de analise de propriedades agrícolas, avalia que o Brasil seja o pais que mais atrai estrangeiros:"Há muita terra disponível e a produtividade e alta." Para Marcos Araujo, outro sócio da Agrinvest,os negócios com estrangeiros estão só no começo. "As terras brasileiras serão como um porto seguro." Na ultima década, o Pais viu a chegada de argentinos,australianos e americanos. Fala-se agora dos chineses. Recentemente, o governo baiano recebeu investidores da China interessados em conhecer as oportunidades agrícolas no oeste baiano, mas há muito pouco de concreto.

Destaque.

Um dos maiores produtores de grãos no Pais e um grupo estrangeiro, o Los Grobo, da Argentina .A empresa,presidida por Gustavo Grobocopatel, tem 50 mil hectares, principalmente no Mapito, e faturou em 2009 US$ 267 milhões. E há mais investidores de fora. A Tiba Agro, voltada a captação de recursos de estrangeiros para aquisição de terras, e dona de 320 milhectares no Mapito.A Radar, do Grupo Cosan, voltada a compra e venda de terras, tem 80% do seu capital nas mãos de um fundo americano. Há produtores contrários a invasão estrangeira porque temem a concentração de terras nas mãos de poucos e o efeito da especulação no preço do ativo agrário. Mas outros não se opõem a concorrência."O Brasil não e uma ilha.Mas não acredito que haja o que temer, porque no campo ninguém faz melhor do que nos", diz o gaucho Otaviano Pivetta, dono da Vanguarda do Brasil,com terras em Mato Grosso e no oeste baiano. A Calyx Agro Brasil, dona de 47 mil hectares de terra no Pais, tem entre seus investidores a multinacional Louis Dreyfus Commodities.Para Harald Brunckhorst, principal executivo, o ritmo de negócios pode melhorar. "Os preços ainda estão altos e o cambio não e favorável. Por enquanto, ha muita especulação. E muita espuma e pouca cerveja", avalia Brunckhorst.

Benefício é bem-vindo, mas deve ser aliado a políticas de crédito e educação - BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Folha de São Paulo – Poder –

07/06/2010
Especial Para a Folha

A iniciativa do governo federal de incluir famílias assentadas no programa Bolsa Família é uma ajuda substancial, considerando que essas famílias estão reconstruindo suas vidas e a maior parte está descapitalizada. A ajuda é bem-vinda, mas não pode ter caráter duradouro.

O Bolsa Família é uma política compensatória e, tornando-se permanente, emperra o desenvolvimento. A lógica da compensação é contribuir para o estabelecimento de condições sociais que levem ao desenvolvimento territorial, o que exige outras políticas públicas - como o crédito e a educação.

Essas políticas estão sendo aplicadas, mas são discrepantes e devem ser corrigidas. Os exemplos são o Pronaf e o Pronera. Nas últimas duas safras, apenas 55% dos recursos disponibilizados foram utilizados. Milhares de assentados não tiveram acesso ao crédito, por falta de organização ou conhecimento, ou não quiseram por não atender suas necessidades.

O Pronera não atende plenamente às demandas educacionais dos assentados. O ensino fundamental voltado para o campo, a possibilidade de formação técnica e

tecnológica voltada à produção agroecológica, e o acesso à universidade são os gargalos dessa importante política.

O Bolsa Família pode prejudicar os assentados se separado dessas políticas. Sem ajuste e qualificação, teremos várias políticas públicas aplicadas de modo ineficiente. Com certeza, não faltarão arautos ruralistas que colocarão a culpa nas famílias assentadas. Por outro lado, o auxilio permanente, como dizia Luiz Gonzaga, "vicia o cidadão".

BERNARDO MANÇANO FERNANDES é professor da Unesp

Colheitas atraem 1 milhão de bóias-frias – Elvira Lobato - Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010

Lavradores migram para centro-sul por safras de café, laranja e cana

Fracassam programas para garantir direitos trabalhistas a retirante; maioria deixa Nordeste em ônibus clandestinos

O maranhense Josimar Silva, 23, colhe morango em Pouso Alegre, Minas Gerais; ele pretende economizar o dinheiro para reformar a casa no Maranhão

Com o início das safras de café, da cana-de-açúcar, da laranja e de outras culturas menos tradicionais, como o morango, perto de 1 milhão de trabalhadores rurais buscam emprego temporário fora de seus Estados.

Como aves de arribação, saem com destino fixo e retornam para casa após o término da safra, para refazer a rota no ano seguinte. A maioria vem da agricultura familiar e busca um complemento de renda.A movimentação acontece longe dos olhos do governo, que não tem estatísticas sobre a migração temporária no campo. A inexistência de dados oficiais evidencia a falta de políticas públicas para enfrentar o problema.

No ano passado, o governo federal tentou instituir a intermediação pública na contratação dos trabalhadores rurais, via Sine (Sistema Nacional de Emprego), em parceria com os Estados.

O projeto, chamado Marco Zero, foi implantado como experiência-piloto em Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais. O resultado, até agora, é irrelevante.

SEM CARTEIRA

Também fracassou a tentativa de exigir que a mão de obra rural saísse de sua área de origem com a carteira já assinada.

A instrução normativa 76/ 2009, do Ministério do Trabalho, criou a Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT). Em tese, os migrantes rurais não poderiam deixar o local de origem sem o documento com identificação do contratante e o salário.

O ministério admite que pelo menos 90% dos trabalhadores rurais temporários saem sem carteira assinada. A formalização só acontece quando chegam ao destino. Na maior parte dos casos eles são transportados em ônibus clandestinos, que circulam pelas rodovias federais e estaduais como se levassem turistas.

O governo reconhece sua dificuldade em mapear o trabalho rural temporário. Alega que os dois lados preferem a informalidade.

O próprio trabalhador resiste em colaborar, por medo de que a fiscalização lhe tire a oportunidade de trabalho. O mesmo acontece com os produtores rurais, que consideram abusiva a legislação trabalhista.

REDE INFORMAL

A superintendente do Ministério do Trabalho no Piauí, Paula Maria Masullo, calcula que 40 mil trabalhadores rurais deixem o Estado, anualmente, principalmente para o corte de cana em São Paulo.""Quando o trabalhador sai por iniciativa própria, não há o que fazer. Eles têm o direito de ir e vir", diz.

Segundo o padre Antônio Garcia Peres, secretário-executivo nacional da Pastoral do Migrante, há uma rede informal de comunicação entre os trabalhadores. Peres acompanha o fenômeno há mais de 20 anos.""Um arrasta o outro. Os que ficam esperam o sinal positivo dos que foram para também embarcar. É uma revoada. Os governos não se importam se o deslocamento cria rompimentos familiares e enfraquece os projetos locais", afirma.

CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – CNA – 10/06/2010

Brasília (10/6) - As alterações apresentadas pelo governo no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011, anunciado nesta semana, não favorecem a classe média rural, grupo estimado em 2,5 milhões de produtores rurais. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ressaltou que, embora utilizem boa tecnologia, "a classe média rural não possui demanda em escala suficiente para negociar os preços dos seus insumos e sua produção não gera receita para cobrir os custos da atividade". Por este motivo, entende que "é necessário estabelecer um novo modelo de financiamento para o setor, que melhore o ambiente institucional, reduza os riscos das operações de crédito e eleve a disponibilidade de recursos".

Segundo a senadora, a classe média rural, na prática, está excluída do sistema oficial de crédito. "Estes produtores investem em tecnologia, mas não têm acesso aos recursos do crédito rural oficial". A exclusão tem um preço elevado, já que eles precisam financiar sua produção com recursos da iniciativa privada. "Para custear as lavouras, buscam recursos com financiadores privados (tradings e multinacionais), pagando taxas de juros elevadas". Estimativas da CNA mostram que a taxa de juros efetiva praticada no crédito rural chega a 15% ao ano na região Sul e a 21% ao ano no Centro-Oeste.

Clique aqui para ver nota da Superintendência Técnica da CNA com avaliações sobre os principais pontos do PAP 2010/2011.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419/1411

"A escravidão é pior hoje" – Daniel Santini - Folha Universal – MST – 10/06/2010

Daniel Santini
daniel.santini@folhauniversal.com.br
Da Folha Universal

A advogada armênia Gulnara Shahinian, relatora especial sobre escravidão do Conselho
de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) visitou o Brasil em maio.

Convidada, ela participou do 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e informou-se sobre a resistência no Congresso Nacional à Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 438) que prevê que terras de escravocratas sejam destinadas à reforma agrária.

Procurou ouvir acadêmicos, autoridades e movimentos sociais sobre o tema. A preocupação da ONU se justifica. A escravidão está longe de ser passado. No Brasil, desde que foram criados programas específicos em 1995, mais de 37 mil pessoas foram libertadas.

"Quando as terras ficam na mão de uma minoria há menos democracia, menos participação do povo", afirma Gulnara Shahinian, nesta entrevista.

No mundo, com a sensibilidade de quem construiu carreira internacional defendendo direitos de crianças, mulheres e imigrantes, Gulnara alerta que a situação nunca foi tão grave.

Como é a escravidão moderna?

Infelizmente as pessoas ainda pensam que a escravidão é algo do passado e muitos a relacionam como algo restrito ao tráfico de pessoas. Esta é apenas uma forma. Há muitas outras que escolhemos não ver, algumas velhas e tradicionais. Ignorar não ajuda. A estimativa dos acadêmicos é de que hoje 27 milhões sejam escravos. Kevin Bales (sociólogo britânico) menciona este número. A escravidão moderna está inclusive em países desenvolvidos. A escravidão tornouse fenômeno global por causa da nossa ignorância, da nossa falta de interesse. É preciso ter atenção com este tema.

É possível comparar a escravidão moderna com a do passado?

Sim, a escravidão é pior hoje. Ter escravos é muito mais barato do que no passado. As pessoas são descartáveis. Você pode ter um escravo e depois jogá-lo fora. Você não paga para ter um escravo. O ser humano virou uma "commodity" (mercadoria primária) barata. Hoje a escravidão se dá não só por coerção física, mas também psicológica.

Escravidão psicológica?

Sim, além do trabalho forçado há escravidão por dívidas, casamentos obrigados, casamentos de menores, trabalho infantil. Há os que dizem que isso tudo não é escravidão porque a pessoa tem liberdade para ir e vir. São mulheres e crianças livres para, por exemplo, ir até o mercado comprar comida para o "mestre". Mas elas não tem liberdade psicológica ou alternativas. Há regiões em que as mulheres que fogem são olhadas de maneira negativa e não têm empregos.

Muita gente se surpreende ao ouvir falar em escravidão hoje? Em 2009, em Madri, na Espanha, alguns acadêmicos ficaram surpresos. No fim, acabaram preocupados em saber mais. Foi positivo. Muitos países rejeitam o conceito. Eu fiquei entusiasmada quando recebi o convite para vir ao Brasil. Demonstra vontade política do País.

Há gente que nega a escravidão, como a senadora Katia Abreu (DEM/ TO). Este tipo de visão é comum?

Ouvi isso no Haiti quando estive no paíspara conhecer o "restavec" (sistema em que famílias sem recursos dão filhos para as ricas) e me disseram que aquilo não era escravidão, mas sim uma "tradição cultural". Perguntaram quem eu era para vir de fora e falar em escravidão. Eu vi como o sistema funciona. É horrível. As famílias entregam suas crianças com a melhor das intenções, mas elas acabam trabalhando como escravas com as novas famílias. Muitas são abusadas sexualmente. Eu vi essas situações.

Como combater a exploração quando ela é tratada como tradição?

Tradição cultural não é explorar as crianças, não é explorar pessoas. São medidas de sobrevivência porque a pobreza virou algo crônico. A melhor maneira de lidar com isso é promover desenvolvimento econômico e estabelecer direitos, chamar atenção para a situação. Temos que providenciar dignidade, garantir que as pessoas ganhem o suficiente para viver e não apenas sobreviver. Ao deixar de investir em educação, saúde, ao deixar a pobreza continuar, estamos perpetuando a escravidão.

Onde a situação é mais grave?

É difícil indicar uma região. Pode ser maior ou menor em algumas partes, mas está presente em todo o mundo. Em alguns países, como na Mauritânia, na África, há relatórios que negam e apontam formas "residuais". Residual? Escravidão é escravidão. Há situações graves ligadas a conflitos militares. Na África, as crianças são utilizadas como soldados. Em muitos países em guerra, tropas de paz aceitas como salvadoras acabam aproveitando-se das prostitutas locais e intermediando o tráfico de mulheres. Isso acontece no Congo, Bósnia, Somália, Haiti. Há tantos exemplos.

O Brasil é um país com muita desigualdade econômica e concentração de terras. Isso agrava o problema?

Quando as terras ficam na mão de uma minoria há menos democracia, menos participação do povo. Poucos ditam as regulamentações. Isso é perigoso e pode resultar, com base na ganância e na competição, em mais escravidão. Em termos econômicos o aumento da escravidão é péssimo para todos. Quando as pessoas ganham dinheiro só para o "mestre", não investem no país, nas famílias.

Como vê os processos de privatização e o livre mercado?

Este é o meu medo mais profundo, a falta de regulamentação nos mercados. Sem mecanismos de controle, a ganância, aliada à impunidade e à ausência de leis para punição, criam o ambiente mais propício para a escravidão. Na busca por mercados, na tentativa de se criar produtos mais baratos, as pessoas estão procurando todas as maneiras de se tornarem competitivas. As violações acabam ignoradas e só se pensa em ganhar mais.

Por que a ONU só passou a combater a escravidão em 2008? Inicialmente a atenção era para o tráfico de pessoas. Só que há outras formas de escravidão e muita gente ficava nas sombras. Hoje temos relatórios, visitas aos países e denúncias. Os leitores que quiserem fazer denúncias podem escrever para o e-mail srslavery@ohchr. org e, se quiserem anonimato, basta indicar. Encaminho as informações para o governo e, se não houver resposta, registro no relatório que apresento ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 12/06/2010

Documento inédito obtido pelo Correio permite uma radiografia da distribuição de terras brasileiras compradas por estrangeiros. São 4,3 milhões de hectares distribuídos em 3.694 municípios (veja mapa e tabela no final da reportagem).

Ao contrário do que muitos imaginam, o maior interesse não está na Amazônia. As terras estrangeiras concentram-se em estados do Centro-Oeste e do Sudeste, com destaque absoluto para o Mato Grosso, onde 844 mil hectares estão nas mãos de corporações transnacionais.

Empresas da China, do Japão, da Europa, dos Estados Unidos, da Coreia e de países árabes investem principalmente na produção de grãos, cana-de-açúcar e algodão, além de eucalipto para a indústria de celulose.

A competição com o capital internacional elevou o preço das terras em cerca de 300% em algumas áreas do Centro-Oeste.

Não há regulamentação que imponha limites a essa ocupação, nem informações precisas no governo brasileiro.

"A terra é finita. Por isso, há disputa por terra no mundo para produção de energia, alimento e reserva de valor. Como há uma crise ambiental, uma crise energética e uma crise de alimento, a disputa por terra nunca esteve tão acirrada", afirma Rolf Hackbart, presidente do Incra

O mapa das terras estrangeiras foi elaborado a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ele permite identificar as áreas de maior interesse, mas as informações não são completas, pois o cadastro do Incra é declaratório.

As empresas não informam o que produzem nem a origem do dinheiro. Apenas há três anos foi criado um campo específico para esses dados, mas nem todos declaram.

Os cartórios também deveriam exigir essas informações ao lavrarem as escrituras, mas nem sempre cumprem a obrigação. Técnicos do instituto avaliam que os números podem ser até cinco vezes maiores.

Em solenidade realizada na Embrapa, em Brasília, anteontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou preocupação em relação à compra de terras no Brasil por estrangeiros. "Uma coisa é o cidadão vir e comprar uma usina, comprar fábrica. Outra coisa é comprar a terra da fábrica, a terra da soja, a terra do minério. Daqui a pouco ficaremos com um território diminuto", disse o presidente. Ele acrescentou que é preciso evitar que haja "abuso" nas aquisições, "sobretudo da terra mais produtiva".

Perfil

O cadastro permite identificar as regiões de maior interesse das multinacionais. No Mato Grosso, onde é forte a produção de soja, a distribuição é equilibrada, mas há forte concentração em alguns municípios.

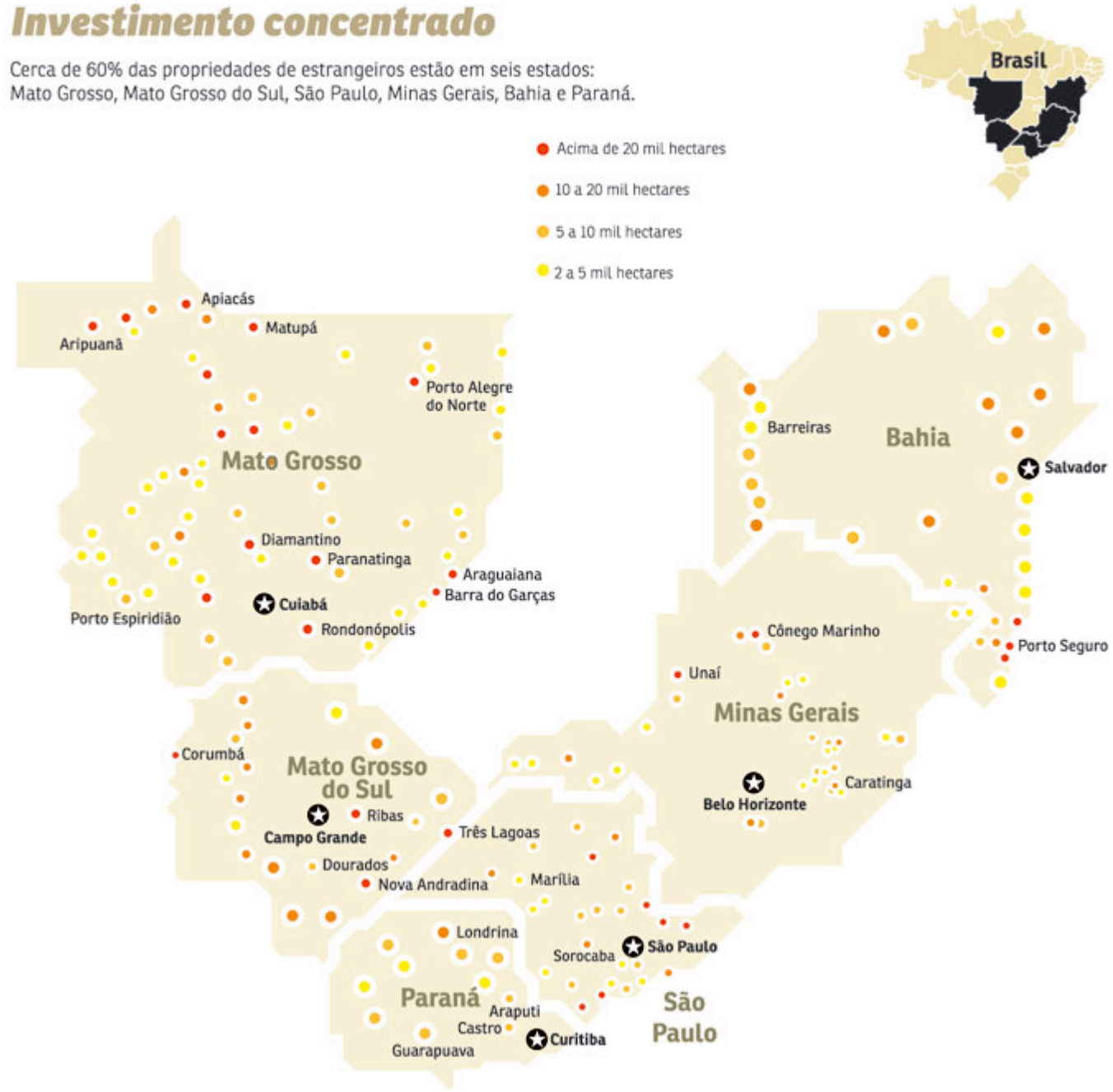
Em Porto Alegre do Norte, nordeste do estado, 13 propriedades de estrangeiros somam 79 mil hectares, o que corresponde a 790 km² . No Mato Grosso do Sul, a produção é dividida entre a cana e os grãos. Destaca-se Ribas do Rio Pardo, na região central, com 51 mil hectares distribuídos em 18 fazendas.

Na Bahia, há duas regiões preferenciais para os estrangeiros. No oeste do estado, uma fronteira agrícola relativamente recente, grupos japoneses já adquiriram cerca de 30 mil hectares para o cultivo de algodão e grãos.

Mas já havia outras empresas transnacionais na região. No extremo sul, apenas seis municípios somam mais da metade de todas as terras estrangeiras no estado. Em Santa Cruz de Cabrália, são 56 mil hectares. Na região, cerca de 100 mil hectares estão ocupados com plantações de eucaliptos destinados à produção de celulose pela

fábrica Veracel, uma sociedade da empresa sueco-finlandesa Stora Enso com a antiga Aracruz, hoje controlada pelo grupo Votorantim.

Em São Paulo, há uma capilarização maior. São cerca de 12 mil propriedades ocupando 491 mil hectares. No estado, interessa principalmente a produção de cana. O município de Agudos tem a maior concentração dessas propriedades, com 11 mil hectares. Os estados do Nordeste parecem não atrair a atenção das multinacionais. Em alguns deles, o total de terras não passa de 6 ou 9 mil hectares.



Distribuição por estado

Estado	Nº de propriedades	Hectares (mil)
Mato Grosso	1.229	844
Mato Grosso do Sul	781	473
São Paulo	12.291	491
Minas	2.639	491
Bahia	2.192	368
Paraná	5.130	299
Pará	1.143	235
Amazonas	307	232
Goiás	843	230
Rio Grande do Sul	1.895	113
Rio de Janeiro	2.110	85
Maranhão	184	70
Piauí	82	58,7
Santa Catarina	1.290	54
Ceará	401	34,7
Rondônia	119	29
Roraima	66	27,7
Rio Grande do Norte	128	20,8
Espírito Santo	304	19,7
Acre	26	13,8
Alagoas	101 13,5	
Pernambuco	248	9,6
Paraíba	248	6,8
Amapá	15	6,2
Distrito Federal	217	4,3
Sergipe	81	3,4

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Lucio Vaz – MST – 12/06/2010

Documento inédito obtido pelo Correio permite uma radiografia da distribuição de terras brasileiras compradas por estrangeiros. São 4,3 milhões de hectares distribuídos em 3.694 municípios (veja mapa e tabela no final da reportagem).

Ao contrário do que muitos imaginam, o maior interesse não está na Amazônia. As terras estrangeiras concentram-se em estados do Centro-Oeste e do Sudeste, com destaque absoluto para o Mato Grosso, onde 844 mil hectares estão nas mãos de corporações transnacionais.

Empresas da China, do Japão, da Europa, dos Estados Unidos, da Coreia e de países árabes investem principalmente na produção de grãos, cana-de-açúcar e algodão, além de eucalipto para a indústria de celulose.

A competição com o capital internacional elevou o preço das terras em cerca de 300% em algumas áreas do Centro-Oeste.

Não há regulamentação que imponha limites a essa ocupação, nem informações precisas no governo brasileiro.

"A terra é finita. Por isso, há disputa por terra no mundo para produção de energia, alimento e reserva de valor. Como há uma crise ambiental, uma crise energética e uma crise de alimento, a disputa por terra nunca esteve tão acirrada", afirma Rolf Hackbart, presidente do Incra

O mapa das terras estrangeiras foi elaborado a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ele permite identificar as áreas de maior interesse, mas as informações não são completas, pois o cadastro do Incra é declaratório.

As empresas não informam o que produzem nem a origem do dinheiro. Apenas há três anos foi criado um campo específico para esses dados, mas nem todos declaram.

Os cartórios também deveriam exigir essas informações ao lavrarem as escrituras, mas nem sempre cumprem a obrigação. Técnicos do instituto avaliam que os números podem ser até cinco vezes maiores.

Em solenidade realizada na Embrapa, em Brasília, anteontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou preocupação em relação à compra de terras no Brasil por estrangeiros. "Uma coisa é o cidadão vir e comprar uma usina, comprar fábrica. Outra coisa é comprar a terra da fábrica, a terra da soja, a terra do minério. Daqui a pouco ficaremos com um território diminuto", disse o presidente. Ele acrescentou que é preciso evitar que haja "abuso" nas aquisições, "sobretudo da terra mais produtiva".

Perfil

O cadastro permite identificar as regiões de maior interesse das multinacionais. No Mato Grosso, onde é forte a produção de soja, a distribuição é equilibrada, mas há forte concentração em alguns municípios.

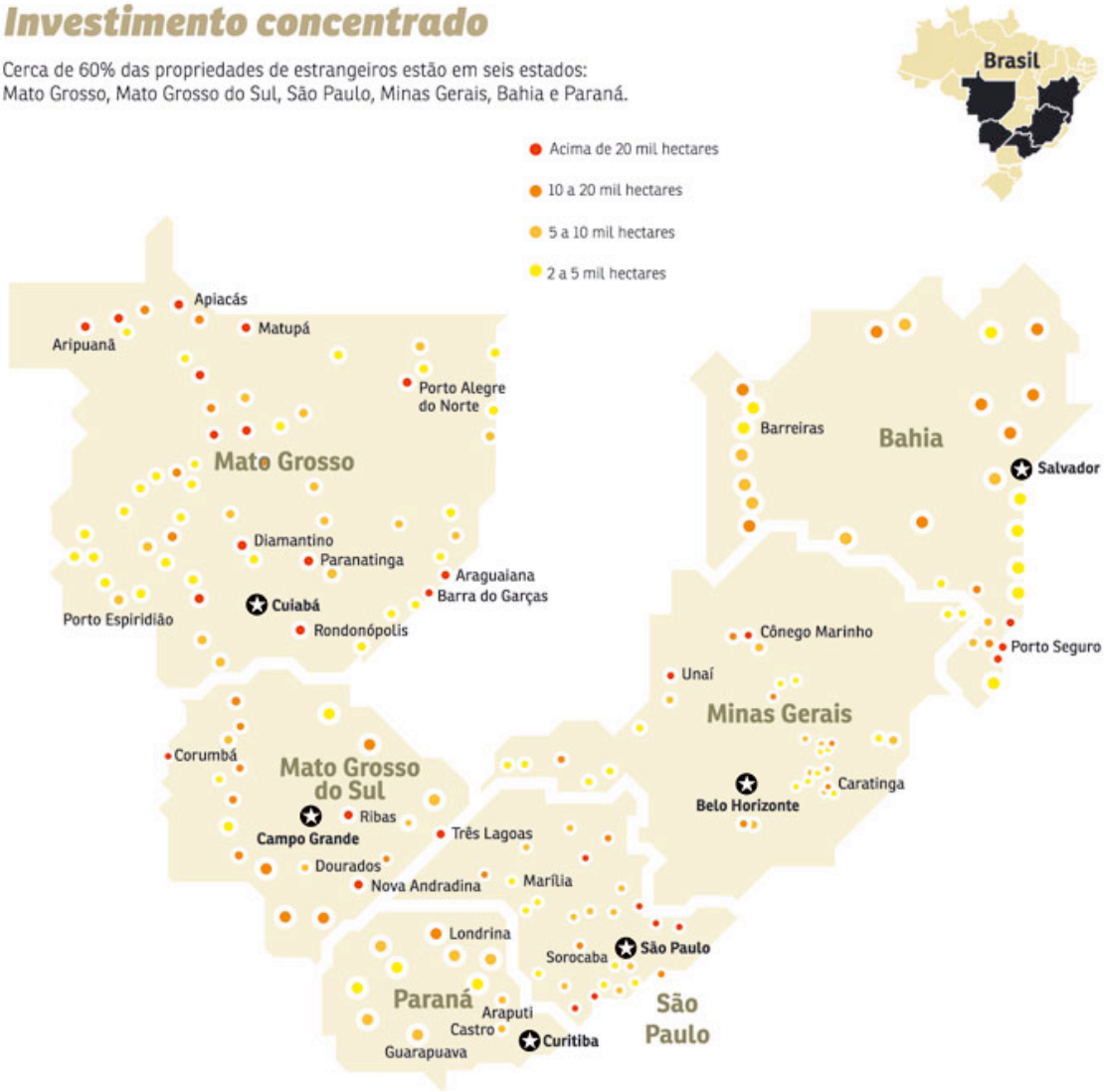
Em Porto Alegre do Norte, nordeste do estado, 13 propriedades de estrangeiros somam 79 mil hectares, o que corresponde a 790 km² . No Mato Grosso do Sul, a produção é dividida entre a cana e os grãos. Destaca-se Ribas do Rio Pardo, na região central, com 51 mil hectares distribuídos em 18 fazendas.

Na Bahia, há duas regiões preferenciais para os estrangeiros. No oeste do estado, uma fronteira agrícola relativamente recente, grupos japoneses já adquiriram cerca de 30 mil hectares para o cultivo de algodão e grãos.

Mas já havia outras empresas transnacionais na região. No extremo sul, apenas seis municípios somam mais da metade de todas as terras estrangeiras no estado. Em

Santa Cruz de Cabrália, são 56 mil hectares. Na região, cerca de 100 mil hectares estão ocupados com plantações de eucaliptos destinados à produção de celulose pela fábrica Veracel, uma sociedade da empresa sueco-finlandesa Stora Enso com a antiga Aracruz, hoje controlada pelo grupo Votorantim.

Em São Paulo, há uma capilarização maior. São cerca de 12 mil propriedades ocupando 491 mil hectares. No estado, interessa principalmente a produção de cana. O município de Agudos tem a maior concentração dessas propriedades, com 11 mil hectares. Os estados do Nordeste parecem não atrair a atenção das multinacionais. Em alguns deles, o total de terras não passa de 6 ou 9 mil hectares.



Distribuição por estado

Estado	Nº de propriedades	Hectares (mil)
Mato Grosso	1.229	844
Mato Grosso do Sul	781	473
São Paulo	12.291	491
Minas	2.639	491
Bahia	2.192	368
Paraná	5.130	299
Pará	1.143	235
Amazonas	307	232
Goiás	843	230
Rio Grande do Sul	1.895	113
Rio de Janeiro	2.110	85
Maranhão	184	70
Piauí	82	58,7
Santa Catarina	1.290	54
Ceará	401	34,7
Rondônia	119	29
Roraima	66	27,7
Rio Grande do Norte	128	20,8
Espírito Santo	304	19,7
Acre	26	13,8
Alagoas	101 13,5	
Pernambuco	248	9,6
Paraíba	248	6,8
Amapá	15	6,2
Distrito Federal	217	4,3
Sergipe	81	3,4

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010

12 de junho de 2010
Por Eduardo Sales de Lima Do Brasil de Fato

O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B) entregou, no dia 8, o relatório final com propostas de mudanças no Código Florestal Brasileiro. ONGs ambientalistas e organizações sociais camponesas, entretanto, criticam-no por ter encampado as pautas do setor ruralista do Congresso Nacional.

A visão de grande parte dos movimentos, dentre eles a Via Campesina, é a de que, com a aprovação do novo código, o agronegócio consolidará áreas já desmatadas em reservas legais e áreas de proteção permanente (APPs) e, assim, ficarão perdoados grandes produtores rurais que cometeram infrações ambientais.

O engenheiro florestal Luiz Zarref, ligado à Via Campesina, afirma que o novo código é resultado de mais um forte lobby no parlamento, sobretudo dos grandes produtores de óleo de palma (dendê), que devastam as florestas tropicais da Indonésia e da Malásia, além dos já conhecidos produtores de celulose (eucalipto). "O objetivo é de que as reservas legais, principalmente na região amazônica, possam ser recompostas por espécies exóticas, como a palma e o eucalipto", explica.

"A proposta que o Rebelo está encampando é a proposta do agronegócio", adverte Frei Sérgio Görgen, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O que reforça tal afirmação é que o relatório com as mudanças no código foi elaborado com a participação de uma consultora jurídica oficial da frente ruralista do Congresso Nacional. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, de 8 de junho, a advogada Samanta Piñeda recebeu R$ 10 mil pela "consultoria", pagos com dinheiro da verba indenizatória de Rebelo e do presidente da comissão especial, Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Há denúncias de que os ruralistas teriam impedido a participação plena de inúmeras organizações sociais, além de terem apressado o processo de consulta pública. Todas as dezenove audiências públicas comandadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados foram realizadas em "capitais" do agronegócios.

Raquel Izidoro, membro da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef), esteve na audiência do dia 3 de fevereiro em Ribeirão Preto (SP) e reclama da falta de democracia que presenciou na ocasião. "O código de 1965 veio de uma época de muitas lutas sociais, o que não está acontecendo agora. Na audiência em Ribeirão Preto, o tempo das organizações sociais era bem controlado, ao contrário do tempo daqueles que se pronunciavam defendendo os interesses do agronegócio", recorda.

Equívocos

De acordo com Luiz Zarref, o deputado Aldo Rebelo, ao assumir os anseios de expansão espacial do setor ruralista e rebater veementemente as críticas de ONGs ambientalistas estrangeiras contra ele, sobretudo o Greenpeace, incorre em "erro de leitura política". "Ele está considerando o debate público de criação de novo código florestal como uma disputa entre nacionalismo e intervenção estrangeira. Ora, ele está esquecendo que o agronegócio é, justamente, uma grande injeção de capital estrangeiro dentro do país".

Zarref denuncia que "o interesse do capital externo é destruir toda a nossa floresta, transformar ela em carvão para a extração de minérios, substituir por cana, gado e algodão para exportar, transformando tudo em commodities". Relacionados a isso ou não, cifras da última campanha eleitoral podem elucidar certas atitudes.

De acordo com a página na internet da ONG Transparência Brasil, a campanha de Aldo para as eleições de 2006 recebeu R$ 300 mil da Caemi-Mineração e Metalúrgica, R$ 50 mil da Bolsa de Mercadorias e Futuros e mais R$ 50 mil da Votorantim Celulose e Papel.

Segundo Frei Sérgio, a polarização que o deputado Aldo Rebelo engendra, a

de que existe uma intervenção de ONGs internacionais que não querem que o país progrida é falsa. “Não é proteção da nação que ele está fazendo, é justamente entregar nossos rios, nossas florestas para meia dúzia de transnacionais”, conclui.

Manejo

Entre os argumentos do deputado federal e da frente ruralista para a implementação de um novo Código Florestal Brasileiro, está o de que a agropecuária precisa de mais espaço. Em recente estudo coordenado por Gerd Sparovek, professor do departamento de solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), que ainda será publicado, o atual código já permite que 104 milhões de hectares sejam desnecessariamente, mas legalmente, desmatados.

Sparovek destaca, por outro lado, que a agricultura pode se desenvolver pela expansão territorial sobre áreas ocupadas com pecuária extensiva. O estudo aponta que a pecuária brasileira para o corte ocupa 211 milhões de hectares. A conclusão de seu estudo é de que a integração da agricultura com a pecuária, o manejo mais intensivo das pastagens através da correção do solo e sua adubação ainda são práticas pouco aplicadas pelos pecuaristas no Brasil.

Noves fora o espaço mal utilizado pelo agronegócio, mais um “erro” do deputado Aldo Rebelo, segundo Zarref, é enxergar a incompatibilidade entre o respeito à natureza e produção agropecuária. “Quando se fala do sistema convencional de produção agropecuária, baseado em monocultura, mecanização pesada e produtos químicos, aí, de fato, isso é totalmente incompatível com a natureza. Agora, quando se fala de sistemas complexos e agroecológicos de produção de alimentos saudáveis, não há essa incompatibilidade entre natureza e produção”, explica Zarref.

O engenheiro florestal defende que o agronegócio não dá conta de produzir e preservar o meio ambiente, e a agricultura camponesa, sim. “Estamos falando que a reserva legal é um espaço privilegiado para desenvolver alimentos saudáveis com conservação da natureza; e ele [Aldo Rebelo] só consegue enxergar a produção convencional, baseada na revolução verde”, pondera.

De acordo com Luiz Zarref, o código atual permite um manejo de reservas legais, mas é necessária uma regulamentação para este manejo e assistência técnica qualificada. Ele defende que a viabilidade econômica do manejo poderia ser potencializada com recursos financeiros voltados à implementação de projetos de recuperação e garantia de comercialização para os produtos oriundos do manejo da reserva legal e APP.

A intenção da frente ruralista é levar a proposta ao plenário da Câmara antes das eleições. A assessoria de imprensa do deputado federal Aldo Rebelo informou à reportagem que, por estar concluindo o relatório, o parlamentar estaria momentaneamente impossibilitado de conceder entrevistas.

"A terra é um bem finito e disputa nunca esteve tão acirrada" – Sítio Eletrônico do MST – 12/06/2010

12 de junho de 2010

Por Lucio Vaz Do Correio Braziliense

A terra é um meio de produção finito. Não se pode produzir terra. Com essa definição, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, tenta explicar o crescente interesse de empresários estrangeiros pelas terras brasileiras.

"A terra é finita. Por isso, há disputa por terra no mundo para produção de energia, alimento e reserva de valor. Essa é a ideia chave. Como há uma crise ambiental, uma crise energética e uma crise de alimento no mundo, a disputa por terra nunca esteve tão acirrada."

Rolf acrescenta um segundo aspecto que considera importante nesse debate. "A segunda ideia é a soberania. Esse tema de regulamentar a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil não é xenofobia. O governo brasileiro, por intermédio das leis, tem que estabelecer regras e ter soberania para destinar as suas terras. Tudo isso aliado à valorização."

Ele comenta que a chegada do capital internacional tem tornado a competição desigual com muitos produtores nacionais. "O preço da terra em Mato Grosso aumentou 300% nos últimos quatro anos."

Essa pressão já chegou ao seu gabinete, em Brasília. "Eu recebo muitos investidores nacionais que querem desenvolver projetos sustentáveis, mas não conseguem competir com os recursos dos estrangeiros. Isso no Centro-Oeste, onde querem produzir grãos."

Entraves

Um dos obstáculos para o controle dos investimentos internacionais é a própria definição de empresa nacional prevista na Constituição Federal. O texto aprovado na Constituinte de 1988 era mais rígido, mas foi flexibilizado na reforma constitucional aprovada durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Hoje, há limites por município para pessoa física estrangeira e para empresa estrangeira localizada no Brasil. Mas há uma brecha que permite presença maior dos estrangeiros.

"Pelo conceito de empresa nacional, basta que a empresa tenha um escritório no Brasil para ser considerada nacional. O capital pode ser 99% de fundo de investimento internacional, a origem do recurso pode ser 99% estrangeira. Mas, se ela tem escritório em Cuiabá, em Brasília, é considerada empresa nacional, e não tem limite", comenta o presidente do Incra.

Ao manifestar preocupação com a aquisição de terras brasileiras, o presidente Lula informou que já existe, há alguns anos, no governo, um grupo de trabalho

formado para discutir o assunto, envolvendo os ministérios da Defesa e da Justiça, mas até hoje esse trabalho não ficou pronto.

O Ministério Público Federal também formou um grupo de trabalho para estudar a regulamentação dessas compras. O primeiro obstáculo que enfrentou foi a precariedade das informações. Muitos cartórios não cumprem a lei que determina a realização de registro especial quando as terras são compradas por estrangeiros.

Uma das providências será solicitar à Corregedoria Nacional de Justiça que exija essa providência dos cartórios. Muitos deles também deixam de enviar ao Incra relatórios sobre as aquisições de terras por multinacionais. Os estudos dos procuradores ainda estão em andamento.

Mais de 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010

Documento inédito obtido pelo Correio permite uma radiografia da distribuição de terras brasileiras compradas por estrangeiros. São 4,3 milhões de hectares distribuídos em 3.694 municípios (veja mapa e tabela no final da reportagem).

Ao contrário do que muitos imaginam, o maior interesse não está na Amazônia. As terras estrangeiras concentram-se em estados do Centro-Oeste e do Sudeste, com destaque absoluto para o Mato Grosso, onde 844 mil hectares estão nas mãos de corporações transnacionais.

Empresas da China, do Japão, da Europa, dos Estados Unidos, da Coreia e de países árabes investem principalmente na produção de grãos, cana-de-açúcar e algodão, além de eucalipto para a indústria de celulose.

A competição com o capital internacional elevou o preço das terras em cerca de 300% em algumas áreas do Centro-Oeste.

Não há regulamentação que imponha limites a essa ocupação, nem informações precisas no governo brasileiro.

"A terra é finita. Por isso, há disputa por terra no mundo para produção de energia, alimento e reserva de valor. Como há uma crise ambiental, uma crise energética e uma crise de alimento, a disputa por terra nunca esteve tão acirrada", afirma Rolf Hackbart, presidente do Incra

O mapa das terras estrangeiras foi elaborado a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ele permite identificar as áreas de maior interesse, mas as informações não são completas, pois o cadastro do Incra é declaratório.

As empresas não informam o que produzem nem a origem do dinheiro. Apenas há três anos foi criado um campo específico para esses dados, mas nem todos declaram.

Os cartórios também deveriam exigir essas informações ao lavrarem as escrituras, mas nem sempre cumprem a obrigação. Técnicos do instituto avaliam que os números podem ser até cinco vezes maiores.

Em solenidade realizada na Embrapa, em Brasília, anteontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou preocupação em relação à compra de terras no Brasil por estrangeiros. "Uma coisa é o cidadão vir e comprar uma usina, comprar fábrica. Outra

coisa é comprar a terra da fábrica, a terra da soja, a terra do minério. Daqui a pouco ficaremos com um território diminuto", disse o presidente. Ele acrescentou que é preciso evitar que haja "abuso" nas aquisições, "sobretudo da terra mais produtiva".

Perfil

O cadastro permite identificar as regiões de maior interesse das multinacionais. No Mato Grosso, onde é forte a produção de soja, a distribuição é equilibrada, mas há forte concentração em alguns municípios.

Em Porto Alegre do Norte, nordeste do estado, 13 propriedades de estrangeiros somam 79 mil hectares, o que corresponde a 790 km² . No Mato Grosso do Sul, a produção é dividida entre a cana e os grãos. Destaca-se Ribas do Rio Pardo, na região central, com 51 mil hectares distribuídos em 18 fazendas.

Na Bahia, há duas regiões preferenciais para os estrangeiros. No oeste do estado, uma fronteira agrícola relativamente recente, grupos japoneses já adquiriram cerca de 30 mil hectares para o cultivo de algodão e grãos.

Mas já havia outras empresas transnacionais na região. No extremo sul, apenas seis municípios somam mais da metade de todas as terras estrangeiras no estado. Em Santa Cruz de Cabrália, são 56 mil hectares. Na região, cerca de 100 mil hectares estão ocupados com plantações de eucaliptos destinados à produção de celulose pela fábrica Veracel, uma sociedade da empresa sueco-finlandesa Stora Enso com a antiga Aracruz, hoje controlada pelo grupo Votorantim.

Em São Paulo, há uma capilarização maior. São cerca de 12 mil propriedades ocupando 491 mil hectares. No estado, interessa principalmente a produção de cana. O município de Agudos tem a maior concentração dessas propriedades, com 11 mil hectares. Os estados do Nordeste parecem não atrair a atenção das multinacionais. Em alguns deles, o total de terras não passa de 6 ou 9 mil hectares.

Grupo americano tem propriedade de 44 mil hectares em MG – Sítio eletrônico do MST – 13/06/2010

O município mineiro de Unaí, no Entorno do Distrito Federal, conta com a maior propriedade rural de estrangeiros em todo o estado de Minas, com 44 mil hectares — área equivalente à Região Administrativa de Brasília, que compreende as asas Sul e Norte e a Vila Planalto —, segundo cadastro do Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (Incra).

No cartório da cidade, a Fazenda Agroreservas do Brasil está registrada como empresa brasileira, embora não seja segredo na cidade que os seus proprietários são norte-americanos. Funcionários da companhia, que tem escritório em Formosa (GO), confirmam que se trata de um empreendimento estrangeiro.

O caso em Unaí reflete uma das brechas na legislação brasileira que dificulta o controle das aquisições de terras brasileiras por estrangeiros. Reportagem publicada ontem pelo Correio mostrou um mapa dessas propriedades no país.

São 4,3 milhões de hectares distribuídos em 3,7 mil municípios, majoritariamente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Mas esses dados não estão completos, porque o registro é autodeclaratório. Técnicos do Incra avaliam que o número pode ser até cinco vezes maior, o que representaria 3% do território nacional.

Por lei, os cartórios são obrigados a informar o Incra quando um estrangeiro registra a compra de uma propriedade no Brasil. O titular do Cartório de Registro de

Imóveis de Unaí, Humberto Lisboa Frederico, afirma que adotou o procedimento.

"A empresa tem sede em São Paulo, tem CNPJ e contrato social registrado na Junta Comercial de São Paulo. É empresa nacional pela nossa legislação", diz Humberto, mostrando uma cartilha do Incra com orientações sobre o registro de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

No entanto, o documento também diz que pessoa jurídica cujo capital societário, mesmo que participe pessoa estrangeira, com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional.

"Essa situação permite a ocupação desenfreada de terras em nível nacional por estrangeiros, mascaradas legalmente, com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras", frisa a cartilha.

No cartório de Unaí estão registradas outras 28 aquisições feitas por estrangeiros, a maioria de holandeses, além de americanos e portugueses. Mas essas pequenas propriedades no município somam apenas 2,7 mil hectares.

Mistério

A Fazenda Agroreservas está envolta em mistério. Por telefone, seus funcionários informam apenas que a empresa "é muito reservada", mas não escondem que é "americana".

Em Unaí, as informações de várias fontes são coincidentes. "É estrangeira. É de uma seita religiosa", afirma o presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Unaí, Hélio Machado. Ele telefona para amigos e colhe mais informações: "São mormons, são americanos. A companhia está em oito países."

A companhia mantém uma página na internet. No site, está escrito que, em 24 de julho de 2003, a Farm Management Company comprou a maior parte da Fazenda São Miguel Ltda. "A área adquirida recebeu o nome de AgroReservas do Brasil Ltda.", diz o texto.

O registro de compra no cartório diz que a Agroreservas se tornou proprietária de 29,1 mil hectares da Fazenda São Miguel há sete anos. A propriedade tinha, originalmente, 44,9 mil hectares.

O preço da fazenda é outro mistério. O documento cita como valor de venda R$ 7 milhões. Mas o valor fiscal, para efeito de pagamento de impostos, foi estipulado em R$ 32,4 milhões.

Hélio Machado afirma que o hectare de terra naquela região fica entre R$ 10 mil e R$ 15 mil hoje. Considerando os 29 mil hectares, a fazenda valeria pelo menos R$ 290 milhões. E vale, assegura o presidente do sindicato: "É coisa de primeiro mundo. Eles têm alta tecnologia".

Segundo relato de Machado, a fazenda produz soja, milho, feijão, laranja, mamão, leite e gado de corte. No período de seca, utiliza grandes extensões de pivô para irrigação. A água é retirada de oito barragens construídas pela própria empresa. O rebanho atinge 7 mil cabeças.

O sindicalista Hélio Machado conta uma história curiosa, repetida por outros moradores: "Eles derrubaram toda a plantação de café que tinha na fazenda. A religião deles não permite o consumo de café, que é considerado um estimulante".

Machado acrescentou que os proprietários trabalham muito. Costumam ir para a lavoura com os empregados. Oito americanos estariam sempre na fazenda. A reportagem tentou entrar em contato com representantes da empresa, que não retornaram as ligações.

Safra no Sudeste esvazia cidade no Maranhão – Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010

Todos os anos, a partir de março, começa a revoada de agricultores da cidade de Timbiras rumo ao interior de São Paulo. Ela provoca até a diminuição do total de alunos da rede pública, porque muitos pais levam os filhos.

A Unidade de Ensino Fundamental Manoel Burgo, na periferia de Timbiras, perdeu 35 alunos, de um total de 390 inscritos no início do ano letivo. Segundo a diretora-geral da escola, Francisca Oliveira Almeida, ficam no município de 26 mil habitantes sobretudo mulheres e crianças.

O principal destino dos que deixam Timbiras é Pradópolis, no interior de SP. As mulheres, quando questionadas sobre onde estão os maridos e filhos ausentes, respondem: ""Pradopi"."Aqui a chance de ganhar dinheiro é nenhuma. O que plantamos mal dá para sobreviver", diz Cleane Araujo Dutra, 35. Seu marido está em Pradópolis.

A moto, adquirida no ano passado, fica exposta na sala da casa. Francisca Ferreira de Souza, 21, agricultora, viu o marido partir dois dias depois do nascimento do primeiro filho do casal, em fevereiro.

Os trabalhadores rurais vão em ônibus fretados por falsas agências de turismo. A mais conhecida em Timbiras é a de Antônio Grosso, que foi pego recentemente pela fiscalização do Ministério do Trabalho e acusado de intermediar mão de obra. ""Só vendo passagens", nega ele.

Enquanto falava com a reportagem, o agricultor Valdeci da Silva Rocha, 50, pai de 11 filhos (três deles em Pradópolis), comprou passagem para a nora, Rosilda Pinho Rocha, 23. **(EL)**

Agricultura depende de migrante rural – Folha de São Paulo – Mercado – 13/06/2010

Segundo produtores, não há mão de obra local suficiente; colheita de laranja paga em média R$ 800 por mês

Governos de SP e MG prometem acabar com corte manual de cana até 2017; café emprega 800 mil migrantes

Sem o migrante rural temporário não seria possível a colheita simultânea do café, da laranja e o corte da cana no centro-sul, dizem os produtores, porque não haveria oferta local suficiente

A colheita do café começou em maio e, segundo estimativa do presidente do Conselho Nacional do Café, Gilson Ximenes, ocupará cerca de 800 mil trabalhadores oriundos de outros Estados. É, de longe, o setor que mais emprega mão de obra rural temporária.

A colheita se estende até setembro. Minas responde por metade da produção nacional, que neste ano deve chegar a 50 milhões de sacas, e atrai não só

trabalhadores das áreas pobres do próprio Estado (vales do Jequitinhonha e do Mucuri) e do Nordeste, como do rico Paraná.

A oferta de bóias-frias pelo Paraná se explica pelo histórico da atividade cafeeira no Estado, que foi o maior produtor até meados dos anos 70. Após a grande geada de 1975, houve uma política de erradicação de cafezais no Estado; a produção migrou para outros Estados, como Minas e Bahia, mas a tradição se manteve entre os trabalhadores.

Terra Roxa, no oeste paranaense, é um exemplo. Desde 2005, a prefeitura organiza a ida de trabalhadores para o Triângulo Mineiro; paga metade do custo do transporte e o fazendeiro, a outra metade.

CANA

A safra da cana no centro-sul vai de abril a novembro. São Paulo empregará 140 mil pessoas nesta safra. Segundo a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar), 56 mil vêm de outros Estados.

É o trabalho rural mais árduo. Os governos de São Paulo e de Minas Gerais prometeram erradicar o corte manual até 2017, o que vai criar um novo desafio para as regiões fornecedoras da mão de obra rural: o desemprego.

LARANJA

A colheita da laranja acontece de maio a dezembro e ocupa a mão de obra que não foi absorvida pela cana. São Paulo concentra 80% da produção nacional. Itápolis (a 330 km da capital paulista) é o maior produtor mundial da fruta e recebe cerca de 1.500 trabalhadores de Pernambuco, Piauí e Alagoas.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, Avelino Cunha, 70% dos trabalhadores não têm carteira assinada e ganham por produção, o que dá uma remuneração média de R$ 800 por mês. Ainda é forte a atuação de intermediários na contratação.

O presidente da Associtrus (Associação Brasileira dos Citricultores), Flávio Viegas, calcula que 15 mil trabalhadores rurais saem de outros Estados para a colheita.

Segundo ele, o setor passa por redução dos pequenos e médios produtores e concentração em grandes empresas. O número de produtores baixou de 30 mil para 8.000 nos últimos 15 anos.

Terras brasileiras em mãos estrangeiras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010

Por Hugo Marques e Ibiapaba Netto
Da Revista IstoÉ



Adeus à batata - O irlandês Clive Weir, de camisa listrada, com a família, agora planta soja na Bahia

.

.

O crescimento acelerado da economia brasileira trouxe à tona uma estatística que chamou a atenção do governo. Os números mostram que o setor agrícola do País tornou-se um polo de atração de investidores estrangeiros, especialmente os interessados em adquirir grandes áreas cultiváveis. De janeiro a abril, o ingresso de investimentos vindos do Exterior em agricultura, pecuária e produção florestal atingiu R$ 234 milhões, um aumento de 118% em relação ao mesmo período do ano passado. No Piauí, um dos Estados que mais recebem capital externo, as terras tiveram valorização de 70% em três anos. Preocupado com o ritmo desses investimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu, na segunda-feira 7, impor novas restrições à compra de terras por cidadãos estrangeiros. "Vamos endurecer essa legislação", disse Lula a um ministro. No mesmo dia, ao lançar o Plano Safra 2010/2011, o presidente voltou a tocar no assunto: "Uma coisa é comprar uma usina, comprar uma fábrica; outra é comprar terra. Daqui a pouco vamos ficar com um território diminuto."

A preocupação de Lula com a internacionalização de parte do território cresceu quando ele viu relatórios da Abin sobre a extensão das terras adquiridas pelo norte-coreano Sun Myung Moon, o reverendo Moon, em Mato Grosso e no Paraguai, criando uma espécie de zona neutra na fronteira. Outro levantamento é sobre os negócios do sueco Johan Eliasch, proprietário de 160 mil hectares na Amazônia, uma parcela em parque estadual, utilizados para especular com créditos de carbono no Exterior. Diante deste movimento, Lula deve assinar um parecer da Consultoria-Geral da União, restringindo a compra de terras por estrangeiros. Este documento só não foi assinado em 2008 porque o governo tentava contornar os efeitos da crise internacional e não queria inibir a entrada de dólares. "Com a crise internacional, o governo ficou receoso de afugentar o capital estrangeiro", diz uma autoridade federal. Antes de ser enviado ao presidente, o parecer deve ser apreciado pela Advocacia-Geral da União nas próximas semanas.



A regra restabelece artigos da Lei 5.709, de 1971, que impõe restrições para que estrangeiros adquiram terras. Assim, a compra de imóvel rural não poderá superar 50 módulos rurais. O módulo é o tamanho mínimo da propriedade, suficiente para garantir o sustento do agricultor e varia de tamanho em cada Estado. O maior módulo rural do País é o de Mato Grosso, com 100 hectares. Nos loteamentos rurais feitos por empresas, pelo menos 30% da área terá de ser destinada a brasileiros. As vendas para pessoas físicas e empresas estrangeiras terão de ser feitas exclusivamente por escritura pública, registrada em livros específicos dos cartórios, e ser informadas às corregedorias de Justiça nos Estados. Nas fronteiras, a compra de terra deverá passar por aprovação do Conselho de Segurança Nacional. Essas regras começaram a ser alteradas em 1994, mas o governo acabou perdendo totalmente o controle sobre terras vendidas a estrangeiros. O Incra calcula em 4,3 milhões de hectares as terras em mãos de estrangeiros, mas são dados declarados, que não incluem muitas empresas com capital externo nem terras em nome de laranjas.

Fartura

Entre janeiro e abril, R$ 234 milhões vindos de fora do País foram aplicados no setor rural

Os investidores estrangeiros não receberam bem as eventuais medidas para restringir o comércio de terras no Brasil. “O governo tem ferramentas para controlar o uso da terra”, diz Gustavo Grobocopatel, rei da soja na Argentina, que está alugando 80 mil hectares no Brasil este ano pela empresa Ceagro, de seu grupo Los Grobo. “O Brasil será o grande fornecedor de alimentos para o mundo e é natural que muita gente queira investir aqui.” Os americanos Scot e Thomas Shanks, que compraram dez mil hectares em Luís Eduardo Magalhães (BA), a “Califórnia brasileira”, também não veem motivos para limitar a produção. “O Brasil é a nova fronteira para quem deseja produzir. A infraestrutura aqui é muito ruim, mas as terras são baratas e o custo de produção muito menor, se comparado ao dos Estados Unidos”, sentencia Scot Shanks.



Nova Califórnia - Os americanos Scot e Thomas Shanks são donos de dez mil hectares no Cerrado baiano

Outro estrangeiro que se encantou pela Bahia e não quer arredar pé do Brasil é o irlandês Clive Weir. No mesmo município de Luís Eduardo Magalhães, Weir também comprou dez mil hectares para cultivar grãos. No Reino Unido, ele tirava o sustento do cultivo de batatas, cada vez menos lucrativo, afirma, por causa da diminuição dos subsídios.

Cuidadoso com as palavras, ele conta que desembarcou na Bahia com toda a família: "Temos muito respeito pelo Brasil e não desejamos tomar nada. Apenas queremos alimentar o nosso país." Para o governo, no entanto, não estão claras as participações de estrangeiros em várias propriedades de grande porte.

Em Minas Gerais, no município de Unaí, a maior fazenda do Estado, a Agroreservas, soma 44 mil hectares e, embora registrada como empresa brasileira, é administrada por americanos. Muitos executivos que trabalham para grandes empresas rurais também são contra a mudança na legislação. "Não há invasão de estrangeiros.

Os números são exagerados, não é a realidade", afirma o paulista Harald Brunckhorst, da Calyx Agro Brasil, que recebeu investimentos da multinacional francesa Louis Dreyfus. "Uma boa parte dos franceses já casou com brasileiras ou já faleceu aqui no Brasil", diz Brunckhorst.

Empresário monta império com especulação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010

Sócio dos controladores do JBS-Friboi na Eldorado Celulose e na Florestal, o advogado paulista Mário Celso Lopes fez fortuna comprando e vendendo terras no Centro-Oeste brasileiro. No começo desta década, também já foi dono do maior confinamento de bois do País.

O próximo ciclo de ouro da celulose no Brasil atraiu uma novata para o setor: a Eldorado Celulose. Com um investimento anunciado de R$ 4,8 bilhões, a empresa nasce com a pretensão de se tornar a maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo, lugar hoje ocupado pela Fibria (resultado da união entre Aracruz e Votorantim Papel e Celulose).

A Eldorado, cuja fábrica começa a ser construída amanhã, é uma empreitada de dois grupos empresariais que fazem negócios juntos desde 2000. O primeiro é formado pela família Batista, controladora do frigorífico JBS-Friboi. O segundo, menos conhecido, é a MCL Empreendimentos, de Mário Celso Lopes, um advogado paulista que vive uma fase tumultuada na Justiça. Seu nome corre o risco de entrar na lista suja do trabalho escravo, num processo em curso há um ano e que deve ser concluído apenas no ano que vem.

Filho de pedreiro, no batente desde os 9 anos de idade, é o típico empreendedor nato. Nos últimos 30 anos, Lopes fez fortuna comprando e vendendo mais de 1 milhão de hectares de terras no Centro-Oeste. No ano passado, uma de suas fazendas - a Santa Isabel, em Pontal do Araguaia - foi flagrada numa operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho. Na ocasião, 23 seringueiros foram libertados.

Trabalho escravo

O empresário fez um acordo para encerrar o processo trabalhista e diz ter pago R$ 831 mil em rescisões trabalhistas, danos morais individuais e coletivos. Mas o que ele não diz é que os 25 autos de infração lavrados na operação ainda tramitam em processos administrativos na Justiça Federal, segundo informações do Ministério do Trabalho. E são eles que acabam resultando na lista suja do trabalho escravo.

"O caso da fazenda Santa Isabel é considerado grave. E é quase impossível que um caso grave não vá para a lista suja", afirma Leonardo Sakamoto, diretor da ONG Repórter Brasil, de combate ao trabalho escravo.

Além de arranhar a imagem dos empresários diante da opinião pública, ter o nome incluído na lista suja traz outras complicações. Os bancos públicos brasileiros são proibidos de emprestar dinheiro para quem figura nesse rol. Algumas instituições privadas vão além e já não emprestam a empresas que estão sendo investigadas.

Para erguer a Eldorado, Lopes e seus sócios pleiteiam entre R$ 3 bilhões e R$ 3,2 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O empresário espera que o dinheiro seja liberado até o fim deste mês - antes, portanto, de uma eventual inclusão do nome dele na lista.

Dinheiro público

O BNDES não se manifesta sobre operações em andamento, mas informa que em casos de operações já aprovadas em que venham a ser, posteriormente, comprovados descumprimentos a essas legislações, poderá haver suspensão dos desembolsos.

O empresário acredita que a ligação da instituição com o JBS-Friboi "pode facilitar a propositura do projeto" - o banco tem participação no frigorífico da família Batista e já colocou mais de R$ 7 bilhões no negócio. "Mas não influencia o resultado final porque as coisas são setorizadas no BNDES", diz.

Assim como os irmãos Batista, Lopes é um dos símbolos da riqueza emergente criada pelo agronegócio nas últimas décadas. À medida que foi enriquecendo, passou a cultivar uma paixão por aviões. Hoje tem um jato Citation, um monomotor Cessna e um helicóptero Esquilo. Os fins de semana, ele passa com a família e os amigos na sua casa de campo à beira do rio, com 23 suítes e 5 mil metros quadrados de área construída. Os Batista estão sempre por lá.

"O rancho virou um trem grande. Depois que os irmãos Batista se mudaram para Andradina, eu construí mais suítes para eles. Hoje, eles já têm um rancho do lado do meu", diz. Os sócios da Eldorado mantêm um laço forte de amizade, iniciado há dez anos, quando Lopes vendeu seu frigorífico (MC Mouran) para os irmãos Batista. "Dos

players que apareceram, eu tive mais afinidade com os Batista. Na época, eles eram pequenos e tinham apenas dois abatedouros", lembra.

Lopes se define como um empresário oportunista e diz seguir os princípios de Amador Aguiar, o fundador do banco Bradesco. "Quando todo mundo quer vender, eu compro. E vice-versa", diz. Após 30 anos de ocupação e desmatamento, aquelas mesmas terras que ele vendeu no passado tornaram-se baratas e degradadas, sem função para mais nada - exceto para plantar eucaliptos.

Ciente dessa nova oportunidade de negócios, Lopes começou a comprar terras novamente cinco anos atrás. "Na minha vida, nunca teve nada planejado. Vi que estava sobrando terra, que elas estavam baratas e comecei estudar o assunto. Fui até para a Austrália conhecer a origem do eucalipto."

A porta de entrada de Lopes no setor foi uma empresa de reflorestamento. Em 2005, ele se associou ao empresário Alexandre Grendene - controlador da fabricante de calçados que leva seu sobrenome - para criar a Florágua. Dois anos depois, se aliou à família Batista e constituiu a Florestal.

No ano passado, os Batista compraram a parte de Grendene e a Florágua foi convertida na Eldorado Celulose. A Florestal passou a ter como sócios os fundos de pensão Petros e Funcef, que pagaram R$ 550 milhões por 49% das ações.

A função da Florestal é fornecer matéria-prima para a Eldorado e suas concorrentes. Lopes diz que a sua empresa tem mais de 40 mil hectares de eucaliptos plantados. Alguns concorrentes veem futuro garantido para o novo competidor.

Mas outros duvidam da capacidade da Eldorado de abastecer sua fábrica quando ela entrar em operação, o que é previsto para 2012. Isso porque o ciclo de crescimento de um eucalipto é de seis anos. "Em dois anos, eles não terão matéria-prima suficiente. Isso vai implicar buscar madeira longe da base, tornando o produto final menos competitivo", afirma um alto executivo do setor.

Lopes garante que será diferente. "O pessoal está sofrendo com isso, está com alguma dor de corno. Acho que eles não sabem o que a gente tem. Nós estamos com uma velocidade de plantio de 120 hectares por dia, coisa que nenhuma outra empresa tem", diz Lopes. Já no primeiro ano de operação, a Eldorado prevê produzir entre 1,1 milhão e 1,2 milhão de toneladas de celulose.

O investimento prometido para erguer a fábrica da Eldorado será um dos maiores já feitos até hoje em celulose no País. Nos últimos dez anos, o setor investiu US$ 12 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

"O projeto sai com ou sem o BNDES. Se ele não liberar o dinheiro, temos bancos asiáticos interessadas em bancar até 100% dele", diz Lopes, sem revelar o nome dos bancos. Segundo ele, parte do projeto também será financiado por empresas estrangeiras de máquinas e equipamentos. Os sócios pretendem ainda colocar R$ 1 bilhão do próprio bolso, dividido em partes iguais.

Origem. Um dos nove filhos de um imigrante espanhol, Lopes começou a trabalhar ainda na infância, num cartório de registro de imóveis de Andradina (SP), cidade onde vive até hoje. Começava, ali, a sua especialização na intricada seara das escrituras imobiliárias. A atuação como advogado e um período como funcionário do Banco do Brasil na área de financiamento agrícola deram a Lopes as credenciais para ganhar dinheiro com terras.

"Entrei nesse negócio sem querer. Comprei a primeira terra e, seis meses depois, me ofereceram cinco vezes mais. O pessoal tinha medo de comprar terra virgem. E eu já tinha passado esse filtro", conta. Com o dinheiro das terras, passou a investir em pecuária. No começo desta década, construiu o maior confinamento de bois do País,

com 50 mil cabeças. A sua fortuna já foi avaliada em US$ 500 milhões, informação que ele não confirma.

Terras se valorizam até 687% em 3 anos – Sitio Eletrônico do MST – 14/06/2010

Por Paula Pacheco
De O Estado de S. Paulo
A procura crescente por terras brasileiras tem se refletido no preço dos ativos. Nos últimos 36 meses, por exemplo, terras no Amapá tiveram uma valorização de até 687,4%. Em Mato Grosso, a alta máxima registrada no mesmo período chegou a 636,2%.
Entre as razões que levam ao aumento do preço do ativo agrário está o potencial de valorização das commodities agrícolas.
Organismos internacionais, como a FAO, agência da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para a agricultura e alimentos, assim como as consultorias e os bancos, têm alertado para o fato de que o crescimento populacional nas próximas décadas vai criar uma demanda muito grande por alimentos ? e, consequentemente, por terras agricultáveis. O Brasil aparece como grande aposta para quem pretende faturar com a demanda que vem por aí.
"A terra é um ativo concreto e tem a tendência de sempre se valorizar. Com a China e a Índia entrando fortemente no mercado consumidor, é inevitável pensar no crescimento do consumo de alimentos e na necessidade de aumento de produção", diz Jacqueline Bierhals, gerente de Agroenergia da consultoria Agra FNP.
André Pessoa, dono da Agroconsult, diz que o momento é de forte recuperação dos investimentos em terras - depois de uma procura arrefecida pela crise de 2008/2009. "Vemos de tudo, de produtores brasileiros que buscam aumentar as áreas de plantio a grandes grupos internacionais do agronegócio", comenta. Nesse jogo, o importante é sair na frente para mapear as melhores oportunidades, que conjuguem preço baixo do ativo, alta produtividade e boa logística na distribuição da produção.
Segundo Jacqueline, nos últimos 36 meses (de maio/junho de 2007 a março/abril de 2010), a valorização média das terras no Amapá, por exemplo, foi de 117,9%. No Piauí a alta chegou a 70,1% ? nos dois casos não foi descontada a inflação.
Alta produtividade
Piauí, Maranhão e Tocantins formam a sigla Mapito (união das sílabas iniciais de cada Estado) e são a mais recente fronteira agrícola do País, que ganhou impulso nos últimos oito anos. Situação semelhante é a do oeste da Bahia, onde se concentram grandes propriedades com índice de produtividade mais alto do que o americano no caso da soja. Nos últimos 12 meses, por exemplo, o hectare no Maranhão valorizou, em média, 16,8% e, em alguns casos, chegou a 66,7%. Nos últimos três anos, em média, o preço da terra no País aumentou 42% ? mais que a maior parte das aplicações financeiras.
Os valores, segundo a gerente da Agra, até já tiveram altas maiores entre 2006 e 2007. Como os preços também são atrelados à cotação das commodities, já não têm aumentado na mesma proporção de outros tempos. "A saca de soja, por exemplo, vale hoje quase a metade na Bolsa de Chicago do que valia antes da crise, e isso reflete na avaliação da terra", explica a gerente da Agra.
Entrar para o grupo que investe em terras não é missão apenas para quem leva em consideração o valor do negócio, porque os preços variam muito. Um hectare no Acre

ou no Amazonas pode sair por R$ 50, segundo levantamento da Agra FNP, e chegar a R$ 2,8 mil. O hectare do País mais caro está em Santa Catarina - R$ 37 mil.
Mas aqueles que procuram opções mais promissoras e ainda com uma boa relação custo/benefício, como o Mapito, podem começar a fazer as contas com o hectare custando a partir de R$ 100. Tudo depende das condições da terra (se é bruta, ou seja, sem nenhum tipo de benfeitoria, ou se já é preparada para o plantio) e dos benefícios nas proximidades (como estradas, distância dos portos).
Nova aposta
Além de culturas tradicionais, como soja, milho e algodão, tem crescido o investimento na cultura do eucalipto para reflorestamento. A Suzano Papel e Celulose, por exemplo, anunciou em março o plantio cerca de 145 milhões de mudas de eucalipto para suprir unidades de produção no Maranhão e no Piauí. Os produtores querem aproveitar a potencial demanda e começaram a seguir o caminho da companhia na cultura do eucalipto.
(publicado em 7 de junho de 2010)

Governo dos Estados Unidos reconhece frei como herói na luta contra o tabalho escravo – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010

Frei Xavier Plassat está nesse momento em uma solenidade em Washington, com a secretária de estado norte-americano, Hilary Clinton, para o lançamento do relatório anual "Tráfico Internacional de Pessoas". Junto com oito cidadãos e cidadãs de diversas partes do mundo, será reconhecido como herói na luta contra o trabalho escravo no mundo.

Anualmente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos homenageia indivíduos ao redor do mundo que têm dedicado suas vidas à luta contra o tráfico de seres humanos. Estes indivíduos são militantes de ONGs e movimentos sociais, legisladores, policiais e cidadãos interessados, que estão empenhados em acabar com a escravidão moderna.

Eles são reconhecidos por seus esforços incansáveis - apesar da resistência da oposição, e ameaças às suas vidas - em proteger as vítimas, punir os criminosos, e sensibilizar a população contra práticas criminosas em seus países e no exterior.

Eles estão sendo homenageados quando do lançamento do relatório anual, publicado há 10 anos pelo governo americano, sobre tráfico internacional de pessoas.

Frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, foi um dos nove selecionados pelo governo americano neste ano, como "herói" no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas no mundo.

Além dele, foram escolhidos, também, Aminetou Mint Moctar, da Mauritânia; Natalia Abdullayeva, do Uzbequistão; Linda Al-Kalash, da Jordânia; Ganbayasgakh

Geleg, da Mongólia; Christine Sabiyumva, de Burundi; Sattaru Umapathi, da Índia; Irén Adamné Dunai, da Hungria; e Laura Germino, dos Estados Unidos.

O grupo permanece nos Estados Unidos até o dia 19 de junho, participando de atividades com a sociedade, governo e imprensa, a fim de sensibilizar o país, e também o mundo, sobre a questão da escravidão contemporânea e o tráfico de pessoas.

Segundo Frei Xavier, está sendo uma oportunidade de trocar experiências com os lutadores de outros países, conhecendo a sua realidade, dificuldades e êxitos no combate ao trabalho escravo e ao tráfico humano.

Empresário monta império com especulação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 14/06/2010

14 de junho de 2010
Por Patrícia Cançado De O Estado de S. Paulo
Sócio dos controladores do JBS-Friboi na Eldorado Celulose e na Florestal, o advogado paulista Mário Celso Lopes fez fortuna comprando e vendendo terras no Centro-Oeste brasileiro. No começo desta década, também já foi dono do maior confinamento de bois do País.
O próximo ciclo de ouro da celulose no Brasil atraiu uma novata para o setor: a Eldorado Celulose. Com um investimento anunciado de R$ 4,8 bilhões, a empresa nasce com a pretensão de se tornar a maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo, lugar hoje ocupado pela Fibria (resultado da união entre Aracruz e Votorantim Papel e Celulose).
A Eldorado, cuja fábrica começa a ser construída amanhã, é uma empreitada de dois grupos empresariais que fazem negócios juntos desde 2000. O primeiro é formado pela família Batista, controladora do frigorífico JBS-Friboi. O segundo, menos conhecido, é a MCL Empreendimentos, de Mário Celso Lopes, um advogado paulista que vive uma fase tumultuada na Justiça. Seu nome corre o risco de entrar na lista suja do trabalho escravo, num processo em curso há um ano e que deve ser concluído apenas no ano que vem.
Filho de pedreiro, no batente desde os 9 anos de idade, é o típico empreendedor nato. Nos últimos 30 anos, Lopes fez fortuna comprando e vendendo mais de 1 milhão de hectares de terras no Centro-Oeste. No ano passado, uma de suas fazendas - a Santa Isabel, em Pontal do Araguaia - foi flagrada numa operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho. Na ocasião, 23 seringueiros foram libertados.
Trabalho escravo
O empresário fez um acordo para encerrar o processo trabalhista e diz ter pago R$ 831 mil em rescisões trabalhistas, danos morais individuais e coletivos. Mas o que ele não diz é que os 25 autos de infração lavrados na operação ainda tramitam em processos administrativos na Justiça Federal, segundo informações do Ministério do Trabalho. E são eles que acabam resultando na lista suja do trabalho escravo.
"O caso da fazenda Santa Isabel é considerado grave. E é quase impossível que um caso grave não vá para a lista suja", afirma Leonardo Sakamoto, diretor da ONG Repórter Brasil, de combate ao trabalho escravo.

Além de arranhar a imagem dos empresários diante da opinião pública, ter o nome incluído na lista suja traz outras complicações. Os bancos públicos brasileiros são proibidos de emprestar dinheiro para quem figura nesse rol. Algumas instituições privadas vão além e já não emprestam a empresas que estão sendo investigadas.

Para erguer a Eldorado, Lopes e seus sócios pleiteiam entre R$ 3 bilhões e R$ 3,2 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O empresário espera que o dinheiro seja liberado até o fim deste mês - antes, portanto, de uma eventual inclusão do nome dele na lista.

Dinheiro público

O BNDES não se manifesta sobre operações em andamento, mas informa que em casos de operações já aprovadas em que venham a ser, posteriormente, comprovados descumprimentos a essas legislações, poderá haver suspensão dos desembolsos.

O empresário acredita que a ligação da instituição com o JBS-Friboi "pode facilitar a propositura do projeto" - o banco tem participação no frigorífico da família Batista e já colocou mais de R$ 7 bilhões no negócio. "Mas não influencia o resultado final porque as coisas são setorizadas no BNDES", diz.

Assim como os irmãos Batista, Lopes é um dos símbolos da riqueza emergente criada pelo agronegócio nas últimas décadas. À medida que foi enriquecendo, passou a cultivar uma paixão por aviões. Hoje tem um jato Citation, um monomotor Cessna e um helicóptero Esquilo. Os fins de semana, ele passa com a família e os amigos na sua casa de campo à beira do rio, com 23 suítes e 5 mil metros quadrados de área construída. Os Batista estão sempre por lá.

"O rancho virou um trem grande. Depois que os irmãos Batista se mudaram para Andradina, eu construí mais suítes para eles. Hoje, eles já têm um rancho do lado do meu", diz. Os sócios da Eldorado mantêm um laço forte de amizade, iniciado há dez anos, quando Lopes vendeu seu frigorífico (MC Mouran) para os irmãos Batista. "Dos players que apareceram, eu tive mais afinidade com os Batista. Na época, eles eram pequenos e tinham apenas dois abatedouros", lembra.

Lopes se define como um empresário oportunista e diz seguir os princípios de Amador Aguiar, o fundador do banco Bradesco. "Quando todo mundo quer vender, eu compro. E vice-versa", diz. Após 30 anos de ocupação e desmatamento, aquelas mesmas terras que ele vendeu no passado tornaram-se baratas e degradadas, sem função para mais nada - exceto para plantar eucaliptos.

Ciente dessa nova oportunidade de negócios, Lopes começou a comprar terras novamente cinco anos atrás. "Na minha vida, nunca teve nada planejado. Vi que estava sobrando terra, que elas estavam baratas e comecei estudar o assunto. Fui até para a Austrália conhecer a origem do eucalipto."

A porta de entrada de Lopes no setor foi uma empresa de reflorestamento. Em 2005, ele se associou ao empresário Alexandre Grendene - controlador da fabricante de calçados que leva seu sobrenome - para criar a Florágua. Dois anos depois, se aliou à família Batista e constituiu a Florestal.

No ano passado, os Batista compraram a parte de Grendene e a Florágua foi convertida na Eldorado Celulose. A Florestal passou a ter como sócios os fundos de pensão Petros e Funcef, que pagaram R$ 550 milhões por 49% das ações.

A função da Florestal é fornecer matéria-prima para a Eldorado e suas concorrentes. Lopes diz que a sua empresa tem mais de 40 mil hectares de eucaliptos plantados. Alguns concorrentes veem futuro garantido para o novo competidor.

Mas outros duvidam da capacidade da Eldorado de abastecer sua fábrica quando ela entrar em operação, o que é previsto para 2012. Isso porque o ciclo de crescimento de um eucalipto é de seis anos. "Em dois anos, eles não terão matéria-prima suficiente.

Isso vai implicar buscar madeira longe da base, tornando o produto final menos competitivo", afirma um alto executivo do setor.
Lopes garante que será diferente. "O pessoal está sofrendo com isso, está com alguma dor de corno. Acho que eles não sabem o que a gente tem. Nós estamos com uma velocidade de plantio de 120 hectares por dia, coisa que nenhuma outra empresa tem", diz Lopes. Já no primeiro ano de operação, a Eldorado prevê produzir entre 1,1 milhão e 1,2 milhão de toneladas de celulose.
O investimento prometido para erguer a fábrica da Eldorado será um dos maiores já feitos até hoje em celulose no País. Nos últimos dez anos, o setor investiu US$ 12 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).
"O projeto sai com ou sem o BNDES. Se ele não liberar o dinheiro, temos bancos asiáticos interessadas em bancar até 100% dele", diz Lopes, sem revelar o nome dos bancos. Segundo ele, parte do projeto também será financiado por empresas estrangeiras de máquinas e equipamentos. Os sócios pretendem ainda colocar R$ 1 bilhão do próprio bolso, dividido em partes iguais.
Origem. Um dos nove filhos de um imigrante espanhol, Lopes começou a trabalhar ainda na infância, num cartório de registro de imóveis de Andradina (SP), cidade onde vive até hoje. Começava, ali, a sua especialização na intricada seara das escrituras imobiliárias. A atuação como advogado e um período como funcionário do Banco do Brasil na área de financiamento agrícola deram a Lopes as credenciais para ganhar dinheiro com terras.
"Entrei nesse negócio sem querer. Comprei a primeira terra e, seis meses depois, me ofereceram cinco vezes mais. O pessoal tinha medo de comprar terra virgem. E eu já tinha passado esse filtro", conta. Com o dinheiro das terras, passou a investir em pecuária. No começo desta década, construiu o maior confinamento de bois do País, com 50 mil cabeças. A sua fortuna já foi avaliada em US$ 500 milhões, informação que ele não confirma.

CPMI está encerrada, mas ruralistas tentam apelar – Sítio Eletrônico da CPT – 15/07/2010

Estão encerrados os trabalhos da comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades em convênios e contratos firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária. Essa é a avaliação do relator da CPMI, deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Porém, no entendimento do vice-presidente da CPMI, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), se até a meia-noite desta quarta-feira (14) não forem retiradas assinaturas de requerimento lido na sessão do Senado, prorrogando os trabalhos da comissão, ela estará automaticamente prorrogada.

Estão encerrados os trabalhos da comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades em convênios e contratos firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária. Essa é a avaliação do relator da CPMI, deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Porém, no entendimento do vice-presidente da CPMI, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), se até a meia-noite desta quarta-feira (14) não

forem retiradas assinaturas de requerimento lido na sessão do Senado, prorrogando os trabalhos da comissão, ela estará automaticamente prorrogada.

No início da sessão do Senado desta quarta, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitou a leitura do requerimento assinado por 176 deputados e 37 senadores pedindo a prorrogação dos trabalhos da CPMI do MST por mais 180 dias. Presidindo a sessão, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu e deferiu a proposta. Em nome da liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) recorreu da decisão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Enquanto no Plenário do Senado Mão Santa e Eduardo Suplicy apresentavam seus argumentos pela legalidade ou não da prorrogação automática dos trabalhos da CPMI, na sala 2 da Ala Nilo Coelho o senador Almeida Lima (PMDB-SE), presidente da CPMI do MST, aguardava completar o quórum necessário para o início da reunião marcada para discutir e posteriormente deliberar sobre o relatório final da comissão apresentado na sessão anterior pelo relator Jilmar Tatto.

- Aguardei os 30 minutos regulamentares e depois dei uma tolerância de mais 15 minutos. Como não houve o número legal, nem abri a sessão. O encerramento dos trabalhos da CPMI está previsto para o dia 17. Do ponto de vista regimental é possível convocar uma reunião até lá, mas dificilmente haveria quórum - afirmou Almeida Lima após desistir de aguardar o quórum mínimo para o início da reunião.

O senador por Sergipe disse que não foi comunicado oficialmente do requerimento propondo a prorrogação da CPMI, mas foi informado do assunto por Onyx Lorenzoni. Almeida Lima não quis posicionar-se sobre a necessidade de os trabalhos da comissão serem ou não prorrogados. Porém, ele avaliou que, se isso não ocorrer, será necessário analisar o que poderá ser feito para a comissão não encerrar suas atividades sem ter um relatório final aprovado.

Por sua vez, Jilmar Tatto responsabilizou a oposição pelo fato de a CPMI estar encerrando seus trabalhos sem ter o relatório aprovado. Ele argumentou que os parlamentares da oposição se esforçaram para criar a comissão, mas, depois que ela foi instalada, boicotaram suas atividades. No seu entendimento, a CPMI foi apenas uma manobra política para tentar atingir o governo federal.

Onyx Lorenzonni responsabilizou o governo Luiz Inácio Lula da Silva por ter "manietado e abafado" os trabalhos da CPMI do MST. Se for confirmada a prorrogação dos trabalhos até o dia 13 de janeiro, ele acredita que a comissão terá condições de provar que o governo utilizou dinheiro público para financiar ações do MST. Para o vice-presidente da comissão, as investigações não foram feitas porque o governo impediu a quebra de sigilos fiscais, bancários e telefônicos dos supostamente envolvidos em irregularidades.

Grupo irá contribuir para a regularização fundiária na Amazônia Legal - *Ana Flora Caminha* – Sítio Eletrônico do MMA – 16/06/2010

Portaria interministerial entre MMA e MDA prevê integração do trabalho judicial e administrativo na defesa do meio ambiente. Ministra Izabella Teixeira assinou o documento na Feira Nacional de Agricultura Familiar, em Brasília

16/06/2010

A promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e o combate ao desmatamento ilegal são alguns dos principais resultados esperados do Grupo Amazônia Legal, disse hoje (16/6) a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante a assinatura de portaria interministerial que institui o grupo de integração da atuação judicial na defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal.

A solenidade aconteceu durante a maior mostra de agricultura familiar da América Latina, a VII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Brasil Rural Contemporâneo, em Brasília, e contou também com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do advogado-geral a União, Luís Inácio Lucena Adams.

O G-Amazônia Legal tem a finalidade de atuar administrativa e judicialmente de forma coordenada na execução de medidas jurídicas asseguradoras da defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal (Lei nº 11.952/2009). O Ministério do Meio Ambiente participará com quatro representantes, disponibilizando informações e documentos, suporte técnico e jurídico, além de quadros técnicos para assistências periciais e a realização de pareceres, perícias e levantamentos.

A ministra, que fez ainda a entrega de títulos de regularização fundiária a pequenos agricultores do estado do Pará, lembrou o aniversário de um ano do Programa Terra Legal, lançado em junho de 2009, cujos objetivos são a promoção da regularização fundiária, a regularização ambiental, o acesso ao crédito, à assistência técnica especializada e à difusão tecnológica.

Desigualdade social no campo – Sítio Eletrônico do MST – 16/06/2010

Embora nascido em um ambiente rural, o historiador Miguel Carter, na infância e adolescência, também freqüentou escolas tradicionais da elite de Assunção, no Paraguai.
Hoje é professor na American University (Washington DC) e esteve em Porto Alegre para o lançamento do livro Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.
A obra organizada pelo professor conta com 19 escritores brasileiros e estrangeiros – entre eles, cientistas políticos, sociólogos, engenheiros agrônomos, jornalistas e um poeta. Este lançamento da Editora Unesp em parceria com o NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário) consiste em um dos documentos mais completos sobre a luta pela reforma agrária no Brasil.
Carter conversou com o Sul 21 sobre os temas abordados em sua obra, em entrevista a Josias Bervanger com fotos de Eduardo Seidl.
O senhor é professor da American University, em Washington; nasceu no México e morou no Paraguai. Por que o interesse em pesquisar a realidade fundiária do Brasil?
Eu me criei num país eminentemente rural e camponês. Quando eu era criança, Assunção, apesar de ser uma capital, ainda era uma cidade com características camponesas. Minha família também passou muito tempo no interior. Nas férias de verão eu ia para a casa de minha avó, no interior do Uruguai. Sempre convivi com

camponeses. Posteriormente, como estudante, me dediquei a estudar o assunto e fiz um livro sobre o papel da igreja na queda do Stroessner [Alfredo Stroessner governou o Paraguai de 1958 a 89]. Esta foi a minha monografia de graduação. Como parte desse acúmulo, estudei por muito tempo a Teologia da Libertação. E por ser de família missionária, protestante e progressista, sempre acompanhei a luta dos movimentos populares na defesa dos direitos humanos. Depois disso, passei um tempo no Brasil na década de 80, onde aprendi mais sobre os movimentos progressistas da Igreja. Também fui ao interior, onde conheci assentamentos de colonos e pessoas comprometidas com a reforma agrária. Tudo isso despertou o meu olhar para a questão da terra no Brasil. Aliás, foi a partir das experiências no Paraguai e visitando o Brasil que eu entrei no doutorado da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, com o projeto de fazer uma pesquisa sobre a igreja e a luta pela terra no Brasil e no Paraguai. Estes dois países estão entre os mais desiguais do mundo. Isso contribuiu para produzir uma sociedade extremamente desigual na renda e no acesso a recursos básicos.

O livro tem como foco o trabalho desenvolvido para "combater os padrões históricos de desigualdade no Brasil rural". Em linhas gerais, como a obra aborda os motivos dessa desigualdade e suas possíveis conseqüências?

A origem desta desigualdade vem desde a colônia, desde o processo de colonização dos portugueses, com a distribuição das sesmarias na região do Norte e Nordeste. As bases da estrutura agrária no Brasil também são influenciadas pelo processo de escravidão e importação dos escravos da África e aqui no Sul, com a distribuição de terras para os colonos.

No livro, eu abordo como essa desigualdade chegou a graus extremos, inclusive no período de democracia. O interessante é ver como isso se mantém e se reproduz mediante o uso de instrumentos instalados pela Constituição de 88. Vale ressaltar que ela é uma constituição democrática. Quando estudei o modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, esse paradoxo chamou minha atenção. Há estudiosos defendendo que, na medida em que se instala uma democracia política, inclusive com uma constituição que garante a liberdade de expressão e eleições diretas, se estaria criando a diminuição da desigualdade na sociedade. Mas o que se vê aqui no Brasil é que esse processo não ocorreu bem desta forma, principalmente no campo. Inclusive o Censo Agropecuário mostra uma tendência de uma concentração maior de terra de 1988 para cá. Hoje em dia, mesmo tendo estes instrumentos democráticos, a elite agrária, grande parte dela mais modernizada, tem criado afinidades com as instituições públicas.

Como se dá esse processo no Rio Grande do Sul?

Aqui no Rio Grande do Sul temos o caso do Ministério Público, que chegou ao ponto de propor o fim do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Isso contraria preceitos básicos da Constituição, que prevê o direito de associação e expressão. Outro exemplo disso é o do Tribunal de Contas da União, que de uma forma ou de outra acaba perseguindo qualquer tipo de curso de formação para os grupos populares, como o MST. Também há, no Congresso Nacional, o uso das Comissões como instrumento para criar uma imagem de corrupção e criminalização dos movimentos. Estes são exemplos do arsenal utilizado pela elite agrária para combater o MST.

Claro que se sabe que esta relação promiscua entre elite agrária e o Estado faz parte da história do Brasil e do legado patrimonialista do país. Faz parte da constituição do poder local e de uma relação que ainda é muito forte entre o Ministério da Agricultura e as principais entidades ruralistas.

Isso ainda continua com muita força e com novos instrumentos públicos para servir a esses interesses. Talvez a forma mais evidente seja o grande repasse de recursos públicos para financiar essa agricultura empresarial do agronegócio e as principais entidades ruralistas do Brasil, que hoje têm secretários, advogados e grande parte de sua estrutura financiada pelo próprio governo federal. Ninguém fala disso na imprensa, são temas abafados. Esta relação entre a elite agrária e o Estado deve ser melhor compreendida. Como numa democracia política os instrumentos institucionais acabam servindo os interesses dos grupos mais poderosos do campo? Este é um assunto que é tocado no livro, fala-se um pouco da história de como isso surgiu.

Existia uma grande expectativa de setores da sociedade, de que, com a eleição de um governo do PT no país, este quadro de concentração de terras mudaria, com um avanço da reforma agrária. Houve avanço?

Não dá para dizer que os movimentos sociais achavam que o Governo Lula teria uma linha muito arrojada e partiria para um embate forte e direto com os poderes constituídos no campo. Nem grupos como o MST acreditavam nisso. Mas estes grupos achavam que a guinada seria muito mais visível e que haveria uma reforma agrária mais progressista. O Brasil teve um processo de reforma agrária nos últimos 25 anos. Mas tudo que se fez de lá para cá daria para encaixar em uma rubrica mais ampla. Eu chamo isso de reforma agrária conservadora, muito dependente da pressão social dos camponeses, e, além disso, está engessada a um processo burocrático e jurídico. Em média são quatro anos de mobilização reivindicando um espaço para conseguirmos um assentamento. Também é um processo onde aconteceram freqüentes violações dos direitos humanos: assassinato de muitas lideranças e ao mesmo tempo muita impunidade. Um caso exemplar é o dos policias militares que tomaram parte do Massacre de Eldorado dos Carajás [sul do Pará]. Somente foram condenados pela Justiça dois dos oficiais mais graduados, mas eles nunca foram para a cadeia, por diversos argumentos artificiais.

Em que região houve maior distribuição de terras, nos últimos anos?

Houve no Governo Lula, e isso está no livro, um crescimento muito forte de distribuição de terras na Amazônia. Quer dizer, a pressão no primeiro mandato do Lula foi maior no Sul e Sudeste, mas de longe o maior crescimento dos assentamentos foi na região da Amazônia, na fronteira agrícola, onde a terra não atrapalha tanto os interesses daqueles que fazem parte da elite agrária e do agronegócio.

Mesmo o Governo Lula não fazendo uma ruptura com o padrão conservador, ele tem oferecido mais recursos para os assentamentos e há um diálogo maior com os movimentos sociais, embora isso tenha se esfriado no segundo mandato. Mas certamente pode-se afirmar que o governo Lula nunca promoveu diretamente a criminalização dos movimentos sociais, como foi feito nos mandatos dos presidentes Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Mas essa "reforma agrária conservadora", como o senhor está chamando, tem relação com a estrutura histórica do desenvolvimento agrário do Brasil?

Não há dúvida que sim. Essa correlação de forças que colocou Lula numa camisa de força, que não permite mexer muito no campo, tem a ver com a longa tradição de poder construído com a elite agrária.

Qual a influência da cobertura da mídia brasileira na reação hostil até mesmo das camadas populares, em relação ao MST e à reforma agrária? O senhor acredita que a imprensa criminaliza as lutas sociais?

Quem vai aos assentamentos e/ou acampamentos do MST dificilmente acredita nas versões criminalizadoras dos movimentos sociais que sai na imprensa tradicional. Um professor conhecido meu foi dar umas aulas em um assentamento e ficou

impressionado com a organização e a legitimidade das pessoas que estavam lá. Nos locais onde acontece a reforma agrária todos produzem e trabalham de forma organizada. E essa é uma imagem que nunca saiu na imprensa, onde só aparece o lado ruim. A grande maioria dos meios de comunicação está vinculada ao agronegócio. Você pode ser um bom jornalista, ético e profissional, mas se for pautado por editores com uma linha ideológica preconceituosa, acaba por produzir estes conteúdos estigmatizantes que vemos na imprensa.

Existe espaço para a convivência da agricultura familiar com a agricultura orientada pelo agronegócio, ou as duas são antagônicas?

Há países em que as duas agriculturas convivem em comum. Um dos modelos mais voltado para a exportação, como o agronegócio e, por outro lado, uma agricultura familiar bem arrojada, que dá conta de um mercado interno. No entanto, são países com outro histórico de desenvolvimento social no campo. E, uma trajetória muito distinta de países como o Brasil e o Paraguai. Isso não é um mero detalhe. Na América Latina, as relações de forças políticas são muito mais tensas do que nos países desenvolvidos. É esse aspecto histórico que impede a convivência entre estas agriculturas no Brasil. São anos de história de um modelo colonial, escravocrata e conservador no campo. A América Latina carrega isso na trajetória de seu desenvolvimento rural, e não é bem assim para se romper com esse conservadorismo de uma hora para outra. No Brasil, o agronegócio tem uma visão hostil sobre a agricultura familiar, os assentamentos conquistados e o processo de reforma agrária.

(entrou no ar no dia 14 de julho)

Portugueses, japoneses e italianos controlam 1 milhão de hectares – Sítio Eletrônico do MST – 16/06/2010

O cadastro de terras compradas por estrangeiros no Brasil aponta as maiores extensões nas mãos de portugueses, japoneses e italianos. Pelo menos 1,1 milhão de hectares estão em poder de pessoas físicas e empresas dessas três nacionalidades. O documento oferece um perfil dos interessados em nossas terras, mas seus números são imprecisos.

A empresa que aparece como maior proprietária, a Veracel Celulose, na Bahia, com 204 mil hectares, afirma ser uma empresa brasileira, embora 50% do seu capital seja da multinacional sueco-finlandesa Stora Enso, uma das maiores empresas de produção de papel do mundo. Em segundo lugar, aparece a concorrente International Paper do Brasil, uma empresa americana com sede no Tennessee e atuação em 20 países.

Os registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão desatualizados em alguns anos. No final do ano passado, o Incra abriu um recadastramento pela sua página na internet.

Muitos dos imóveis ainda têm os dados do registro inicial, quando foram adquiridos. De uma forma geral, os proprietários só se preocupam com a atualização no momento da venda do imóvel. Outro problema é que o cadastramento é voluntário e autodeclaratório. A maior parte dos que declaram é pessoa física.

Reportagem publicada no Correio na última quarta-feira mostrou que existem 4,3 milhões de hectares de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros. Estão distribuídas em 3,6 mil municípios, mas concentram-se nos estados do Centro-Oeste e Sudeste,

onde existem as terras mais férteis e apropriadas à produção de grãos. Destaca-se Mato Grosso, com 844 mil hectares ocupados.
A competição com os países mais desenvolvidos já elevou o preço das propriedades em cerca de 300% em algumas regiões nos últimos quatro anos. E isso é apenas uma amostragem porque os técnicos do Incra avaliam que a quantidade de terra nas mãos dos gringos deve ser cinco vezes maior.

Eucaliptos

A legislação brasileira dificulta a identificação do capital estrangeiro. Uma multinacional pode criar uma empresa no Brasil com apenas 1% de capital nacional. Ainda assim, será brasileira. Ela poderá registrar as suas terras em cartório como empresa nacional e ficar fora do cadastro do Incra.
A Veracel adquiriu as primeiras terras para plantar eucaliptos no Sul da Bahia em 1991, ainda com o nome de Veracruz Florestal, uma subsidiária da empreiteira Odebrecht.
O grupo noruegês Loretzen e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se associaram ao empreendimento. O nome mudou para Aracruz. Em seguida, foi formada a sociedade com a Stora Enso.
A primeira colheita ocorreu em 2001. Quatro anos depois, construíram a primeira fábrica, em Eunápolis (BA), com financiamento do BNDES. Hoje, a produção alcança 1 milhão de toneladas/ano.
A Aracruz sofreu alterações societárias e hoje se chama Fibria. Questionada por que o seu nome aparece como empresa estrangeira no cadastro do Incra, a direção da empresa respondeu: "Independentemente da origem dos acionistas, a Veracel é uma empresa brasileira e todas as suas terras foram adquiridas e registradas em seu nome".
A concentração de terras em alguns municípios impressiona. Só em Santa Cruz de Cabrália são 56 mil hectares. Em Eunápolis, são mais 48 mil. A multinacional dispõe de mais da metade de todas as terras estrangeiras registradas na Bahia.
A Internacional Paper tem 72 mil hectares de plantações de eucaliptos em São Paulo e Mato Grosso do Sul. A sua maior propriedade no Brasil fica em Glória de Dourados (MS), com 16,8 mil hectares. Em Ponta Porã (MS), há mais 10 mil hectares. Em São Paulo, destacam-se as fazendas em Brotas, com 10 mil hectares, e Mogi-Guaçu, com 9,6 mil hectares.
Suas três fábricas, em Mogi-Guaçu (SP), Luiz Antônio (SP) e Três Lagoas (MS), produzem 1 milhão de toneladas de papel por ano. A empresa tem operações comerciais nas três Américas, Europa, Rússia, Ásia e norte da África.
O município que tem a maior concentração de terras estrangeiras registradas é Porto Alegre do Norte (MT). Lá, três famílias italianas e uma empresa agropecuária, a Frenova, ocupam 79 mil hectares. No Oeste baiano, a produção de soja e algodão está dividida entre fazendas de holandeses, em Correntina, e de japoneses, em Barreiras, Riachão das Neves, Formosa e São Desidério.
(publicado em 13 de junho de 2010)

Desigualdade social no campo – Sítio eletrônico do MST – 16/06/2010

16 de junho de 2010
Por Josias Bervanger Do Sul 21

Embora nascido em um ambiente rural, o historiador Miguel Carter, na infância e adolescência, também freqüentou escolas tradicionais da elite de Assunção,

no Paraguai.

Hoje é professor na American University (Washington DC) e esteve em Porto Alegre para o lançamento do livro Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.

A obra organizada pelo professor conta com 19 escritores brasileiros e estrangeiros – entre eles, cientistas políticos, sociólogos, engenheiros agrônomos, jornalistas e um poeta. Este lançamento da Editora Unesp em parceria com o NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário) consiste em um dos documentos mais completos sobre a luta pela reforma agrária no Brasil.

Carter conversou com o Sul 21 sobre os temas abordados em sua obra, em entrevista a Josias Bervanger com fotos de Eduardo Seidl.

O senhor é professor da American University, em Washington; nasceu no México e morou no Paraguai. Por que o interesse em pesquisar a realidade fundiária do Brasil?

Eu me criei num país eminentemente rural e camponês. Quando eu era criança, Assunção, apesar de ser uma capital, ainda era uma cidade com características camponesas. Minha família também passou muito tempo no interior. Nas férias de verão eu ia para a casa de minha avó, no interior do Uruguai. Sempre convivi com camponeses. Posteriormente, como estudante, me dediquei a estudar o assunto e fiz um livro sobre o papel da igreja na queda do Stroessner [Alfredo Stroessner governou o Paraguai de 1958 a 89]. Esta foi a minha monografia de graduação. Como parte desse acúmulo, estudei por muito tempo a Teologia da Libertação. E por ser de família missionária, protestante e progressista, sempre acompanhei a luta dos movimentos populares na defesa dos direitos humanos. Depois disso, passei um tempo no Brasil na década de 80, onde aprendi mais sobre os movimentos progressistas da Igreja. Também fui ao interior, onde conheci assentamentos de colonos e pessoas comprometidas com a reforma agrária. Tudo isso despertou o meu olhar para a questão da terra no Brasil. Aliás, foi a partir das experiências no Paraguai e visitando o Brasil que eu entrei no doutorado da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, com o projeto de fazer uma pesquisa sobre a igreja e a luta pela terra no Brasil e no Paraguai. Estes dois países estão entre os mais desiguais do mundo. Isso contribuiu para produzir uma sociedade extremamente desigual na renda e no acesso a recursos básicos.

O livro tem como foco o trabalho desenvolvido para "combater os padrões históricos de desigualdade no Brasil rural". Em linhas gerais, como a obra aborda os motivos dessa desigualdade e suas possíveis conseqüências?

A origem desta desigualdade vem desde a colônia, desde o processo de colonização dos portugueses, com a distribuição das sesmarias na região do Norte e Nordeste. As bases da estrutura agrária no Brasil também são influenciadas pelo processo de escravidão e importação dos escravos da África e aqui no Sul, com a distribuição de terras para os colonos.

No livro, eu abordo como essa desigualdade chegou a graus extremos, inclusive no período de democracia. O interessante é ver como isso se mantém e se reproduz mediante o uso de instrumentos instalados pela Constituição de 88. Vale ressaltar que ela é uma constituição democrática. Quando estudei o modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, esse paradoxo chamou minha atenção. Há estudiosos defendendo que, na medida em que se instala uma democracia política, inclusive com uma constituição que garante a liberdade de expressão e eleições diretas, se estaria criando a diminuição da desigualdade na sociedade. Mas o que se vê

aqui no Brasil é que esse processo não ocorreu bem desta forma, principalmente no campo. Inclusive o Censo Agropecuário mostra uma tendência de uma concentração maior de terra de 1988 para cá. Hoje em dia, mesmo tendo estes instrumentos democráticos, a elite agrária, grande parte dela mais modernizada, tem criado afinidades com as instituições públicas.

Como se dá esse processo no Rio Grande do Sul?

Aqui no Rio Grande do Sul temos o caso do Ministério Público, que chegou ao ponto de propor o fim do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Isso contraria preceitos básicos da Constituição, que prevê o direito de associação e expressão. Outro exemplo disso é o do Tribunal de Contas da União, que de uma forma ou de outra acaba perseguindo qualquer tipo de curso de formação para os grupos populares, como o MST. Também há, no Congresso Nacional, o uso das Comissões como instrumento para criar uma imagem de corrupção e criminalização dos movimentos. Estes são exemplos do arsenal utilizado pela elite agrária para combater o MST.

Claro que se sabe que esta relação promiscua entre elite agrária e o Estado faz parte da história do Brasil e do legado patrimonialista do país. Faz parte da constituição do poder local e de uma relação que ainda é muito forte entre o Ministério da Agricultura e as principais entidades ruralistas.

Isso ainda continua com muita força e com novos instrumentos públicos para servir a esses interesses. Talvez a forma mais evidente seja o grande repasse de recursos públicos para financiar essa agricultura empresarial do agronegócio e as principais entidades ruralistas do Brasil, que hoje têm secretários, advogados e grande parte de sua estrutura financiada pelo próprio governo federal. Ninguém fala disso na imprensa, são temas abafados. Esta relação entre a elite agrária e o Estado deve ser melhor compreendida. Como numa democracia política os instrumentos institucionais acabam servindo os interesses dos grupos mais poderosos do campo? Este é um assunto que é tocado no livro, fala-se um pouco da história de como isso surgiu.

Existia uma grande expectativa de setores da sociedade, de que, com a eleição de um governo do PT no país, este quadro de concentração de terras mudaria, com um avanço da reforma agrária. Houve avanço?

Não dá para dizer que os movimentos sociais achavam que o Governo Lula teria uma linha muito arrojada e partiria para um embate forte e direto com os poderes constituídos no campo. Nem grupos como o MST acreditavam nisso. Mas estes grupos achavam que a guinada seria muito mais visível e que haveria uma reforma agrária mais progressista. O Brasil teve um processo de reforma agrária nos últimos 25 anos. Mas tudo que se fez de lá para cá daria para encaixar em uma rubrica mais ampla. Eu chamo isso de reforma agrária conservadora, muito dependente da pressão social dos camponeses, e, além disso, está engessada a um processo burocrático e jurídico. Em média são quatro anos de mobilização reivindicando um espaço para conseguirmos um assentamento. Também é um processo onde aconteceram freqüentes violações dos direitos humanos: assassinato de muitas lideranças e ao mesmo tempo muita impunidade. Um caso exemplar é o dos policias militares que tomaram parte do Massacre de Eldorado dos Carajás [sul do Pará]. Somente foram condenados pela Justiça dois dos oficiais mais graduados, mas eles nunca foram para a cadeia, por diversos argumentos artificiais.

Em que região houve maior distribuição de terras, nos últimos anos?

Houve no Governo Lula, e isso está no livro, um crescimento muito forte de distribuição de terras na Amazônia. Quer dizer, a pressão no primeiro mandato do Lula foi maior no Sul e Sudeste, mas de longe o maior crescimento dos assentamentos

foi na região da Amazônia, na fronteira agrícola, onde a terra não atrapalha tanto os interesses daqueles que fazem parte da elite agrária e do agronegócio.

Mesmo o Governo Lula não fazendo uma ruptura com o padrão conservador, ele tem oferecido mais recursos para os assentamentos e há um diálogo maior com os movimentos sociais, embora isso tenha se esfriado no segundo mandato. Mas certamente pode-se afirmar que o governo Lula nunca promoveu diretamente a criminalização dos movimentos sociais, como foi feito nos mandatos dos presidentes Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Mas essa "reforma agrária conservadora", como o senhor está chamando, tem relação com a estrutura histórica do desenvolvimento agrário do Brasil?

Não há dúvida que sim. Essa correlação de forças que colocou Lula numa camisa de força, que não permite mexer muito no campo, tem a ver com a longa tradição de poder construído com a elite agrária.

Qual a influência da cobertura da mídia brasileira na reação hostil até mesmo das camadas populares, em relação ao MST e à reforma agrária? O senhor acredita que a imprensa criminaliza as lutas sociais?

Quem vai aos assentamentos e/ou acampamentos do MST dificilmente acredita nas versões criminalizadoras dos movimentos sociais que sai na imprensa tradicional. Um professor conhecido meu foi dar umas aulas em um assentamento e ficou impressionado com a organização e a legitimidade das pessoas que estavam lá. Nos locais onde acontece a reforma agrária todos produzem e trabalham de forma organizada. E essa é uma imagem que nunca saiu na imprensa, onde só aparece o lado ruim. A grande maioria dos meios de comunicação está vinculada ao agronegócio. Você pode ser um bom jornalista, ético e profissional, mas se for pautado por editores com uma linha ideológica preconceituosa, acaba por produzir estes conteúdos estigmatizantes que vemos na imprensa.

Existe espaço para a convivência da agricultura familiar com a agricultura orientada pelo agronegócio, ou as duas são antagônicas?

Há países em que as duas agriculturas convivem em comum. Um dos modelos mais voltado para a exportação, como o agronegócio e, por outro lado, uma agricultura familiar bem arrojada, que dá conta de um mercado interno. No entanto, são países com outro histórico de desenvolvimento social no campo. E, uma trajetória muito distinta de países como o Brasil e o Paraguai. Isso não é um mero detalhe. Na América Latina, as relações de forças políticas são muito mais tensas do que nos países desenvolvidos. É esse aspecto histórico que impede a convivência entre estas agriculturas no Brasil. São anos de história de um modelo colonial, escravocrata e conservador no campo. A América Latina carrega isso na trajetória de seu desenvolvimento rural, e não é bem assim para se romper com esse conservadorismo de uma hora para outra. No Brasil, o agronegócio tem uma visão hostil sobre a agricultura familiar, os assentamentos conquistados e o processo de reforma agrária.

O papel crucial do MST na sociedade brasileira – Sítio Eletrônico da CPT – 17/08/2010

Desde que foi fundado em 1984, o MST nunca teve a vida fácil. Logo, não é novidade

a atual campanha difamatória dos meios de comunicação e do Judiciário, procurando desmoralizar o movimento. O público leigo, perdido num emaranhado de informações desencontradas, de simplificações grosseiras e preconceituosas, não consegue formar uma imagem minimamente coerente do MST. Mas para o estudioso do tema também não são pequenas as dificuldades, embora de origem diferente. Por um lado, dados frequentemente pouco confiáveis, por outro, o caráter dinâmico e flexível do MST, dificultam a análise objetiva do maior e mais importante movimento social da América Latina nos últimos 25 anos.

Por Isabel Loureiro Presidente do Instituto Rosa Luxemburg, mestre e doutora em Filosofia pela USP Desde que foi fundado em 1984, o MST nunca teve a vida fácil. Logo, não é novidade a atual campanha difamatória dos meios de comunicação e do Judiciário, procurando desmoralizar o movimento. O público leigo, perdido num emaranhado de informações desencontradas, de simplificações grosseiras e preconceituosas, não consegue formar uma imagem minimamente coerente do MST. Mas para o estudioso do tema também não são pequenas as dificuldades, embora de origem diferente. Por um lado, dados frequentemente pouco confiáveis, por outro, o caráter dinâmico e flexível do MST, dificultam a análise objetiva do maior e mais importante movimento social da América Latina nos últimos 25 anos.

Por isso é digna de aplauso a iniciativa da Editora Unesp de publicar esta coletânea organizada por Miguel Carter*, reunindo estudos produzidos para uma conferência internacional no Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, em 2003, e revistos até 2007, com a finalidade de investigar a desigualdade no campo, suas origens, consequências e reações atuais a essa situação. O maior mérito da obra, além de outros que comentaremos a seguir, consiste não só em sistematizar a vasta literatura existente sobre o tema, mas também, a partir de um levantamento empírico meticuloso, organizar com extremo rigor dados esparsos, provenientes de diversas fontes, sobretudo oficiais, a respeito da questão agrária e do MST no Brasil.
O livro divide-se em quatro partes, além de uma Introdução e uma Conclusão do organizador em que procura organizar as contribuições dos vários autores (Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, México, Argentina e Paraguai), especialistas em questão agrária e movimentos sociais, a partir da tese, amplamente demonstrada nos 18 artigos, de que o MST, contrariamente ao que afirmam seus detratores, contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil. A primeira parte da coletânea trata dos antecedentes históricos do MST, a segunda da luta pela terra (acampamentos), a terceira da luta na terra (assentamentos), a quarta das relações entre o MST, a política e a sociedade no Brasil.
O tema da desigualdade é introduzido, de maneira muito pertinente, a partir da comparação entre dois eventos contrastantes ocorridos no primeiro semestre de 2005: a Marcha do MST, em que durante 16 dias, 12 mil trabalhadores rurais percorreram mais de 200 quilômetros de cerrado até chegar a Brasília, e a inauguração da Daslu, “a maior loja de departamentos de produtos de luxo do planeta” (p.35), com a presença do governador e do prefeito de São Paulo.

A Marcha, cujo objetivo era pressionar o governo Lula a favor da reforma agrária, apoiada numa logística sofisticada e em recursos provenientes de várias fontes (assentamentos, organizações religiosas, governos estaduais e municipais, simpatizantes dentro e fora do Brasil) transcorreu num clima de harmonia e tranquilidade. Contudo, a mídia que dela pouco falou, e só para denegri-la, tratou de maneira benevolente a dona da Daslu, presa pela polícia federal em julho de 2005, acusada de sonegar impostos (24 milhões de reais em 10 meses). Carter considera essas duas cenas contrastantes emblemáticas do Brasil do começo do século XXI, assim como o tratamento dado a cada uma delas pela grande imprensa. Enquanto os principais noticiários televisivos julgavam como um ato de corrupção política o gasto da Marcha de 300 mil reais com água e alimentação, os 24 milhões sonegados pela Daslu eram perdoados.

E conclui com os dados chocantes – e bem conhecidos – sobre a desigualdade no Brasil. Segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2005, os 10% mais ricos da população detêm 46% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres apenas 13%. Somente alguns países africanos muito pobres têm desigualdade maior que o Brasil. No campo a situação é ainda pior. 1% dos proprietários rurais controla 45% das terras cultiváveis, enquanto 37% possuem apenas 1% da mesma área. "Sem dúvida, o Brasil é uma das nações com a maior concentração de terra do mundo. A atual estrutura agrária tem raízes profundas na história do país. Ela foi forjada durante o período colonial, com a concessão de extensas sesmarias a famílias portuguesas privilegiadas e a instituição de um regime de trabalho baseado na escravidão. A acentuada assimetria fundiária foi mantida posteriormente sob diferentes sistemas políticos: império, república oligárquica, governo militar e democracia política." (p.36)

Carter tem razão quando afirma existir um vínculo profundo entre os dois mundos – a pobreza iníqua é o reverso da riqueza obscena. É essa situação tão absurdamente injusta que faz que o MST não seja apenas um movimento restrito à reforma agrária, mas que "desafia as desigualdades seculares do Brasil." (p.37)

Num apanhado rápido dos vários tipos de reforma agrária no mundo no século XX, e pior, numa comparação entre o Brasil e a América Latina, o Brasil fica em último lugar nesse quesito. Carter mostra, com grande riqueza de dados, que os países em desenvolvimento que fizeram reforma agrária têm menos desigualdade social. Já no Brasil a também desigual distribuição do poder – uma super-representação dos interesses dos grandes proprietários rurais e uma subrepresentação dos sem-terra – impede a reforma agrária e outras políticas de redistribuição de renda.

Em resumo, a luta pela terra e na terra precisa ser compreendida nesse contexto em que prevalecem, desde a colônia, relações de extrema desigualdade que impedem uma reforma agrária progressista. É isso que explica em grande parte a força, a fraqueza e os limites do MST.

A luta pela terra

A luta por reforma agrária no Brasil aparece sob dois aspectos: primeiro, pela ocupação de terras, ainda a principal forma de acesso à terra. Há unanimidade entre os autores a respeito da relação estreita entre ocupação e desapropriação de terras no Brasil (85% dos assentamentos foram resultado de ocupações). E segundo, pela atuação dos movimentos camponeses (de 2000 a 2006 foram contabilizados 86

movimentos camponeses) para pressionar o Estado a adotar políticas de crédito, educação, moradia, saúde, etc. A resposta do Estado a essas reivindicações tem sido, de 1985 até hoje, a adoção de uma "reforma agrária conservadora" (p.290): repartição de terras sob pressão social; tempo muito longo (em média 4 anos) para a desapropriação do imóvel ocupado; violação dos direitos humanos: os assassinatos no campo ficam impunes na grande maioria [1]; distribuição residual de terras; pequeno apoio aos assentamentos (p.291-2).

Aliás, Plínio de Arruda Sampaio considera que a questão agrária só entrou de fato na agenda política em 1995, no governo FHC, depois dos massacres de Corumbiara (Rondônia) e Eldorado de Carajás (p.401). Foi quando o MST conseguiu amplo apoio para a causa da reforma agrária, que desde então continua, sem avanços significativos, na agenda política.

Vários artigos, ao recuperarem o contexto no qual nasceu o MST, mostram como o atual modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, fundado no agronegócio e na proteção da grande propriedade fundiária, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar, mantendo-se assim desde então, apesar da democratização do regime político, das leis a favor da reforma agrária e da demanda popular por terra (p.514).

Entre os vários artigos que refazem a história do MST, o de Bernardo Mançano Fernandes é particularmente elucidativo. Numa excelente síntese do processo de formação, consolidação e institucionalização do MST, o autor mostra como o movimento foi se estruturando de maneira realista e pragmática em resposta às políticas mais, ou menos, repressivas, mais, ou menos, simpáticas à causa da reforma agrária, por parte do governo federal.

Com a eleição de Lula, o MST tinha a esperança de que seu aliado histórico finalmente realizasse uma reforma agrária digna do nome. Apesar de o governo Lula ter superado o de FHC em número de famílias assentadas por ano (p.191), Mançano lembra que grande parte da área incorporada à reforma agrária "são terras de florestas nacionais e reservas extrativistas localizadas na Amazônia" (p.191); além disso, uma parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou implantados em terras públicas (p.192).

Os dados são inquestionáveis mostrando que não só não houve vontade política para diminuir a concentração da propriedade da terra, como foi explícita a opção pelo agronegócio. Tanto que o plano de reforma agrária encomendado a Plínio de Arruda Sampaio em 2003, concebido como uma política de transformação profunda da estrutura fundiária do país, foi adotado numa versão diluída, sob a alegação de não ser realista. (p.190)

Todos os autores enfatizam que a partir do começo dos anos 1990 mudou o eixo da questão agrária no Brasil, tendo o agronegócio passado a ser o principal obstáculo à reforma agrária e à agricultura camponesa, e não mais o latifúndio improdutivo. O agronegócio, num jogo de cartas marcadas – basta lembrar a não atualização dos índices de produtividade para efeito de desapropriação de terras – continua sendo fortemente subsidiado: durante o governo Lula, obteve sete vezes mais recursos que a agricultura familiar, responsável por 87% dos empregos no campo.

Tudo leva a pensar que é o poder do agronegócio e das transnacionais que está por trás da campanha difamatória contra o MST e seus métodos de democratização da propriedade rural (ocupações de terra, de prédios públicos, ações contra a Monsanto e

a Aracruz Celulose, devido aos transgênicos e às plantações de eucaliptos) por parte da grande mídia, do Judiciário e de intelectuais conservadores, que veem a solução do problema agrário na modernização tecnológica, sem distribuição de terras. O movimento é classificado por eles como anacrônico e retrógrado, a reforma agrária como obsoleta, os assentamentos descritos como favelas rurais.

Contra as caricaturas do movimento como "fundamentalista", "terrorista", "ameaça perigosa", "irracional", Carter mostra que o MST, como associação de pessoas pobres, é um movimento que adota uma prática racional de enfrentamento da questão agrária e contribui, por várias razões, para o fortalecimento da democracia no Brasil: combate as enormes disparidades sociais; organiza e incorpora setores marginalizados da população; desenvolve o exercício da cidadania entre os pobres nas três dimensões contemporâneas dessa ideia: direitos civis, políticos e sociais; exerce o "ativismo público", isto é, utiliza a pressão popular para negociar com o governo; defende ideais utópicos, em aberto, que fazem avançar a democracia.

Na situação de extrema desigualdade que caracteriza o Brasil, em que a paralisia patrimonialista e oligárquica contamina todas as forças, até mesmo as progressistas, só com pressão social um movimento de pessoas pobres pode chamar a atenção da sociedade e ter acesso aos fundos públicos, já que não tem representação no Congresso, nem influência na grande mídia. Segundo Carter, o que explica a força e a originalidade do MST – não por acaso ele é o movimento social mais longevo da América Latina – é sua "capacidade de sustentar e equilibrar a firmeza de seus ideais com a busca de soluções práticas para atender seus problemas quotidianos." (p.231)

A luta na terra

A parte do livro que trata dos assentamentos é a mais interessante. Artigos baseados em minuciosas pesquisas de campo expõem com franqueza os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais após terem tido acesso à terra. O primeiro refere-se à heterogeneidade dos assentamentos, que variam em tamanho, lugar, origem cultural dos assentados, qualidade da terra. Outro problema é o baixo nível de instrução dos assentados, em sua grande maioria provenientes do meio rural: 1/3 não foi à escola; 87% só chegaram à quarta série. E, por fim, um obstáculo cultural muito poderoso: o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo característicos do meio rural contaminam os assentamentos. Quem acompanha a vida do MST sabe desse problema e como ele é tenazmente combatido nos cursos de formação política.

O livro deixa claro que os casos concretos de fracasso nos assentamentos devem levar em conta o contexto. Ou seja, não podemos esquecer as dificuldades na obtenção de crédito, a localização dos assentamentos em regiões inacessíveis, longe dos mercados e serviços públicos. No entanto, apesar de toda a precariedade, os dados mostram também que, graças aos assentamentos, entre 1985-2006, mais de 5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza conseguiram moradia, renda e alimentação; que o êxodo rural diminuiu; que o aumento do poder aquisitivo dos assentados contribuiu para fortalecer o comércio local; que a mobilização pela terra criou novas demandas: educação, saúde, cultura; que as novas lideranças assim criadas introduziram mudanças políticas nos municípios; e, por fim, um argumento pragmático: a criação de um posto de trabalho gerado pela reforma agrária é muito mais barata que na indústria, comércio ou serviços (p.302).

Os desafios colocados pela vida nos assentamentos levaram à ampliação dos

horizontes do MST, que passou a incluir novos temas na sua agenda a fim de complementar a análise de classe: gênero, ecologia, direitos humanos, saúde, diversidade cultural, soberania alimentar, soberania nacional, solidariedade internacional (p.308). Essa flexibilidade do movimento, que se formou e se constrói na luta, é sem dúvida uma das razões do seu sucesso. Mas o que distingue o MST de outros movimentos camponeses passados e presentes é o enorme investimento na educação, qualificação e formação política de seus integrantes. Um número apenas: de 1988 a 2002 o setor de formação ministrou cursos e oficinas para mais de 100 mil militantes. (p.320)

Todos os autores, mesmo reconhecendo que o MST não é uma "sociedade de anjos", concordam que ele é um fator civilizador na sociedade brasileira. Por exemplo, na medida em que recorre à justiça (que no caso brasileiro é profundamente injusta, burocrática e permeada por preconceitos de classe), ele contribui para democratizá-la. Como mostra George Meszaros, foi o que ocorreu em 1996, quando o Superior Tribunal de Justiça determinou que as ocupações de terra com o fim de acelerar a reforma agrária são "substancialmente distintas" de atos criminosos contra a propriedade. Com isso, contribui para o debate sobre a interpretação das leis existentes.

Mas sobretudo, a esperança – e é preciso reconhecer que ela tem sólidos fundamentos – que desponta em alguns dos artigos é que a crescente preocupação com os problemas ecológicos do planeta talvez possa fazer com que em breve o agronegócio, baseado num modelo produtivo industrial de alto custo ambiental (uso de transgênicos e agrotóxicos), se torne uma prática arcaica.

Nessa perspectiva, o MST exerce um papel crucial na sociedade brasileira porque, além de manter a reforma agrária na ordem do dia, contribui para difundir valores não-capitalistas no meio rural, sobretudo com uma concepção de produção camponesa em que a terra é usada para viver, e não para negociar. Com isso, ajuda a reconstituir a identidade cultural de populações tradicionais, cujos modos de vida foram destruídos pela modernização capitalista, que acarretou dificuldades quase insuperáveis para a agricultura camponesa, obrigando os pequenos camponeses a virarem trabalhadores assalariados.

E o mais fundamental, o MST insere a luta camponesa num projeto amplo de transformação econômica, social e política do país e numa disputa a respeito do modelo de civilização: ou a continuação do sistema de produção e consumo capitalista, baseado na lógica do progresso e do crescimento sem limites, levando ao esgotamento dos recursos do planeta, ou um sistema socialista, assentado em relações fraternas, justiça social e na ideia de uma vida harmoniosamente minimalista, em equilíbrio com a natureza.

Notas:

[*] Miguel Carter (org.), São Paulo: Editora Unesp, Centre for Brazilian Studies, Universidade de Oxford, NEAD, MDA, 2010, 563 p.

[1] Segundo dados recentes do próprio MST, dos 1.600 assassinatos de trabalhadores e lideranças no campo de 1985 até hoje, apenas 80 têm processos judiciais, 16 responsáveis foram condenados e apenas 8 estão presos. Cf. MST informa, no 182, 23/04/2010.

País não pode tolerar trabalho escravo – Paulo Vanbuchi - Folha de São Paulo – Mercado – 17/06/2010

É lamentável que trabalho escravo, definido em lei, seja confundido com meras irregularidades trabalhistas por alguns nichos sociais

O combate ao trabalho escravo ganhou destaque na agenda política das últimas semanas com a visita ao Brasil da relatora especial da ONU para formas contemporâneas de escravidão, a advogada armênia Gulnara Shahinian, e a realização do 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, sediado em Brasília. Na abertura do evento, o vice-presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, destacou as "múltiplas inconstitucionalidades do trabalho escravo", que viola os preceitos constitucionais da primazia do trabalho e da dignidade da pessoa humana. E sustentou que sua erradicação é uma obrigação do poder público e um desafio para toda a sociedade brasileira.

Desde 1995, 38 mil trabalhadores já foram libertados da condição análoga à escravidão no país, sendo 32 mil nos dois mandatos do presidente Lula. O diretor da OIT para América Latina e Caribe, Jean Maninat, saudou as políticas brasileiras de enfrentamento e destacou o bom exemplo das mais de 200 empresas que integram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, assumindo o compromisso de romperem negócios com fornecedores autuados por tal prática criminosa.

Apesar das milhares de libertações já ocorridas, as condenações por esse crime ainda são muito escassas. Uma contribuição mais efetiva dos Poderes Judiciário e Legislativo foi apontada pela subprocuradora geral da República, Deborah Duprat, como fundamental para a erradicação do trabalho escravo.

No Judiciário, o fim da impunidade para exploradores foi defendido pelo presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Milton de Moura França, e pelo procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito.

Da parte do Legislativo, o empurrão final ainda precisa ser desbloqueado no Congresso Nacional. A PEC 438, que prevê a expropriação e destinação para reforma agrária de todas as terras onde essa prática seja encontrada, já foi aprovada no Senado e aguarda votação em segundo turno na Câmara.

Um abaixo-assinado pela sua aprovação, com 284 mil assinaturas, foi entregue ao presidente da Casa, deputado Michel Temer, que garantiu seu empenho para finalizar a votação ainda neste ano.

É lamentável, no entanto, que determinados nichos da sociedade ainda tentem confundir o trabalho escravo, definido no artigo 149 do Código Penal, com meras irregularidades trabalhistas, levantando dúvidas sobre a existência dessa prática criminosa no país.

Essa pequena parcela retrógrada do empresariado, socialmente irresponsável, não representa o melhor setor produtivo brasileiro e destoa das grandes empresas que já reconhecem o problema e estão empenhadas na sua erradicação, conscientes da vulnerabilidade que a prática representa para os negócios brasileiros no exterior.

As lideranças mais conscientes do meio empresarial vêm aderindo aos paradigmas da chamada responsabilidade social e sabem que o Brasil não pode correr

o risco de perder milhões de reais na sua balança comercial por exploradores que tiram vantagem do trabalho escravo para aumentar seus lucros.

Essa prática atinge hoje menos de 1% dos 17 milhões de trabalhadores rurais brasileiros, mas essa parcela reduzida, ainda mantida em condições degradantes, que violam nossos tratados internacionais, pode causar um grande estrago na imagem do país no exterior e nas relações comerciais.

Esses prejuízos potenciais não são o aspecto ético e jurídico mais importante desse desrespeito à dignidade humana, mas não devem ser subestimados. O país está diante do desafio de conciliar o crescimento econômico que hoje estufa suas velas com o respeito absoluto aos direitos fundamentais.

PAULO VANNUCHI é ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e presidente da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

"A Reforma Agrária hoje ainda é necessária" – Sítio Eletrônico do MST – 18/06/2010

Autor de Um futuro para o campo - Reforma Agrária e Desenvolvimento Social (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007), o professor Sérgio Pereira Leite concedeu a entrevista a seguir, por telefone, à IHU On-Line, na qual falou sobre a Reforma Agrária.

Para ele, "não basta somente pensar a Reforma Agrária como política de combate à pobreza, mas também é fundamental pensar nela como uma política de desenvolvimento e como uma política de combate à desigualdade social". Leite refletiu sobre a política brasileira em torno da Reforma Agrária, apresentando pesquisas que defendem o quanto ela ainda é necessária no Brasil.

Sérgio Pereira Leite é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Fez o pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). Hoje, é professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Confira a entrevista.

No livro Um futuro para o campo - Reforma Agrária e Desenvolvimento Social, o senhor explica o que é Reforma Agrária. Por que ainda é importante explicar essa questão?

Apesar de estar presente na agenda política, econômica e social brasileira há muito tempo, essa é uma questão que ainda é atual, sobretudo quando constatamos dados como os do censo agropecuário brasileiro. Esse estudo foi feito, em 2006, pelo IBGE, e aponta que o Brasil ainda é um dos países com maior índice de concentração fundiária do planeta. Havia uma expectativa de que este censo revelasse uma concentração um pouco mais atenuada em relação à pesquisa feita em 1995, no entanto, as revisões que o IBGE fez demonstraram a permanência de um Índice de Gini [1] da terra extremamente elevado. Lembrando que quanto mais próximo de 1 está o Índice de Gini, maior é a concentração absoluta da terra; e quanto mais próximo de 0, significa que há uma maior distribuição dos ativos fundiários.

Assim, no caso brasileiro, o índice está acima de 0,85. Isso significa que existe uma concentração extremamente forte da propriedade fundiária no Brasil. Só esse fato justifica a atualidade do debate acerca da Reforma Agrária, que é uma forma de distribuir os ativos fundiários. Além disso, há uma quantidade grande de pessoas demandando terra, portanto, sem terra. Não se trata apenas de um distributivismo agrário, e sim de pensar em lógicas, em projetos de desenvolvimento efetivamente includentes.

Portanto, não basta somente pensar a Reforma Agrária como política de combate à pobreza, mas também é fundamental pensar nela como uma política de desenvolvimento e como uma política de combate à desigualdade social. Essas duas atribuições políticas de desenvolvimento e mecanismo de combate à desigualdade social são atributos estratégicos e atuais da Reforma Agrária hoje.

O que o senhor pensa do Brasil ter uma das maiores liberações de recursos para safras do mundo?

Nos últimos oito anos, houve um aumento relativamente acentuado na oferta de recursos para esta finalidade quando comparamos, por exemplo, com as décadas de 1980 e 1990. Estamos trabalhando hoje com uma oferta de crédito bastante superior, e isso me parece um dado bem interessante no sentido de disponibilizar recursos para atividades produtivas no meio rural ligadas ao custeio e ao investimento agrícola.

Mas é preciso chamar atenção para a distribuição desSes recursos. O Brasil possui dois Ministérios para tratar das questões rurais: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na lógica da política de crédito rural, há um predomínio na oferta de recursos para os segmentos vinculados a uma agricultura mais empresarial em detrimento da agricultura familiar na distribuição global dos recursos. Porém, há de se constatar também um aumento importante na oferta de recursos do crédito para os agricultores familiares, ainda que eles absorvam uma quantidade na distribuição de recursos bem menor do que aquela destinada aos grandes e médios empreendimentos rurais.

Agora, por outro lado, o censo agropecuário de 2006 revela outra questão interessante que é a participação dos agricultores familiares na geração da riqueza. Apesar de ocuparem uma parcela de terra relativamente pequena quando comparado ao número total de hectares e estabelecimento agropecuários, eles geram empregos e produzem recursos e riquezas acima do percentual das terras que ocupam. Esses agricultores mostram que a agricultura familiar possui uma boa efetividade econômica, no sentido não só da eficácia e da eficiência, mas de uma certa capacidade de, com seus recursos e mão-de-obra, gerarem valores bastante expressivos. Neste sentido, poderia manter ou vir a fazer jus de uma parcela maior dos recursos direcionados ao crédito rural, mas, enfim, diria também que boa parte dos créditos agrícolas destinados à agricultura familiar é empréstimo que é devolvido às agências financiadoras, segundo a legislação.

No entanto, quando observamos, por exemplo, a destinação de créditos para o segmento de médio e grande porte da agricultura brasileira, a situação de endividamento é muito mais expressiva, o que tem gerado sucessivos pacotes do Governo Federal na renegociação destas dívidas. Já no que tange à capacidade de gestão do crédito, há bons indicadores na agricultura familiar, salvo determinados segmentos e modalidades de empréstimos.

O que o Brasil pode aprender com as experiências já realizadas em outros países?

Em geral, podemos pensar que, se olharmos um conjunto significativo de países, tanto do lado ocidental quanto do lado oriental do planeta, parece evidente que todo o

processo de crescimento e estratégia de desenvolvimento para as diferentes sociedades implica necessariamente numa prévia distribuição dos ativos fundiários. Pensar uma sociedade com maior grau de justiça social e de desenvolvimento implica em pensar uma sociedade que realizou, em algum momento de sua história, um efetivo processo de Reforma Agrária.



Essa conta, o Brasil ainda não fechou. Há experiências - tanto relacionadas às economias capitalistas ocidentais como a outras trajetórias - que vão mostrar que uma sociedade com condições de crescer e se desenvolver a passos mais amplos, mais prudentes e mais justos, com menor heterogeneidade social, realizou, em algum momento desta trajetória, uma distribuição destas terras. Vários resultados internacionais apontam nesta direção, e isso poderia ser aproveitado pelo Brasil. Alguma coisa já foi feita, como, por exemplo, a experiência dos assentamentos rurais. O impacto que eles produzem nas regiões onde são efetivamente criados mostra que há uma modificação sensível nas condições de vida da própria família comparada à sua situação anterior ao assentamento. Há diversas pesquisas que demonstram isso. Essas famílias têm maior segurança alimentar e dinamizam as regiões onde os assentamentos foram criados.

Eu me refiro aqui a uma dinamização econômica, a uma dinamização política, a uma dinamização social, mostrando que, em diferentes contextos, a presença dos assentamentos, por exemplo, reativou circuitos de comercialização, feiras, implicou na construção de unidades de beneficiamento, produção de sementes etc.

Analisando as propostas colocadas em jogo em relação às eleições deste ano, quando a Reforma Agrária, no Brasil, será realizada?

Sérgio Pereira Leite – Essa é uma pergunta difícil. Minha impressão é de que é preciso intensificar o ritmo de realização da política de assentamentos rurais do Brasil. Há diversas ordens de obstáculos e de elementos que implicam em certa morosidade do processo, inclusive na chamada fase judicial de desapropriação dos imóveis rurais. Porém, dado o contexto e a quantidade de pessoas que esse processo envolve, é preciso intensificar a realização da Reforma Agrária e o ritmo da implementação da política de assentamentos rurais do Brasil.

Espero que o próximo governo encampe e abrigue estrategicamente este programa de Reforma Agrária. Espero que não só o contemple, mas também estimule uma maior capacidade de implantação dos projetos, o que envolve não somente o Governo Federal, mas uma série de outros atores sociais vinculados à realização desta política, bem como a capacidade de pressão dos diferentes movimentos sociais rurais que demandam terras para assentamento das famílias que hoje se encontram excluídas deste processo social.

Como o senhor vê as possíveis mudanças que o Código Florestal brasileiro pode sofrer?

Sérgio Pereira Leite – É preciso pensar com muito cuidado as mudanças do Código Florestal, porque parte das demandas pela modificação da lei está mais relacionada a um movimento de expansão das atividades da grande lavoura, especialmente aquela direcionada à exportação, porque é o tipo de agricultura praticada nos assentamentos de Reforma Agrária. No ponto de vista da Reforma Agrária, é possível sim fazer e ampliar o número de assentamentos sem que para tanto seja necessário mexer no

Código Florestal, que não deixa de ser uma demanda do segmento de produção de monoculturas em larga escala.

A revisão dos índices de produtividade pode colaborar com o início da Reforma Agrária efetiva no Brasil?

Sérgio Pereira Leite – Estou totalmente de acordo com isso. Segundo a Constituição Federal, para que você identifique uma terra que não cumpra sua função social e, portanto, seja passível de desapropriação para realização da Reforma Agrária, é preciso observar justamente, além do cumprimento da legislação trabalhista e do cumprimento da legislação ambiental, dois indicadores relacionados ao processo de eficiência econômica na exploração e no grau de utilização das terras.

O problema é como calcular estes dois indicadores. No momento, os cálculos são feitos ainda com base nas estatísticas produzidas pelo IBGE, tendo como referência o censo agropecuário dos anos 1970. Acontece que entre 1970 e 2010, houve uma mudança substantiva na forma de produzir no campo, que, inclusive, é objeto de declaração dos mais diferentes segmentos e setores de nossa agricultura, rebatendo no aumento importante da produtividade física de culturas e criações. Nada mais justo do que atualizar estes índices trazendo-os mais próximos à realidade na qual nós estamos efetivamente trabalhando hoje.

O IBGE recentemente divulgou os dados relativos aos estabelecimentos agropecuários brasileiros no censo agropecuário de 2006. Por que não tomar os indicadores levantados a partir das estatísticas recentes sobre a situação atual do campo e aí se fazer os cálculos necessários? A renovação e a atualização dos índices são, inclusive, mais fidedignas ao quadro real da realidade agropecuária hoje, e, portanto, mostram quem é e quem não é produtivo hoje, no campo.

A Reforma Agrária depende de mobilização social?

Sérgio Pereira Leite – A experiência histórica, não somente brasileira, mostra claramente que, sem mobilização e sem pressão, não haverá Reforma Agrária. Ela é estratégica, tem efetivamente a capacidade de levar o problema como uma demanda concreta, objeto da intervenção do Estado através de seus instrumentos de política. A política de Reforma Agrária, por ser uma política redistributivista, é conflitiva e provoca um resultado de ganhadores e perdedores muito claros.

Então, se o projeto estratégico de desenvolvimento do país é aquele que busca uma melhor capacidade de desenvolvimento mais justo e equânime, é preciso entender que, neste projeto, tem que entrar claramente uma política de Reforma Agrária, e, para que essa política de Reforma Agrária ocorra, é fundamental que os setores diretamente relacionados à mesma se mobilizem, lutem e se organizem em torno deste projeto.

Qual é o futuro que o senhor prevê para o campo brasileiro?

Sérgio Pereira Leite – Há um futuro que desejamos: um futuro rural com gente no campo, um rural mais equânime, uma sociedade mais justa, que efetivamente expresse uma expansão das capacidades humanas com melhores capacidades de vida e de produção.

Mas o futuro, propriamente dito, é resultante das ações e processos contraditórios. Cabe a nós, pesquisadores, esta tarefa de mostrar que a Reforma Agrária hoje ainda é necessária, é uma questão atual e estratégica para o Brasil e uma condição necessária para a promoção do desenvolvimento.

Notas:

[1] Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Consiste em um

número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Não há soberania alimentar sem reforma agrária – S;itio Eletrônico da CPT – 20/07/2010

"Em tese, uma única pessoa pode ser proprietária de todo o território brasileiro". Essa foi uma das afirmações da palestra de Ariovaldo Umbelino, na última sexta-feira, 16, sob o tema "O contexto histórico e a perspectiva da luta pela terra no Brasil"

por Marcus Silvestre, jornalista do Programa Conexões de Saberes UFPE

Para uma plenária formada por representantes de movimentos sociais de todos os estados brasileiros, o geógrafo Ariovaldo Umbelino defendeu a Proposta de Emenda Constitucional - PEC, com o objetivo de limitar até 35 módulos fiscais as propriedades rurais no Brasil. No seu entendimento, essa limitação é necessária para que se cumpra a função social da terra, determinada pela Constituição Brasileira. E afirma: "Em nosso país, temos a estrutura fundiária mais concentrada do mundo. Aqui, as dimensões são de milhões de hectares". Ele apóia a limitação da propriedade da terra para que se realize uma autêntica reforma agrária e se priorize a produção de alimentos.

Ariovaldo assessorou o primeiro dia de estudos da II Plenária Nacional de Organização do Plebiscito Popular pelo Limite da Terra, que ocorre até o fim da tarde de hoje (17), em Brasília. Ele é professor titular de geografia agrária da Universidade de São Paulo - USP e assessor da Via Campesina em Tocantins.

A palestra começou com o anúncio de que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vai lançar, em breve, um livro da Série Verde (Estudos) sobre a questão agrária. Essa publicação tem como objetivo divulgar o posicionamento da CNBB e contribuir para o debate sobre o tema.

No decorrer da palestra, Umbelino destacou as diferenças entre a propriedade capitalista da terra e a propriedade familiar camponesa. Alerta, portanto, que não deve haver generalização. A terra capitalista é objeto de apropriação do trabalho alheio e visaria principalmente o mercado globalizado. Já as pequenas propriedades rurais garantem a produção de alimentos para o mercado interno. E argumenta: "Precisamos fazer aliança com os agricultores, pois eles se constituíram na única classe revolucionária do século passado."

Em meio a farta apresentação de dados estatísticos, o palestrante revelou que mais de 2 milhões e 700 mil imóveis brasileiros são minifúndios, isto é, tem área menor que um 1 módulo fiscal. Esses precisariam expandir sua área de produção. Situação bem diferente de 73.824 grandes imóveis improdutivos no Brasil, que juntos representam

1,7% do total e abrangem uma área equivalente a 49,5%.
Em sua avaliação da história fundiária brasileira, a terra pública devoluta com mais de 100 hectares não é passível de legitimação. E há municípios em que 100% das terras são devolutas.
Pedagogicamente, Umbelino apresentou simulações sobre o limite da terra, a partir de 2 mil hectares e 50 módulos fiscais. Assim, calculou a área que poderia ser disponibilizada para realizar um amplo programa de reforma agrária no país.
Concluindo o debate ainda apresentou propostas para depois do plebiscito, afirmando sua confiança plena nos movimentos sociais brasileiros e na sua luta por um país mais justo, sustentável e soberano.
Leia alguns trechos da palestra:
"A maioria dos grandes proprietários de terras no Brasil não dispõe de documentos que comprovem a legalidade dessa apropriação. Nunca houve limitação à quantidade de terras apropriadas pelos latifundiários brasileiros."
Umbelino destaca que, na Constituição de 1946, houve um limite até 10 mil hectares para aquisição de terras públicas. Já a atual Constituição permite a aquisição até 2,5 mil hectares. Mas sobre o tamanho da propriedade da terra (em geral) não há restrições legais.
"O limite da propriedade da terra não é uma novidade histórica. A maior parte dos países passou por processos históricos (inclusive leis) que limitam a propriedade da terra. Nos EUA, em 1862, houve o Home Stead Act que definiu um teto de 72 hectares. Ainda no século XIX esse máximo foi fixado em 36 hectares. Na índia, a regra permite até 3 hectares."
"Os elementos fundamentais que garantem a vida são o ar, a água e o alimento. Sob essa ótica, portanto, a terra é um bem social, não é uma mercadoria como outra qualquer. Por isso, saques feitos por pessoas que passam fome não são considerados como crime."
Umbelino fez uma retrospectiva da legislação fundiária no Brasil, desde a instituição das sesmarias. Tratava-se de um título expedido pela coroa portuguesa, que garantia apenas o direito de uso da terra, como é até hoje na Inglaterra. Obrigava a utilização produtiva (sob pena da perda), mas a posse era proibida.
"Já a Lei de Terras (de 1850), foi um marco jurídico da constituição da propriedade privada brasileira. Regulamentava a obtenção da terra apenas por compra e venda, o que, na prática, impedia que escravos libertados se tornassem proprietários. Essa lei proibia a posse da terra, crime castigado com uma pena de dois anos de cadeia. Assim foram legalizados os títulos das sesmarias e das posses de qualquer dimensão, desde que registrado nos livros das paróquias. Não havia cartórios e o vigário não podia recusar o registro. Foi estipulado um prazo de dois anos para medição das terras. A partir daí, se não houvesse medição cairia em "comisso", perderia a validade jurídica."
"Só em 1846 foi criado o primeiro cartório no Brasil. Como era feita a hipoteca junto aos bancos? Verbalmente os "proprietários" faziam uma declaração aos cartórios e estes registravam a titularidade. Com a Constituição republicana de 1891, o controle das terras públicas passou a ser feito pelos governos dos Estados, através dos Serviços de Terras. Sob domínio da União ficaram as Faixas de Fronteira e da Marinha. A partir do código civil de 1916 foram criados os cartórios de registro de imóveis. Na prática, a Lei de Terras foi utilizada até 1931. Nesse ano, um Decreto-Lei de Getúlio

Vargas consagrou a transcrição como ato indispensável para validar os títulos das terras."
Ao fazer uma retrospectiva da história fundiária brasileira, Umbelino conclui que a terra pública devoluta com mais de 100 há não é passível de legitimação, com ressalva para a Amazônia, onde as MPs 422 e 458 alteram essa base legal.
"Os Dados do IBGE demonstram que 36% das terras seriam terras de grilagem ("áreas com outras ocupações"). E há municípios em que 100% das terras são devolutas.
"Os grandes imóveis improdutivos no Brasil são 73.824 (1,7% do total), equivalente a 49,5% da área. O que precisa ser feito pelo INCRA é divulgar essa lista por CPF/CNPJ dos proprietários. A divulgação de informações sobre as terras devolutas que não tem títulos de propriedade é a maior arma contra o latifúndio."
"Se o limite da propriedade da terra for de 2 mil hectares, identificamos 33.100 propriedades (0,77%), totalizando 146 milhões de hectares (35,12% das áreas do Brasil).
"Se o limite da propriedade da terra for de 50 módulos, haveria 22.104 propriedades (0,52%) passíveis de desapropriação, totalizando 108 milhões de hectares (25,95% das áreas do Brasil)."
"A lei diz que a pequena e a média propriedade improdutiva não pode ser desapropriada (exceto se o proprietário tiver mais de uma propriedade). A grande propriedade agrária no Brasil não tem a função principal de produção, é reserva patrimonial. Serve para compor o patrimônio de pessoas físicas e jurídicas, para obter deduções em imposto de renda e como garantia para empréstimos junto a bancos e governos. Apenas 70 milhões de hectares são utilizados para lavoura no Brasil. Os grandes empreendimentos pecuários "escondem" das estatísticas a terra devoluta e a terra improdutiva no país."
"Enquanto isso, 2.736.062 dos imóveis são minifúndios (tem menos de 1 módulo fiscal)."
"A propriedade capitalista da terra é diferente da propriedade familiar camponesa. A terra capitalista é objeto de apropriação do trabalho alheio. Não deve haver generalização. O fenômeno da expansão da grande agricultura é muito diferente da agricultura familiar. Quem mais compra terra é o setor de cana de açúcar e o de celulose. Fora daí não é característica do grande empreendimento econômico ser proprietário de terras. O setor de grãos é controlado pelo comércio, comercializa a produção plantada por terceiros."
Sobre o sempre presente debate das questões ambientais, Umbelino pondera: "O Código Florestal atual é de 1965. Respondia à realidade daquela época, quando ocupar a Amazônia era um dever cívico. O INCRA não concedia título de propriedade se não houvesse derrubada da floresta. O Brasil era o maior devastador, como política pública. A Eco 92 pressionou o governo FHC a endurecer, com uma MP, a legislação florestal."
"Hoje, se deixar a reforma do Código Florestal na mão do agronegócio, o que vai acontecer? A minha proposta é uma moratória para os pequenos agricultores e cadeia para os grandes devastadores."
"O que fazer depois do plebiscito? Deve-se elaborar um III Plano Nacional de Reforma Agrária (o II Plano acabou em 2003). Mas é necessário que haja melhor

controle social do governo."
"Não há soberania alimentar sem reforma agrária. É necessário garantir a produção de alimentos. O capitalismo não se interessa pela produção de comida em lugar nenhum do mundo. A situação atual do Brasil e do mundo não é boa em relação a estoque de alimentos (arroz, milho e trigo). Basta olhar as estatísticas de produção no Brasil: primeiro vem a soja. Nos EUA, o estoque alimentar é suficiente para 3 anos, no Brasil para 3 dias."
"Precisamos fazer aliança com os agricultores, pois eles se constituíram na única classe revolucionária do século passado. Precisamos juntar nossas forças e fazer o exercício da tolerância de opiniões. Tenho confiança plena em vocês e na luta que vocês fazem."

Fonte: www.limitedaterra.org.br

Brasil não tem informações do avanço das multinacionais sobre as terras – Sítio eletrônico do MST – 22/06/2010

22 de junho de 2010

Por Lúcio Vaz Do Correio Braziliense
Estudo feito por um grupo de trabalho do Ministério Público Federal (MPF) sobre a compra de terras no país por estrangeiros derruba a tese de que empresas brasileiras com capital estrangeiro devem ter o mesmo tratamento de empresas com capital nacional nessas aquisições.
Essa tese foi acatada durante anos pelo governo brasileiro e resultou no descontrole da localização e das dimensões das propriedades adquiridas pelo capital estrangeiro. Para assumir o controle da ação das multinacionais, o governo federal anunciou há 10 dias a mudança do parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que havia dispensado empresas brasileiras controladas por estrangeiros da obrigatoriedade de licença do Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (Incra) para compra de fazendas.
O grupo de trabalho do MPF primeiro verificou que o governo federal não tem o controle das áreas adquiridas por estrangeiros. Isso ocorre por um fato simples, como explica o procurador federal Marco Antonio Almeida, um dos integrantes do grupo de trabalho: "O fato de você ter uma pessoa jurídica no Brasil, ainda que tenha o controle majoritário de estrangeiro, é suficiente para que ela não tenha nenhum controle".
Os procuradores fizeram, então, uma análise, a partir do estudo da Constituição federal. O artigo 171, que estabelecia privilégios a empresas brasileiras de capital nacional, foi revogado por emenda em 1995. Mas foi mantido o artigo 190, que diz: "A lei regulará e limitará a aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira". O grupo de trabalho concluiu que não há incompatibilidade entre a Lei nº 5.709/1971, que trata do tema, e a Constituição de 1988.
Norma esvaziada
A Lei nº 5.709 estabelece a forma como o estrangeiro residente no país e empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil poderão adquirir imóvel rural. E acrescenta que fica sujeita a essa lei a empresa brasileira da qual participem pessoas

estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.
O estudo do MPF acrescenta que a Lei nº 8.629/1993, aprovada após a Constituição de 88, estabelece que o estrangeiro residente no país e a pessoas jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel na forma da Lei nº 5.709/71. E diz que se aplicam a esses arrendamentos todos os limites e restrições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros previstos na Lei nº 5.709.
Os procuradores concluíram que um entendimento diverso desse "leva ao esvaziamento da norma, pois possibilita que pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras se subtraiam a qualquer controle da dimensão e localização dos imóveis por elas adquiridas, mediante a mera constituição de empresa brasileira". Assim, o grupo recomendou que toda aquisição de terras por estrangeiros sejam informadas pelos cartórios ao Incra.

Neocolonialismo

Almeida salienta que a questão não é meramente jurídica, mas também política e econômica. "Na verdade, há hoje em curso, mundialmente, uma coisa chamada neocolonialismo. Não é uma questão ideológica, é uma questão fática. A China está comprando terras na África e no Brasil. Já há uma previsão de compra de 200 mil hectares no Mapito (região que engloba as porções mais pobres do Maranhão, Piauí e Tocantins). Isso é nocivo. Vai haver problemas relativos a preços. Por que a China quer terra para plantar soja? É porque ela não quer mais pagar os preços da soja que importa."
Ele comenta que, na África, isso tem relevância na soberania alimentar, porque essas áreas poderiam estar direcionadas para a produção de alimentos para o país. "No Brasil, tem a questão econômica. Hoje, a China pode comprar o que quiser de terras, não tem limites. Basta constituir uma empresa brasileira. Olha o que fez a Stora Enso (sueco-finlandesa): constituiu empresas no Brasil para comprar terras no Rio Grande do Sul. A China fez a mesma coisa. Isso é uma ameaça clara à nossa soberania."
O procurador afirma que há uma brecha legal, que permite essas empresas, usando esse suposto fato de serem nacionais, possam adquirir áreas no Brasil sem qualquer controle. "Onde esse controle é exigido, ele não é efetivo. Então, temos uma quantidade enorme de imóveis que estão fora de qualquer controle."

Frase em destaque

A China está comprando terras na África e no Brasil. Já há previsão de compra de 200 mil hectares no Mapito (região no Maranhão, Piauí e Tocantins). Isso é nocivo" Marco Antonio Almeida, Procurador federal

"Não realizamos reforma agrária de fato, admite Planejamento – Sítio Eletrônico do MST – 22/06/2010

22 de junho de 2010
De O Estado de S.Paulo
O texto estava no Portal do Planejamento, classificado entre as chamadas "reflexões críticas", e foi tirado do ar na sexta-feira, 18, depois que alguns ministros reclamaram das conclusões sobre suas áreas. O Estado obteve uma versão dos documentos censurados.
"Pode-se afirmar que, até o momento, não se conseguiu realizar a reforma agrária, de

fato", diz o documento. "Apesar de passarem a ter acesso a terra e a alguns serviços, a qualidade de vida dessas populações (os assentados) permanece muitas vezes a mesma que era antes de terem sido assentadas."

Na sexta-feira, o Ministério do Planejamento divulgou nota na qual ressaltou que as críticas não diziam respeito apenas ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. O texto, porém, aponta falhas no período mais recente. Diz que não se construiu um "plano sucessor" após o Plano Nacional de Reforma Agrária, de 2006, "nem foram traçadas metas para a reforma agrária para o período do PPA (Plano Plurianual de Investimentos) 2008-2010."

Constata ainda que não existe "uma cultura de avaliação que se proponha a testar os reais efeitos da política como um todo." No capítulo sobre agricultura familiar, o texto ressalta que a oferta de crédito está concentrada no Sul do País – e não no Nordeste, onde a atividade "remete a condições de extrema pobreza".

Outra contradição no texto está na assistência técnica. Citando o Censo Agropecuário, o documento mostra que apenas 20% das propriedades pequenas, com até 500 hectares recebeu assistência técnica, ante 60% dos produtores com áreas entre 500 e 2.500 hectares.

Filas

O País corre um risco "não probabilístico" de desabastecimento de energia elétrica, por causa da imprevisibilidade dos cronogramas de construção das usinas hidrelétricas, diz o documento no capítulo sobre eletricidade.

A demora na concessão de licenças ambientais e os atrasos decorrentes de questionamentos por parte do Ministério Público geram insegurança que afasta investidores. Por causa do custo ambiental, as usinas acabam ficando mais caras e, consequentemente, as tarifas se elevam.

Obsessão

A modicidade tarifária, uma obsessão da ex-ministra Dilma Rousseff, é questionada pelo texto. Ele diz que o benefício é relativo, pois "pode induzir um consumo e um desperdício maior, bem como o abandono de medidas de eficiência energética".

O fim das filas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que o presidente Lula cobrou do ministro da Previdência durante entrevista ao vivo em uma rádio, é desmistificada pelo texto do Planejamento. "As filas que ocorriam, até mesmo antes da abertura das agências, diminuíram, mas surgiu o fenômeno da fila virtual, ou seja, o usuário faz o agendamento do atendimento pelo telefone, mas precisa esperar um tempo excessivo para que o atendimento efetivo ocorra. Muitos dos serviços oferecidos têm prazo superior a 30 dias entre o agendamento e o atendimento, causando atrasos na concessão de benefícios."

O Ministério do Planejamento sustenta que as "reflexões críticas" não são uma posição da pasta, e sim dos técnicos que elaboraram os textos.

TRECHOS DO DOCUMENTO

“Pode-se afirmar que, até o momento, não se conseguiu realizar a reforma agrária, de fato. Os governos que se seguiram a democratização avançaram nos gastos com a politica, promoveram assentamentos e desapropriaram terras, mas não lograram alterar a estrutura fundiária extremamente concentradora, abrindo caminho para a superação dos problemas que dela decorrem.Nem mesmo conseguiram conferir qualidade e aos assentamentos já existentes”... ...

“Apesar de todos os esforços de programas como o Pronera e as acoes do programa de Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, percebe-se que a qualidade dos assentamentos e muito baixa. Apesar de passarem a ter acesso a terra

e a alguns serviços, a qualidade de vida dessas populações permanece a mesma de antes de terem sido assentadas"...

Lula destina nove áreas para a reforma agrária – Sítio eletrônico do INCRA – 24/06/2010

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva destinou mais nove áreas para a reforma agrária no País, por meio de decretos publicados nesta quinta-feira (24) no Diário Oficial da União (D.O.U.). Os imóveis declarados de interesse social estão localizados nos estados da Paraíba, Bahia, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Sergipe e somam, ao todo, 4.363 hectares. Juntas, essas áreas podem abrigar cerca de 176 famílias de trabalhadores rurais.

A fazenda Rio Verde, situada no município de Mineiros, em Goiás, é o maior dos imóveis, com área medida em 1.096 hectares. Em território goiano, também foi destinada para a reforma agrária a fazenda Morrinhos, com 312 hectares, situada no município de Caiapônia. Juntos, os imóveis têm capacidade para assentar 30 famílias.

A segunda maior área declarada de interesse social, para fins de reforma agrária, ocupa 977 hectares e é composta pelas glebas 1, 2, 3 e 4 da fazenda Juá, localizada no município de Boa Vista, na Paraíba. O decreto também abrange a parte desmembrada da gleba 5 da mesma fazenda, com área medida em 276 hectares. Cerca de 40 famílias de trabalhadores rurais podem ser assentadas nessas áreas.

Localizada no sul do Espírito Santo, a fazenda São João, no município de Muqui, é outra área declarada de interesse social. A publicação do ato no D.O.U. desta quinta-feira (24) autoriza o Incra a dar continuidade à ação de desapropriação desse imóvel rural, que tem área medida em 631 hectares. A estimativa é que, em caso de efetivação da desapropriação, pelo menos 37 famílias de trabalhadores rurais possam conquistar um pedaço de terra e iniciar a produção.

Situados no estado de São Paulo, as fazendas Santa Fé e Vargem do Rio Jundiaí também foram destinadas para a reforma agrária. A primeira tem 404 hectares de área medida e está localizada nos municípios de Gália e Ubirajara. A segunda, com 133 hectares, fica em Mogi das Cruzes. Os imóveis, juntos, têm capacidade de assentar 53 famílias.

Os dois últimos imóveis rurais destinados para a reforma agrária nesta quinta-feira (24) são a fazenda Poços Providência, Rio do Peixe e Alto Bonito, situada no município de Pedro Alexandre (BA) e o imóvel rural denominado Fazendas São Judas Tadeu e Jerusalém, situado no município de Itaporanga D'Ajuda (SE). A primeira área tem 354 hectares e a segunda ocupa 180 hectares. Juntos, os dois imóveis têm capacidade para assentar 16 famílias.

Social-democracia Rural – Mario Cesar Flores – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24 de junho de 2010

O Brasil chegou ao século 21 com alguns problemas dos séculos 19 e 20 ainda pendentes. Entre eles, a construção do mundo rural social- democrático da pequena propriedade,fornecedor e consumidor ajustado ao desenvolvimento industrial-urbano. Sua não-construção oportuna e a sedução do desenvolvimento urbano estimularam a migração para as cidades, contribuindo para a miséria, a desordem e a violência urbanas, a favelização caótica e sua agressão ambiental, deixando no campo uma população marginalizada e pobre.

Até cerca de 50 anos atrás a questão rural não fora considerada no Brasil. O mundo rural da pequena propriedade só ocorreu com algum sucesso de São Paulo ao Rio Grande do Sul, destino de imigrantes europeus na segunda metade do século 19 e início do 20. O Estatuto da Terra de 1964 teria estimulado a reforma agrária sadia, mas foi neutralizado por interesses fortes. Resultado: nossa tardia reforma agrária , atropelada pela dimensão a que chegou o problema, vem produzindo intranquilidade e dúvidas sobre seus procedimentos e objetivos. Vem instituindo duas categorias singulares: a dos acampados à espera do assentamento e a dos assentados mal sucedidos, por motivos razoáveis ou porque inaptos para o campo. Distribui a terra, mas está aquém do conveniente no apoio financeiro – deficiência mitigada pelo programa de assistência à agricultura familiar criado em 1995 –, assessoria técnica, acesso ao mercado e apoio social (saúde, escola). Sujeita assentados – com exceções bem-sucedidas– à vida insatisfeita e acampados ao assistencialismo e à odisseia das invasões.

Enfim,o modelo vem sendo apenas *limitadamente* útil à criação do pequeno capitalismo social-democrático rural, como existe nos países democráticos desenvolvidos. Cooptada no campo (homens rurais autênticos "sem terra"), mas também nas cidades (homens rurais inventados), a massa de manobra do tumulto rural vem sendo usada para seu propósito racional– a reforma agrária–, mas também como instrumento da ideia de mudança do eixo político e socioeconômico do País.

Na crise de 2008-2009 um líder do MST afirmou que o aumento do desemprego urbano reforçaria o movimento rural, obviamente com gente não adequada ao campo, fadada ao insucesso e à revolta ressentida. Gente útil, portanto, à turbulência política porque, se bem-sucedida a reforma agrária, improvável com pessoal inapto ao campo, o pequeno proprietário "vira" um *kulak* social- democrata, tanto assim que eles foram eliminados na URSS. Nesse cenário político e socio econômico nebuloso, a causa da reforma agrária vem ensejando a *jihad* rural em desafio à lei e suas instituições, no estilo delituoso da "cultura da ação" dos movimentos fascistas nos anos 1920. Inserem-se aí as invasões de propriedades ,

pretensamente travestidas de ocupação pacífica, como se fosse pacífico intimidar com foices e facões, manter cárcere privado, destruir máquinas, benfeitorias e plantações e matargado. Vem ensejando-a à sombra da complacência do poder público– por ideologia ou interesse político–e da demora no cumprimento de sentenças de reintegração de posse, que faz em das invasões esbulhos tolerados. Problema que será agravado se institucionalizada a recomendação do Decreto 7.037, de 21/12/2009, que preconiza a negociação prévia à Justiça, criando a figura da copropriedade "na marra"...!

A ambiguidade da situação, que mistura causa correta com prática delituosa para atingi-la,é bem refletida em frase do presidente da República (**Estado**, 15/7/2003) sobre incidente em princípio irrelevante (o boné do MST na cabeça do presidente): "Não esperava que o preconceito contra os sem-terra fosse de tamanha envergadura; eles têm uma reivindicação justa."

Não se trata de preconceito contra os sem-terra e sua reivindicação justa, mas da não menos justa contrariedade com a metodologia delituosa. Todo esse tema diz respeito à pergunta: interessa ao Brasil acompanhar a produtividade vitoriosa na grande propriedade, pela inclusão política, social e econômica do pequeno proprietário rural? Sua resposta transcende a ideologizada satanização da grande propriedade, necessária à produção de commodities de consumo interno e para exportação (o agrobusiness responde por cerca de 40% da nossa exportação). Nossa vedete agrícola deste início de século, que já o fora nos anos 1600, a cana, agora relacionada com os biocombustíveis, é necessariamente agrobusiness!

Em país com território utilizável da extensão do brasileiro, a grande propriedade é compatível com a pequena. Aquela, produtora de commodities; esta , de alimentos,em destaque crescente com a propensão ao consumo de produtos orgânicos, exigentes de mais atenção humana e coerentes com a pequena agricultura. É preciso desenvolver tanto o agrobusiness, vital à macro estrutura econômica, como a pequena agricultura, necessária à alimentação da população brasileira, imensa e crescendo – e responsável por cerca de 70% da mão de obra rural! Há que dar vida à compatibilização no respeito ao direito, sem se engajar na fantasia ideológica anti agrobusiness, indutora de ânimo prejudicial à reforma agrária.

Existem realmente caso sem que a defesa da propriedade perde consistência e sentido diante da sua função social. Mas essa avaliação não cabe ao arbítrio dos movimentos salvacionistas, cabe à lei e seus instrumentos: num Estado de Direito democrático não há sentido racional em glorificar o delito como meio de fazer justiça! O encaminhamento dessa questão dirá se o campo continuará contribuindo para a vida nacional como contribuiu na nossa História; dirá se vamos ter um pequeno capitalismo social democrático rural, útil à tranquilidade democrática do País, ao lado do grande agrobusiness. Ou se o campo continuará palco da desordem que se vale da justa meta da reforma agrária e das agruras da massa rural, com vista ao eixo político-ideológico.

Social-democracia Rural – Mario Cesar Flores – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24 de junho de 2010

O Brasil chegou ao século 21 com alguns problemas dos séculos 19 e 20 ainda pendentes. Entre eles, a construção do mundo rural social- democrático da pequena

propriedade,fornecedor e consumidor ajustado ao desenvolvimento industrial-urbano. Sua não-construção oportuna e a sedução do desenvolvimento urbano estimularam a migração para as cidades, contribuindo para a miséria, a desordem e a violência urbanas, a favelização caótica e sua agressão ambiental, deixando no campo uma população marginalizada e pobre.

Até cerca de 50 anos atrás a questão rural não fora considerada no Brasil. O mundo rural da pequena propriedade só ocorreu com algum sucesso de São Paulo ao Rio Grande do Sul, destino de imigrantes europeus na segunda metade do século 19 e início do 20. O Estatuto da Terra de 1964 teria estimulado a reforma agrária sadia, mas foi neutralizado por interesses fortes. Resultado: nossa tardia reforma agrária , atropelada pela dimensão a que chegou o problema, vem produzindo intranquilidade e dúvidas sobre seus procedimentos e objetivos. Vem instituindo duas categorias singulares: a dos acampados à espera do assentamento e a dos assentados mal sucedidos, por motivos razoáveis ou porque inaptos para o campo. Distribui a terra, mas está aquém do conveniente no apoio financeiro – deficiência mitigada pelo programa de assistência à agricultura familiar criado em 1995 –, assessoria técnica, acesso ao mercado e apoio social (saúde, escola). Sujeita assentados – com exceções bem-sucedidas– à vida insatisfeita e acampados ao assistencialismo e à odisseia das invasões.

Enfim,o modelo vem sendo apenas *limitadamente* útil à criação do pequeno capitalismo social-democrático rural, como existe nos países democráticos desenvolvidos. Cooptada no campo (homens rurais autênticos "sem terra"), mas também nas cidades (homens rurais inventados), a massa de manobra do tumulto rural vem sendo usada para seu propósito racional– a reforma agrária–, mas também como instrumento da ideia de mudança do eixo político e socioeconômico do País.

Na crise de 2008-2009 um líder do MST afirmou que o aumento do desemprego urbano reforçaria o movimento rural, obviamente com gente não adequada ao campo, fadada ao insucesso e à revolta ressentida. Gente útil, portanto, à turbulência política porque, se bem-sucedida a reforma agrária, improvável com pessoal inapto ao campo, o pequeno proprietário "vira" um *kulak* social- democrata, tanto assim que eles foram eliminados na URSS. Nesse cenário político e socio econômico nebuloso, a causa da reforma agrária vem ensejando a *jihad* rural em desafio à lei e suas instituições, no estilo delituoso da "cultura da ação" dos movimentos fascistas nos anos 1920. Inserem-se aí as invasões de propriedades , pretensamente travestidas de ocupação pacífica, como se fosse pacífico intimidar com foices e facões, manter cárcere privado, destruir máquinas, benfeitorias e plantações e matargado. Vem ensejando-a à sombra da complacência do poder público– por ideologia ou interesse político–e da demora no cumprimento de sentenças de reintegração de posse, que faz em das invasões esbulhos tolerados. Problema que será agravado se institucionalizada a recomendação do Decreto 7.037, de 21/12/2009, que preconiza a negociação prévia à Justiça, criando a figura da copropriedade "na marra"...!

A ambiguidade da situação, que mistura causa correta com prática delituosa para atingi-la,é bem refletida em frase do presidente da República (**Estado**, 15/7/2003) sobre incidente em princípio irrelevante (o boné do MST na cabeça do presidente): "Não esperava que o preconceito contra os sem-terra fosse de tamanha envergadura; eles têm uma reivindicação justa."

Não se trata de preconceito contra os sem-terra e sua reivindicação justa, mas da não menos justa contrariedade com a metodologia delituosa. Todo esse tema diz respeito à pergunta: interessa ao Brasil acompanhar a produtividade vitoriosa na

grande propriedade, pela inclusão política, social e econômica do pequeno proprietário rural? Sua resposta transcende a ideologizada satanização da grande propriedade, necessária à produção de commodities de consumo interno e para exportação (o agrobusiness responde por cerca de 40% da nossa exportação). Nossa vedete agrícola deste início de século, que já o fora nos anos 1600, a cana, agora relacionada com os biocombustíveis, é necessariamente agrobusiness!

Em país com território utilizável da extensão do brasileiro, a grande propriedade é compatível com a pequena. Aquela, produtora de commodities; esta , de alimentos,em destaque crescente com a propensão ao consumo de produtos orgânicos, exigentes de mais atenção humana e coerentes com a pequena agricultura. É preciso desenvolver tanto o agrobusiness, vital à macro estrutura econômica, como a pequena agricultura, necessária à alimentação da população brasileira, imensa e crescendo – e responsável por cerca de 70% da mão de obra rural! Há que dar vida à compatibilização no respeito ao direito, sem se engajar na fantasia ideológica anti agrobusiness, indutora de ânimo prejudicial à reforma agrária.

Existem realmente caso sem que a defesa da propriedade perde consistência e sentido diante da sua função social. Mas essa avaliação não cabe ao arbítrio dos movimentos salvacionistas, cabe à lei e seus instrumentos: num Estado de Direito democrático não há sentido racional em glorificar o delito como meio de fazer justiça! O encaminhamento dessa questão dirá se o campo continuará contribuindo para a vida nacional como contribuiu na nossa História; dirá se vamos ter um pequeno capitalismo social democrático rural, útil à tranquilidade democrática do País, ao lado do grande agrobusiness. Ou se o campo continuará palco da desordem que se vale da justa meta da reforma agrária e das agruras da massa rural, com vista ao eixo político-ideológico.

Ruralistas viram enredo da Mocidade, com patrocínio de fertilizantes no carnaval – Evandro Eboli – O Globo – O País – 29/06/2010.

BRASÍLIA - Alvo preferencial dos ambientalistas e na mira permanente do MST, os ruralistas decidiram investir na melhoria de sua imagem pública. A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) vai desembolsar, pelo menos, R$ 2,6 milhões para o agronegócio ser o tema da Mocidade Independente de Padre Miguel no carnaval de 2011. Com o enredo "Parábolas dos divinos semeadores", a entidade quer mostrar no Sambódromo a "agricultura que produz e preserva o meio ambiente". Mas parte desse patrocínio - R$ 1 milhão - será rateado entre duas grandes empresas de fertilizantes.

Entusiasta do carnaval, a presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que já desfilou na Beija Flor, afirmou que o objetivo é melhorar a imagem do produtor rural e superar preconceitos contra os grandes fazendeiros no país. - Parte do governo federal quer nos isolar e nos dividir entre grandes e pequenos, entre bons e maus.Vamos mostrar que não somos assim. Que somos normais, que a gente sofre, ri ,paga imposto e também samba. A Marquês de Sapucaí é o melhor lugar para isso - disse Kátia Abreu.

Cerca de mil produtores rurais de todo o país estarão no desfile, distribuídos em alas distintas da Mocidade. Eles não podem estar concentrados numa ala só, pois precisam ser mesclados com passistas da escola. Pelo acordo, os fazendeiros terão que participar de, ao menos, dois ensaios durante o ano. E terão que decorar o samba-enredo. Federações da Agricultura de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás,

estados fortes no agronegócio, já reservaram 550 vagas. Cada fantasia custará R$ 1 mil. Na sede da Mocidade, no final de maio, Kátia Abreu celebrou o acordo com a direção da escola e entrou no samba com passistas da escola.

Na Expozebu, recentemente em Uberaba (MG), a ruralista levou um pequeno grupo passistas e ritmistas, que tocaram e sambaram para os fazendeiros. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - entidade que se opõe à CNA -Alberto Broch, não tinha conhecimento e criticou a decisão da confederação em ir para a avenida.- Como é que é?! Meu Deus! Tem dinheiro público nisso?! Não temos nada a ver com isso, gostamos de carnaval. Mas a agricultura não precisa de escola de samba para ser valorizada. Espero que deixem a agricultura familiar fora disso - disse Alberto Broch.

Parlamentares da bancada ruralista também não sabiam da decisão da CNA e ficaram surpresos. Mas aprovaram a iniciativa. O vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) gostou da idéia - Temos dificuldade de passar o lado bom da produção, só aparece o lado negativo na imprensa. Com o carnaval é possível popularizar o setor. Nossa mensagem é a seguinte: já comeu hoje? Então agradeça a um produtor - disse Colatto. O deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), presidente da comissão que está revendo o Código Florestal, e também não tinha conhecimento que a agricultura será tema da Mocidade, aprovou. - Tanta coisa é tema de carnaval, por que a agricultura não pode?O deputado Zonta (PP-SC), outro da bancada ruralista, não sabia e reagiu assim:- Até gosto de samba, mas não vou para a avenida.

Por que colocar limite no tamanho da propriedade rural – Sítio Eletrônico do MST – 29/06/2010

29 de junho de 2010

Do IHU On-Line

Em setembro deste ano, será realizado o Plebiscito Popular pelo limite da terra que visa pressionar o Congresso Nacional para limitar o tamanho máximo da propriedade e uso dela por estrangeiros.

Em entrevista à IHU On-Line, realizada por telefone, Gilberto Portes, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, explica a iniciativa. "Um estrangeiro vem para o Brasil e pode comprar a quantia que quiser de terra. Enquanto isso, há quatro milhões e duzentas mil famílias que não têm acesso à terra, ou seja, mais de doze milhões de pessoas", aponta.

Portes fala também da importância da revisão dos índices de produtividade para a efetiva realização da Reforma Agrária no país. "Os índices de produtividade são fundamentais, principalmente nas regiões que teoricamente dizem que não têm terra para Reforma Agrária", defendeu.

O advogado Gilberto Portes é secretário executivo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Foi coordenador estadual do MST no RS.

Confira a entrevista.

Para começarmos, o senhor pode nos explicar a ideia central da questão do "Limite da Propriedade da Terra"?

O Brasil é o segundo país com maior concentração de terra do mundo. Este é o elemento central. O outro, que está relacionado a esta situação, é que o Brasil, desde a sua descoberta ou da sua invasão, teve o poder econômico, o poder político e o

próprio poder social concentrados através da propriedade da terra. A mudança da relação de trabalho, renda, alimentação, desenvolvimento econômico social do país passa necessariamente pela democratização da terra. Isso porque só dessa maneira será possível garantir mais pessoas produzindo alimentos, mantendo o trabalho no campo e, assim, desenvolvendo o país através da produção de produtos de qualidade e, consequentemente, eliminando a violência das grandes periferias das cidades. Hoje, para cada família que é assentada, é possível empregar, em média, cinco pessoas no campo e mais três na cidade. Precisamos mostrar esse dado para a sociedade brasileira. O limite da propriedade da terra é a base para que se quebre a espinha dorsal de um problema histórico estrutural do Brasil.

Como está a preparação do Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra?

Em torno de 12 estados brasileiros já realizaram suas plenárias. Temos cerca de cem lideranças ligadas às pastorais sociais, movimentos sociais e movimento sindical. Estas instituições estão se envolvendo com lideranças das periferias dos bairros, associações de moradores, comunidades eclesiais. Agora, no final de junho, início de julho, teremos a consolidação destas plenárias estaduais, onde estamos formando os comitês nas comunidades. Em agosto, estaremos na fase intensiva de mobilização nacional que culminará no grande momento do plebiscito que acontecerá entre 1º e 7 de setembro. Faremos uma grande manifestação popular junto com o grito dos excluídos, em que vamos buscar apoio da sociedade para entrar no Congresso Nacional com uma proposta de emenda constitucional para limitar o tamanho da propriedade de terra. Esse é o instrumento que estamos utilizando como forma de pressão política para fazer o debate com a sociedade brasileira. Nós precisamos retomar a Reforma Agrária para mudarmos a condição social do povo brasileiro e, consequentemente, fazer com que as pessoas exerçam sua cidadania e sua participação popular.

Em que contexto surge a ideia de organizar um plebiscito sobre esse tema?

A partir do estudo da luta pela terra no Brasil, os movimentos foram aprofundando este debate, vimos o quanto é necessário, assim como já foi feito em outros países, construir um processo de limitação da propriedade da terra. Esse processo ajuda muito no que diz respeito ao desenvolvimento do país, tanto do ponto de vista do capitalismo como do ponto de vista mais socialista. No Brasil, como nossas elites são as mais atrasadas deste mundo, não foi feito um investimento na democratização da terra para que a população tivesse acesso a alimento barato e emprego. Os movimentos, as organizações, as Igrejas, sempre se preocuparam com que a nossa Constituição Brasileira tivesse inciso ou um artigo que estabelecesse claramente que a propriedade de terra no Brasil tem que ter limite.

Um estrangeiro vem para o Brasil e pode comprar a quantia que quiser de terra. Enquanto isso, há quatro milhões e duzentas mil famílias que não têm acesso à terra, ou seja, mais de doze milhões de pessoas. Só as pessoas que têm dinheiro e poder possuem acesso a nossa biodiversidade, natureza, terra. Nossa ideia é fazer um debate mais aberto com a sociedade e apresentar uma proposta para incluir, na Constituição Brasileira, no artigo 186, um inciso que estabeleça, com clareza, que devemos limitar a propriedade da terra em tantos módulos.

E o que são módulos?

São áreas que o INCRA tem como mecanismo de estabelecer para cada agricultor ou pequeno camponês, para ele sobreviver com a família. Isso varia de região para região. No Sul, por exemplo, o módulo varia de 25 a 30 hectares, já no norte vai até cem hectares, no Centro-Oeste varia de 30 a 35 hectares. Fizemos um cálculo que aponta que o máximo, para um brasileiro ou estrangeiro, deveria ser de 35 módulos,

que já é um grande latifúndio. O Estado Brasileiro precisa ser obrigado constitucionalmente a democratizar a terra.

Qual é o uso que o estrangeiro dá a terra no Brasil?

Gilberto Portes – Os estrangeiros veem o Brasil como seu laboratório para duas coisas. Primeiro, para despejar os agrotóxicos que os europeus e os americanos não querem mais. Para você ter uma ideia, o Brasil consome anualmente 750 mil toneladas de agrotóxicos, isso significa que se nós dividirmos esses milhares de litros de agrotóxicos por membro da população brasileira, cada cidadão brasileiro consome anualmente cinco litros de veneno. Como aqui ainda não existe uma legislação, um controle maior, eles jogam este veneno na nossa terra. O segundo aspecto: qualquer propriedade que é conduzida por estrangeiro no Brasil trabalha com exportação, nenhuma propriedade de estrangeiro vem aqui para produzir comida para o povo brasileiro. Ele vem aqui para levar nossa riqueza, destruir os recursos naturais, retirar da propriedade a matéria-prima para enriquecer seus investimentos no mercado financeiro, esta é a lógica dos investimentos internacionais.

Consequentemente, estes grupos internacionais fazem aliança com o próprio agronegócio do Brasil para aplicar a mesma política, há uma relação íntima entre este setor de investimento internacional com o agronegócio brasileiro. Um exemplo: no Mato Grosso, um político, que foi governador do estado, tem um milhão de hectares produzindo soja. Ele é o maior produtor de soja do mundo, e é brasileiro. Porém, ele tem uma forte relação com as transnacionais que produzem aqui e exportam. A nossa interpretação é que o agronegócio está articulado essencialmente com o capital internacional para explorar e destruir a nossa natureza. Todo o desmatamento, destruição do bioma cerrado, da mata Atlântica, da Amazônia, da caatinga, do pampa no sul é consequência deste investimento nacional e internacional do agronegócio que tem como essência a exploração da matéria-prima para divisas do capital de seus interesses.

Quem está apoiando o Plebiscito?

Gilberto Portes – Nós temos 54 entidades nacionais que estão vinculadas à mobilização do plebiscito. A maior delas é a CNBB**,** que tem uma orientação do Conselho dos Bispos para que os agentes pastorais se envolvam efetivamente no processo de mobilização popular. Nós temos também o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - CONIC -, que fez um trabalho com suas Igrejas para que todas as pessoas se envolvam nessa mobilização.

A **C**ampanha da Fraternidade deste ano tem como tema central Economia e Vida**,** e o gesto concreto dela vai ser a participação do Plebiscito. Dos movimentos nacionais, temos a CUT, a CONTAG, a Via Campesina, o MST e outras organizações. A Comissão Pastoral da Terra também tem nos apoiado muito, assim como a Pastoral do Migrante e o Grito dos Excluídos. E, em vários estados, nós também temos o apoio de alguns partidos políticos de esquerda, que têm como proposta a reforma agrária como mudança no Brasil.

Quem e como as pessoas podem participar e votar no plebiscito?

O primeiro passo é participar do abaixo assinado. Percebemos nas comunidades que há muita dúvida, porque está havendo uma contra-informação para tentar manipular a opinião pública sobre a nossa proposta. Estão dizendo, em alguns lugares, que limitar a propriedade de terra significa limitar também as propriedades dos pequenos e médios agricultores. A sociedade precisa estar presente no debate político e, assim, entender qual é a importância que nossa proposta de limite da propriedade da terra tem para a população urbana, para as comunidades tradicionais e para os camponeses.

A revisão dos índices de produtividade pode colaborar com o início da Reforma

Agrária efetiva no Brasil?
Isso é básico e essencial para a Reforma Agrária. Os índices de produtividade são fundamentais, principalmente nas regiões que teoricamente dizem que não têm terra para Reforma Agrária. A correção desses dados é constitucional, e precisava ser feita há muito tempo. O governo não fez e não sei se vai fazer. A população tem uma expectativa enorme em relação à revisão desses índices para ampliar o número de áreas para a Reforma Agrária.

MPF cobra na justiça a atualização dos Índices de Produtividade - Sítio Eletrônico da CPT – 30/6/2010

O MPF ajuizou Ação Civil Pública para obrigar o Ministério da Agricultura a atualizar os índices de produtividade. Atualmente os índices que medem a produtividade das fazendas têm referência em dados de 1975, portanto, não consideram todos os investimentos, pesquisas e desenvolvimento tecnológico, inviabilizando as desapropriações de áreas que produzem muito pouco.

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública para obrigar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a atualizar os índices de produtividade, a base para investigação de um dos elementos da função social da propriedade. Atualmente os índices que medem a produtividade das fazendas têm referência em dados da produção de 1975, portanto, não consideram todos os investimentos, pesquisas e desenvolvimento tecnológico, inviabilizando as desapropriações de áreas que produzem muito pouco.
Os índices de produtividade são as principais referências utilizadas pelo INCRA em processos de investigação para avaliar se as propriedades cumprem a função social e, em não cumprindo estariam passíveis de desapropriação. Como esse parâmetro está desatualizado em mais de 30 anos, muitas terras que não cumprem a função social deixam de ser desapropriadas. Esse é um dos grandes obstáculos da reforma agrária, que segundo o Ministério Público "Quer se queira quer não, a reforma agrária é um claro objetivo da Carta Política de 1988", afirma o documento.
O MPF tinha um procedimento administrativo instaurado desde outubro de 2007 para investigar os motivos da falta de atualização dos índices. Em 2009 o Ministério do Desenvolvimento Agrário realizou estudos e, através de portaria, recomendou a atualização dos índices. Falta apenas o MAPA aprovar esses estudos para que a atualização seja feita.
Na tentativa de realizar a atualização dos índices, sem ter que acionar o Poder Judiciário, o MPF obteve respostas insatisfatórias do MAPA, de que seriam necessários novos estudos para a atualização. Isso levou ao MPF a entender que "poderemos chegar ao absurdo de jamais implementar as atualizações disponíveis, uma vez que, sendo sempre baseadas em dados passados (de um, dois, três ou quatro anos atrás), em verdade, nenhuma atualização poderá se mostrar plenamente consentânea com a realidade do dia em que for publicada. Mas isto não pode, ao contrário do que imagina o Ministério da Agricultura, servir de lastro ao não

cumprimento de uma obrigação legal."
Na petição, o MPF alega que foram "esgotadas, assim, todas as tentativas de solução administrativa do problema, e caracterizada a necessidade de atualização dos índices de produtividade, para melhor implementar o objetivo constitucional da reforma agrária, não resta outra alternativa ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL senão buscar a garantia da efetivação do comando constitucional perante o Poder Judiciário".
Na ação civil pública o MPF faz referência à representação da Terra de Direitos para a Procuradoria, ao ter destacado que a "ausência de atualização dos índices de produtividade dificulta a realização da política pública da reforma agrária, gerando o agravamento da violência e de conflitos no campo". (Acesse aqui a integra da petição do MPF)
Função Social da Propriedade A propriedade da terra deve atender a uma função social. Isso significa que o proprietário não pode explorá-la como bem entender, pois tem o dever de respeitar os quatro requisitos constitucionais que determinam o seu direito de proprietário: produzir de modo racional e adequado; respeitar ao meio ambiente e garantir a renovação dos recursos naturais; cumprir a legislação que regulamenta as relações de trabalho, e, finalmente, garantir o bem estar social daqueles que trabalham na terra.
Quando o proprietário não dá destinação social à terra, causa um dano à sociedade. Por isso, nossa constituição pune com desapropriação quem não atenda a tais preceitos. Com a desapropriação, a terra passa a atender a função social quando destinada a agricultores, através da política pública de reforma agrária.
Para o Relator do Direito à Terra, Território e Alimentação, da Plataforma Dhesca Brasil, Sérgio Sauer, "apesar de que o Executivo deveria utilizar os demais critérios para avaliar a função social das propriedades, a atualização do GUT (grau de utilização da terra)e do GEE(grau de eficiência econômica) está de acordo com o espírito constitucional e com os avanços tecnológicos. É inconcebível que o MAPA se recuse a cumprir um preceito constitucional e, contraditoriamente, ainda faça propaganda da eficiência produtiva do grande agronegócio. Junto com esta atualização, é fundamental que o Parlamento aprove a PEC do trabalho escravo, pois isto daria materialidade jurídica a mais um critério constitucional da função social da propriedade.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8° andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

Apoio

CNPq actionaid FAPERJ CAPES IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL